

Maria da Penha Lacerda de Santana

**Instrumentos de avaliação da sustentabilidade do
turismo: uma análise crítica de indicadores propostos
para destinos turísticos de diferentes regiões do Brasil**

Dissertação de Mestrado

Dissertação apresentada como requisito parcial
para obtenção do título de Mestre pelo Programa de
Pós-Graduação em Metrologia (Área de
concentração: Metrologia para Qualidade e
Inovação) da PUC-Rio.

Orientadora: Prof.^a Maria Fatima Ludovico de Almeida

Rio de Janeiro
Setembro de 2015

Maria da Penha Lacerda de Santana

**Instrumentos de avaliação da sustentabilidade do
turismo: uma análise crítica de indicadores propostos
para destinos turísticos de diferentes regiões do Brasil**

Dissertação apresentada como requisito parcial para obtenção do título de Mestre pelo Programa de Pós-Graduação em Metrologia (Área de concentração: Metrologia para Qualidade e Inovação) da PUC-Rio. Aprovada pela Comissão Examinadora abaixo assinada.

Prof.^a Maria Fatima Ludovico de Almeida

Orientadora/Presidente

Programa de Pós-Graduação em Metrologia – PUC-Rio

Prof.^a Teresa Cristina de Miranda Mendonça

Instituto Multidisciplinar – UFRRJ

Prof. Carlos Augusto Caldas de Moraes

Programa de Mestrado em Economia Empresarial – UCAM

Prof.^a Maria Angela Campelo de Melo

Departamento de Administração (IAG) – PUC-Rio

Prof. José Eugenio Leal

Coordenador Setorial do Centro

Técnico Científico – PUC-Rio

Rio de Janeiro, 16 de setembro de 2015

Todos os direitos reservados. É proibida a reprodução total ou parcial do trabalho sem autorização da universidade, do autor e de sua orientadora.

Maria da Penha Lacerda de Santana

Graduação em Turismo pela Universidade Federal Rural do Rio de Janeiro. Atualmente é tutora a distância - Consórcio CEDERJ - ministrando as disciplinas Fundamentos do Turismo e Planejamento e Organização do Turismo. É professora I da Fundação de Apoio à Escola Técnica - FAETEC. Experiência profissional em Planejamento Turístico, atuando principalmente nos seguintes temas: epistemologia, educação e sustentabilidade. Mestranda do Programa de Pós-Graduação em Metrologia da PUC-Rio.

Ficha Catalográfica

Santana, Maria da Penha Lacerda de

Instrumentos de avaliação da sustentabilidade do turismo: uma análise crítica de indicadores propostos para destinos turísticos de diferentes regiões do Brasil / Maria da Penha Lacerda de Santana; orientadora: Maria Fatima Ludovico de Almeida – 2015.

141 f.: il. (color.); 30 cm

Dissertação (mestrado)–Pontifícia Universidade Católica do Rio de Janeiro, Programa de Pós-Graduação em Metrologia para a Qualidade e Inovação, 2015.

Inclui bibliografia.

1. Metrologia – Teses. 2. Avaliação da sustentabilidade do turismo. 3. Indicadores. 4. Métricas. 5. Estudos de casos. 6. Destinos turísticos. 7. Brasil. I. Almeida, Maria Fatima Ludovico de. II. Pontifícia Universidade Católica do Rio de Janeiro. Programa de Pós-Graduação em Metrologia para a Qualidade e Inovação. III. Título.

CDD: 389.1

Agradecimentos

A Deus e à minha madrinha Nossa Senhora da Penha, por serem minha fortaleza, meus amigos, meus consoladores, quem me enchem de esperança em cada caminhada, me mostrando que posso alçar voos cada vez mais altos.

À minha mãe Márcia Afonso e meu pai Eduardo Marques (*in memoriam*), por serem meus incentivadores, por terem me ensinado que com dedicação tudo é possível, mesmo que pareça algo distante da realidade.

À minha família, por compreenderem e apoiarem minhas decisões, que sofrem comigo, riem comigo, me tornam presente, mesmo quando fisicamente não posso estar com eles.

Ao meu esposo, Leonardo, por estar ao meu lado me incentivando e me amando, mesmo quando colocado em segundo plano. Esse trabalho só foi possível, pois você estava ao meu lado, pois você compartilhou comigo deste sonho.

À minha querida orientadora, professora Fatima, uma pessoa incrível que aceitou dividir comigo sua experiência, sendo maravilhosa em todos os momentos e extremamente paciente, me ajudando e estimulando.

A todos os professores e à equipe do Programa de Pós-graduação em Metrologia para Qualidade e Inovação (Pós-MQI), que contribuíram para o meu aperfeiçoamento pessoal e profissional, em especial, ao Professor Maurício Frota, pela oportunidade de desenvolvimento profissional e acadêmico.

À Capes e à PUC-Rio pelo apoio financeiro e institucional concedido durante esses dois anos de estudos e pesquisa.

Aos colegas de classe pela amizade e companheirismo nesse período tão importante para o desenvolvimento deste trabalho e aos colegas de trabalho pela amizade e compreensão.

À Fundação de Apoio à Escola Técnica e à Direção da Escola Técnica Juscelino Kubitschek pelo apoio nessa empreitada.

A todos o meu muito obrigada!

Resumo

Santana, Maria da Penha Lacerda de; Almeida, Maria Fatima Ludovico de (Orientadora). **Instrumentos de avaliação da sustentabilidade do turismo: uma análise crítica de indicadores propostos para destinos turísticos de diferentes regiões do Brasil**. Rio de Janeiro, 2015. 141 p. Dissertação de Mestrado – Programa de Pós-Graduação em Metrologia. Área de concentração: Metrologia para Qualidade e Inovação, Pontifícia Universidade Católica do Rio de Janeiro.

O objetivo da dissertação é analisar os instrumentos de avaliação da sustentabilidade do turismo e respectivos indicadores propostos para destinos turísticos de diferentes regiões do Brasil, buscando identificar seus pontos fortes e fracos, e os limites e potencialidades de seu uso em maior escala. No contexto institucional no qual a pesquisa se insere, considera-se que esse esforço contribuirá para um entendimento amplo sobre a aplicabilidade no Brasil de instrumentos consagrados de avaliação da sustentabilidade do turismo, com implicações para formulação ou revisão de políticas públicas. A pesquisa pode ser considerada aplicada e descritiva, quanto aos fins. Quanto aos métodos de investigação, a metodologia compreende: (i) pesquisa bibliográfica sobre turismo sustentável, instrumentos de avaliação da sustentabilidade voltados para essa atividade e estudos empíricos referentes a destinos turísticos de diferentes regiões do Brasil; (ii) pesquisa documental sobre referenciais normativos aplicáveis à avaliação da sustentabilidade das atividades de turismo; (iii) estudo de oito casos de proposição e avaliação da sustentabilidade turística aplicadas em diferentes regiões do Brasil; e (iv) análise crítica segundo os princípios de Bellagio e modelo de Van Bellen dos instrumentos selecionados, identificando-se seus pontos fortes e fracos, e limites e potencialidades de uso em maior escala. Os resultados dessa análise crítica constituem novos subsídios para o monitoramento e avaliação de políticas públicas voltadas para o turismo no país, enfatizando-se as questões da sustentabilidade econômica, social, ambiental e cultural.

Palavras-chave

Metrologia; avaliação da sustentabilidade do turismo; indicadores; métricas; estudos de casos; destinos turísticos; Brasil.

Abstract

Santana, Maria da Penha Lacerda de; Almeida, Maria Fatima Ludovico de (Advisor). **Tourism sustainability assessment tools: a critical analysis of indicators proposed for tourism destinations of different Brazilian regions.** Rio de Janeiro, 2015. 141 p. MSc. Dissertation – Programa de Pós-graduação em Metrologia. Concentration Area: Metrology for Quality and Innovation, Pontifícia Universidade Católica do Rio de Janeiro.

The objective of this dissertation is to analyze tourism sustainability assessment tools and respective indicators for tourism destinations in different regions of Brazil, seeking to identify their strengths and weaknesses, limits and potential uses in large scale. Within the institutional context in which the research is situated, it is assumed that this effort will contribute to a broader understanding of the applicability in Brazil of tourism sustainability assessment tools concerning monitoring and evaluation (ME) of current public policies for tourism in this country. This research can be considered applied and descriptive. The research methodology encompasses: (i) literature review on sustainable tourism; tourism sustainability assessment tools; and empirical studies related to tourism destinations from different regions of Brazil; (ii) documentary research on normative frameworks applied to tourism sustainability assessment; (iii) study of eight cases proposition and evaluation of tourism sustainability applied in different regions of Brazil; and (iv) critical analysis according to the principles of Bellagio and Van Bellen's model of selected case studies in different regions of Brazil, identifying their strengths and weaknesses, limits and potential use in larger scale. The results of this analysis bring new insights for monitoring and evaluating tourism public policies in Brazil, emphasizing economic, social, environmental and cultural sustainability issues.

Keywords

Metrology; tourism sustainability assessment; indicators; metrics; case studies; tourism destinations; Brazil.

Sumário

1. Introdução.....	13
1.1 Definição do problema de pesquisa.....	15
1.2 Objetivos: geral e específicos.....	14
1.3 Motivação.....	16
1.4 Metodologia.....	17
1.4.1 Fase descritiva.....	18
1.4.2 Pesquisa aplicada.....	19
1.4.3 Fase conclusiva.....	20
1.5 Estrutura da dissertação.....	20
2. Turismo e desenvolvimento sustentável.....	22
2.1 Turismo: um fenômeno em expansão.....	24
2.1.1 Turismo: impactos e implicações para as comunidades locais.....	27
2.2 Turismo sustentável ou desenvolvimento sustentável do turismo?.....	28
2.3 Turismo sustentável: referenciais normativos internacionais.....	31
2.3.1 Carta Mundial para o Turismo Sustentável de Lanzarote –1995.....	33
2.3.2 Código Mundial de Ética para o Turismo – 1999.....	35
2.3.4 Agenda 21 para a Indústria de Viagens e Turismo.....	35
2.3.4 Acordo de Mohonk – 2000.....	36
2.3.5 Critérios Globais para Destinações Turísticas – 2013.....	37
2.4 Políticas públicas de turismo no Brasil.....	37
2.4.1 Programas governamentais que visam o desenvolvimento sustentável do turismo.....	40
2.4.2 Visão da sustentabilidade do turismo em políticas públicas vigentes.....	42
2.5 Considerações finais sobre o capítulo	43
3. Monitoramento e avaliação de políticas públicas para a sustentabilidade do turismo.....	45
3.1 Princípios de Bellagio para avaliação da sustentabilidade do turismo.....	45
3.1.1 Visão de desenvolvimento sustentável.....	48
3.1.2 Capacidade para comunicação efetiva.....	49
3.1.3 Capacidade para fornecer informação ao processo de tomada de decisão.....	49
3.1.4 Participação pública.....	50
3.1.5 Potencial para avaliação constante	51
3.2 Ferramenta proposta por Van Bellen: categorias de análise.....	51
3.2.1 Escopo.....	51
3.2.2 Esfera.....	51
3.2.3 Dados.....	52
3.2.4 Participação.....	52
3.2.5 Interface.....	52

3.3 Considerações finais sobre o capítulo.....	53
4. Instrumentos de avaliação da sustentabilidade do turismo.....	54
4.1 Contextualização e fundamentação teórico-empírica dos instrumentos	55
4.1.1 <i>The United Nations World Tourism Organization</i> (UNWTO).....	55
4.1.2 <i>Barometer of Tourism Sustainability</i> (BTS).....	58
4.1.3 <i>Amoeba of Tourism Sustainability Indicators</i> (ATSI).....	60
4.1.4 <i>Tourism Ecological Footprint Method</i> (TEFM).....	61
4.1.5 <i>Tourism Areas Life Cycle</i> (TALC).....	63
4.2 Meta-análise segundo os princípios de Bellagio.....	64
4.2.1 Visão de desenvolvimento sustentável.....	65
4.2.2 Capacidade para comunicação efetiva.....	67
4.2.3 Capacidade de apoio à tomada de decisão.....	69
4.2.4 Participação pública.....	70
4.2.5 Potencial para avaliação constante.....	71
4.3 Meta-análise segundo critérios de Van Bellen.....	72
4.3.1 Escopo.....	72
4.3.2 Esfera.....	72
4.3.3 Dados.....	73
4.3.4 Participação	73
4.3.5 Interface.....	73
4.4 Considerações finais sobre o capítulo.....	76
5. Avaliação da sustentabilidade de destinos turísticos de diferentes regiões do Brasil: análise crítica dos instrumentos e indicadores propostos.....	77
5.1 Seleção dos casos múltiplos.....	78
5.1.1 Caso 1: Indicadores de sustentabilidade para o ecoturismo e turismo rural na região de Aldeia Velha – Silva Jardim, RJ.....	81
5.1.2 Caso 2: Turismo e sustentabilidade no município de Florianópolis – Santa Catarina, uma aplicação do método da pegada ecológica.....	82
5.1.3 Caso 3: Análise de indicadores-chave do turismo sustentável na região de Lagoa da Confusão – Tocantins.....	83
5.1.4 Caso 4: Indicadores relevantes para avaliação do turismo sustentável do município de Guajará-Mirim – Rondônia.....	84
5.1.5 Caso 5: Sistema de indicadores de sustentabilidade do desenvolvimento do turismo (SISDTur) na região de Bueno Brandão – Minas Gerais.....	85

5.1.6 Caso 6: Sustentabilidade do destino turístico Fernando de Noronha, uma análise a partir da abordagem do ciclo de vida das áreas turísticas e das dimensões da sustentabilidade.....	87
5.1.7 Caso 7: Sistema de indicadores de sustentabilidade para a atividade turística: uma proposta metodológica participativa aplicada no município de Conde/PB.....	88
5.1.8 Caso 8: Sistema de indicadores de sustentabilidade para o turismo para a região de Porto de Galinhas/PE.....	90
5.2 Análise crítica segundo os princípios de Bellagio.....	91
5.2.1 Visão de desenvolvimento sustentável.....	92
5.2.2 Capacidade para comunicação efetiva.....	95
5.2.3 Capacidade de apoio à tomada de decisão.....	98
5.2.4 Participação pública.....	100
5.2.5 Potencial para avaliação constante.....	104
5.3 Análise crítica segundo modelo de Van Bellen.....	106
5.3.1 Escopo.....	106
5.3.2 Esfera.....	108
5.3.3 Dados.....	109
5.3.4 Participação	111
5.3.5 Interface.....	112
5.3.6 Pontos fortes e fracos, limites e potencialidades de uso em maior escala.....	114
5.5 Considerações finais sobre o capítulo	121
6. Conclusões e recomendações.....	123
6.1 Conclusões.....	123
6.3 Recomendações para estudos futuros.....	125
Referências bibliográficas.....	126
Anexo 1 – Grupo base de indicadores de sustentabilidade para o ecoturismo e turismo rural para a região de Aldeia Velha e entorno/ RJ.....	134
Anexo 2 – Indicadores relevantes para avaliação do turismo sustentável do município de Guajará-Mirim/RO.....	135
Anexo 3 – SISDTur: Sistema de indicadores de sustentabilidade do desenvolvimento do turismo de Bueno Brandão / MG.....	136
Anexo 4 – TALC segundo as dimensões da sustentabilidade: Fernando de Noronha/PE.....	139
Anexo 5 - SISDTur: Sistema de indicadores de sustentabilidade do desenvolvimento do turismo de Conde / PB	139
Anexo 6 - SISDTur: Sistema de indicadores de sustentabilidade do desenvolvimento do turismo de Porto de Galinhas / PE	140

Lista de Figuras

Figura 1.1 - Desenho da pesquisa, seus componentes e métodos.....	17
Figura 1.2 - Mapa conceitual da pesquisa.....	18
Figura 2.1 - Sistema turístico segundo modelo referencial de Beni.....	22
Figura 2.2 - Taxa de crescimento do turismo mundial e da economia....	26
Figura 3.1 - Pirâmide de informações.....	52
Figura 4.1 - Estrutura do instrumento <i>Barometer of Tourism Sustainability</i> (BTS).....	59
Figura 4.2 - Representação gráfica do método <i>Amoeba of Tourism Sustainability Indicators</i> (ATSI).....	60
Figura 5.1 - Modelo de ficha metodológica de indicadores de sustentabilidade do turismo.....	86
Figura 5.2 - Proposta de integração entre os estágios da TALC e as dimensões da sustentabilidade.....	89

Lista de Quadros

Quadro 2.1 -	Efeitos potenciais da atividade turística.....	23
Quadro 2.2 -	Cronologia das principais iniciativas e declarações sobre turismo sustentável em nível internacional.....	32
Quadro 2.3 -	Marcos históricos das políticas públicas de turismo brasileiro.....	38
Quadro 3.1 -	Princípios de Bellagio para avaliação dos instrumentos destinados a MA da sustentabilidade.....	46
Quadro 4.1 -	Metodologia de indicadores de desenvolvimento sustentável da OMT – processo de planejamento participativo.....	56
Quadro 4.2 -	Indicadores-chave propostos pela UNWTO.....	57
Quadro 4.3 -	Exemplos de contribuições para o total da Pegada Ecológica do Turismo.....	62
Quadro 4.4 -	Estágios do ciclo de vida das áreas de turismo segundo o instrumento TALC.....	63
Quadro 4.5 -	Síntese da análise dos instrumentos segundo a “visão de desenvolvimento sustentável”.....	67
Quadro 4.6 -	Síntese da análise dos instrumentos segundo a “capacidade de comunicação efetiva”.....	68
Quadro 4.7 -	Síntese da análise dos instrumentos segundo a “capacidade de apoio à tomada de decisão”.....	70
Quadro 4.8 -	Síntese da análise dos instrumentos segundo o princípio da “participação pública”.....	71
Quadro 4.9 -	Síntese da análise dos instrumentos segundo o princípio “potencial para avaliação constante”.....	72
Quadro 4.10 -	Síntese da adequação aos Princípios de Bellagio dos métodos analisados.....	72
Quadro 4.11 -	Síntese da análise comparativa dos instrumentos de avaliação da sustentabilidade do turismo segundo os critérios de Van Bellen.....	76
Quadro 5.1 -	Estudos de casos referentes a indicadores de sustentabilidade para o desenvolvimento do turismo.....	80
Quadro 5.2 -	Lista dos estudos de caso sobre indicadores de sustentabilidade do turismo.....	81
Quadro 5.3 -	Síntese da adequação aos Princípios de Bellagio dos instrumentos analisados.....	107
Quadro 5.4 -	Classificação dos instrumentos quanto ao escopo.....	109
Quadro 5.5 -	Classificação dos instrumentos quanto ao nível de agregação dos dados e informações.....	112
Quadro 5.6 -	Análise comparativa dos instrumentos de avaliação da sustentabilidade de destinos turísticos no Brasil.....	121

Siglas

ATSI -	<i>Amoeba of Tourism Sustainability Indicators</i>
BTS -	<i>Barometer of Tourism Sustainability</i>
CNTUR -	Conselho Nacional de Turismo
CTMA	Câmara Técnica de Monitoramento e Avaliação
Embratur -	Instituto Brasileiro de Turismo
Ipea	Instituto de Pesquisa Econômica Aplicada
M&A -	Monitoramento e avaliação
MTur -	Ministério do Turismo
OECD -	<i>Organization for Economic Cooperation and Development</i>
OMT -	Organização Mundial do Turismo
PCTS	Programa de Certificação de Turismo Sustentável
PNT	Plano Nacional de Turismo
Seges	Secretaria de Gestão
SISDTur	Sistema de Indicadores de sustentabilidade do Desenvolvimento do Turismo
SOF	Secretaria de Orçamento Federal
SPI	Secretaria de Planejamento e Investimentos Estratégicos
TALC -	<i>Tourism Areas Life Cycle</i>
TEFM -	<i>Tourism Ecological Footprint Method</i>
UNWTO -	<i>The United Nations World Tourism Organization</i>

1

Introdução

O turismo configura-se como um setor em plena expansão na contemporaneidade, sendo responsável pela movimentação de grande fluxo de pessoas pelo mundo, cujo intuito, em grande parte, é marcado por meio do consumo e apropriação do espaço natural, social e cultural.

A temática do turismo vem sendo discutida por várias ciências, sendo concebido como um fator-chave para dinamização de regiões menos desenvolvidas e áreas marginais do Brasil e do mundo. No entanto, mais que uma atividade econômica, o turismo é um fenômeno político, social, econômico e cultural dos mais expressivos das sociedades ditas pós-industrializadas, sendo perceptível sua influência, em maior ou menor escala nos mais diversos espaços geográficos (Beni, 2002). Com isso, a atividade turística passa a ser tida como tema estratégico para o desenvolvimento dos países, uma vez que pode reestruturar territórios que perderam suas vantagens competitivas; promover a redução das desigualdades sociais e preservar a identidade cultural local (Cordeiro, 2008; Falcão, 2010).

No entanto, o turismo pode gerar uma série de impactos, negativos ou positivos, nas esferas social, cultural, ambiental, econômica e territorial (Saarinen, 2006). Nessa perspectiva, para não se tornar vítima do próprio êxito, essa atividade deve ser desenvolvida de forma sustentável, diretriz que se encontra explícita no Código Mundial de Ética do Turismo publicado pela Organização Mundial do Turismo. De acordo com o Artigo 3º - ‘Turismo, fator de desenvolvimento sustentável’:

“É dever de todos os agentes envolvidos no desenvolvimento turístico, salvaguardar o ambiente e os recursos naturais, na perspectiva de um crescimento econômico sadio, contínuo e sustentável, capaz de satisfazer equitativamente às necessidades e as aspirações das gerações presentes e futuras” (OMT, 1999, p. 7).

O Código Mundial de Ética do Turismo ressalta ainda em seu Art. 5º que “as populações e comunidades locais devem estar associadas às atividades turísticas e participar equitativamente nos benefícios econômicos, sociais e culturais que geram, e sobretudo na criação de empregos diretos ou indiretos resultantes” (OMT,

1999, p. 8) e que “as políticas turísticas devem ser conduzidas de tal forma que contribuam para a melhoria do nível de vida das populações das regiões visitadas e respondam às suas necessidades” (OMT, 1999, p. 9).

Não obstante a existência de uma gama de discussões teóricas venham ocorrendo a partir da década de 1990 sobre a necessidade do turismo ser desenvolvido de forma sustentável, e que tal filosofia já esteja presente no pensamento da maioria de pesquisadores e gestores do setor, não se pode afirmar que a mera aceitação do conceito e a inclusão do termo em discursos e documentos façam com que os princípios da sustentabilidade se estabeleçam de maneira prática no planejamento e gerenciamento da atividade (Cordeiro, 2008).

Assim, muito embora haja uma intenção deliberada para que o turismo se estabeleça de forma sustentável, o que conta é a efetividade das ações realizadas segundo essa diretriz, pois somente ações práticas trarão os resultados almejados. O que se percebe hoje é que “apesar de afirmativas em contrário, uma aplicação prática e ampla de uma política de turismo social e ecologicamente responsável, em todos os âmbitos (empresarial, local, regional, nacional, internacional, tanto de consumidores como de produtores), não aconteceu ainda” (Krippendorf, 2003, apud Cordeiro, 2008, p.10).

Irving (2005) e Ko (2005) argumentam que a transposição dos princípios norteadores de sustentabilidade, da teoria à prática, e a operacionalização do conceito de desenvolvimento sustentável têm representado um grande desafio no sentido de implementar iniciativas e ações que gerem uma maior equidade social, um nível elevado de conservação ambiental e uma maior racionalidade econômica.

De fato, o crescimento acelerado do turismo em nível mundial, a crescente concorrência entre os destinos turísticos e a conscientização sobre a importância da sustentabilidade por parte dos governos e das organizações que atuam nesse setor impulsionaram nos últimos anos a criação de instrumentos de monitoramento e avaliação da sustentabilidade do turismo e iniciativas de certificação em diversos países e regiões.

Dentre os instrumentos voltados para avaliação da sustentabilidade do turismo em nível mundial, destacam-se: (i) *Indicators of Sustainability for Tourism Destinations*’ (UNWTO); (ii) *‘Barometer of Tourism Sustainability’* (BTS); (iii)

‘*Tourism Ecological Footprint Method*’ (TEFM); (iv) ‘*Amoeba of Tourism Sustainability Indicators*’ (ATSI); e (vi) ‘*Tourism Areas Life Cycle*’ (TALC).

Dentre as certificações globais em turismo sustentável, ressaltam-se o *Green Globe* e o *Blue Flag*, que têm como base a Agenda 21 e os princípios acordados na Rio-92.

No Brasil, algumas iniciativas também se encontram voltadas para a normalização e certificação de práticas turísticas sustentáveis, ações que estão contempladas no Plano Nacional de Turismo – 2013-2016.

1.1

Definição do problema de pesquisa

Apesar da existência de instrumentos de avaliação voltados para avaliação da sustentabilidade do turismo em diversos países e regiões e adoção de alguns deles em estudos referentes a destinos turísticos no Brasil, identifica-se ainda a necessidade de verificar como essas propostas encontram-se embasadas com relação aos princípios normativos da sustentabilidade.

Considerando-se a importância do monitoramento e avaliação como instrumentos da gestão pública de avaliação da sustentabilidade do turismo de destinos turísticos no Brasil, capaz de nortear as ações de planejadores e gestores das esferas pública e privada, definiu-se a seguinte questão principal a ser respondida ao longo da pesquisa:

“Quais os pontos fortes e fracos, os limites e potencialidade de uso dos instrumentos de avaliação da sustentabilidade do turismo no Brasil, focalizando-se casos de destinos turísticos de diferentes regiões do país? ”.

1.2

Objetivos: geral e específicos

Buscando-se um entendimento amplo sobre a aplicabilidade no Brasil de referenciais internacionais de avaliação da sustentabilidade do turismo, o objetivo geral desta dissertação é analisar os instrumentos de avaliação da sustentabilidade do turismo e respectivos indicadores propostos para destinos turísticos de diferentes regiões do Brasil, buscando identificar seus pontos fortes e fracos, seus limites e potencialidade de uso. Em termos específicos, a dissertação busca:

- Discutir a relevância da avaliação da sustentabilidade das atividades de turismo para o desenvolvimento sustentável em geral e, particularmente, para o contexto brasileiro;
- Identificar os princípios segundo os quais um instrumento de avaliação de sustentabilidade do turismo deve ser concebido e os aspectos que vêm sendo considerados para analisar os instrumentos existentes;
- Identificar instrumentos e modelos de avaliação de sustentabilidade do turismo, adotados em nível internacional, contextualizando-os e explicitando sua fundamentação teórico-empírica;
- Analisar os instrumentos de avaliação da sustentabilidade do turismo para destinos turísticos de diferentes regiões do Brasil, buscando identificar seus pontos fortes e fracos, seus limites e as potencialidade de seu uso em maior escala dos instrumentos e indicadores e métricas propostas;

1.3 Motivação

Desde a Conferência Mundial sobre Meio Ambiente e Desenvolvimento – Eco92, a investigação a respeito de instrumentos de avaliação da sustentabilidade e indicadores para o desenvolvimento sustentável do turismo tem se intensificado. Muitos programas, pesquisadores, instituições nacionais e internacionais, grupos comunitários, organizações governamentais e não-governamentais têm participado da tentativa de converter intenções em prática (Ko, 2005).

A sustentabilidade no turismo incide em um processo dinâmico que requer constante previsão de tendências e monitoramento dos impactos. Portanto, faz-se indispensável a definição, elaboração e aplicação de indicadores e métricas que possam monitorar e avaliar a implantação das ações e iniciativas, promover a contínua adequação e o aprimoramento da gestão local em busca da sustentabilidade das atividades turísticas.

Não obstante a existência de instrumentos de avaliação voltados para avaliação da sustentabilidade do turismo em diversos países e regiões, identifica-se ainda a necessidade de que estes estejam alinhados as premissas básicas da sustentabilidade, no sentido de embasar o escopo das iniciativas em curso no país.

Isso posto, considera-se imprescindível instrumentos que visem a avaliação da sustentabilidade de destinos e serviços turísticos no Brasil, capazes de nortear as ações de planejadores e gestores das esferas pública e privada.

1.4 Metodologia

A Figura 1.1 apresenta a sequência da pesquisa em suas três grandes fases: (i) descritiva; (ii) pesquisa aplicada; e (iii) conclusiva.

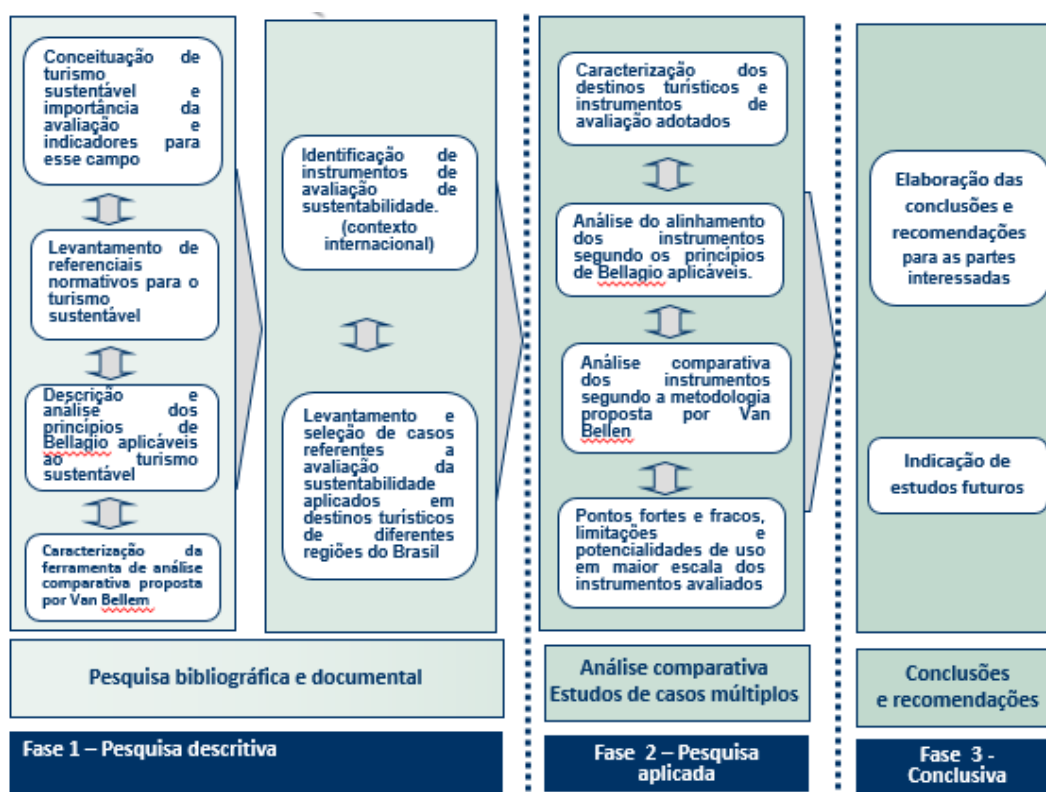


Figura 1.1 - Desenho da pesquisa, seus componentes e métodos

Fonte: Elaboração própria.

Conforme a taxonomia proposta por Vergara (2002; 2005), a pesquisa pode ser considerada aplicada e descritiva, quanto aos fins. Quanto aos métodos de investigação, a metodologia compreende: (i) pesquisa bibliográfica sobre turismo sustentável, instrumentos de avaliação da sustentabilidade voltados para essa atividade e casos empíricos referentes a destinos turísticos selecionados no contexto brasileiro; (ii) pesquisa documental sobre referenciais normativos aplicáveis à avaliação da sustentabilidade das atividades de turismo; e (iii) análise crítica dos casos empíricos selecionados segundo os princípios de Bellagio e a metodologia

proposta por Van Bellen, identificando-se os pontos fortes e fracos, limites e potencialidade de uso em maior escala dos instrumentos e indicadores propostos.

1.4.1. Fase descritiva

A fase descritiva teve por objetivo levantar trabalhos conceituais e documentos normativos sobre o tema central da pesquisa – avaliação da sustentabilidade do turismo.

Uma visão geral e esquemática dos resultados desta fase é representada no formato de um mapa conceitual (Figura 1.2) no qual o tema principal e os subtemas específicos abordados na pesquisa bibliográfica e documental são interligados para responder à questão principal da pesquisa (definida no item 1.1).

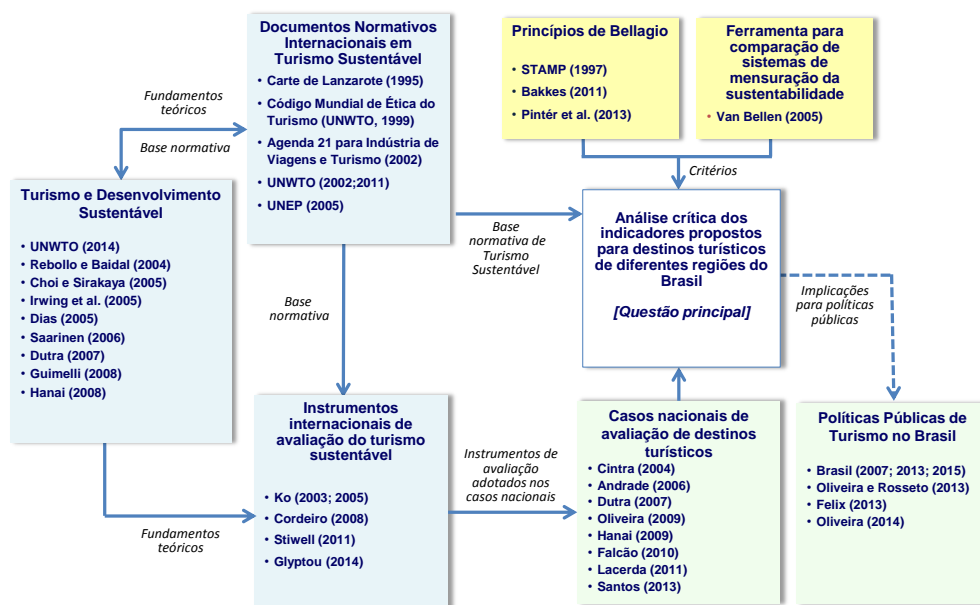


Figura 1.2 – Mapa conceitual da pesquisa
Fonte: Elaboração própria.

Buscou-se, nesta fase, identificar os princípios segundo os quais um instrumento de avaliação de sustentabilidade do turismo deve ser concebido e as categorias que vêm sendo consideradas para analisar os instrumentos existentes. Esses elementos constituíram a base da construção do modelo lógico para se proceder à análise crítica dos instrumentos de avaliação da sustentabilidade propostos para destinos turísticos de diferentes regiões do Brasil.

Na sequência, identificaram-se instrumentos e modelos de avaliação de sustentabilidade do turismo, adotados em nível internacional, contextualizando-os e explicitando sua fundamentação teórico-empírica. Finalmente, identificaram-se

e selecionaram-se estudos empíricos referentes a destinos turísticos de diferentes regiões do Brasil – objeto da análise crítica desenvolvida na fase de pesquisa aplicada.

1.4.2

Pesquisa aplicada

A partir dos resultados da revisão bibliográfica e documental construiu-se a base para a análise crítica dos instrumentos de avaliação da sustentabilidade adotados nos estudos empíricos selecionados – objeto desta fase da pesquisa. OU seja, desenvolveu-se a fase da pesquisa aplicada propriamente dita, conforme mostrado na Figura 1.1 (Fase 2 – Pesquisa Aplicada).

Em pesquisa bibliográfica realizada no Google Acadêmico, no Domínio Público e na Base de Teses e Dissertações Brasileiras, localizaram-se dez estudos acadêmicos que versavam sobre o tema, sendo que, na análise das referências bibliográficas desses estudos, três novos trabalhos foram localizados, totalizando-se, assim, treze trabalhos. Desse conjunto inicial, tendo em vista quatro critérios, sendo eles: (i) apresentação de um caráter não subjetivo; (ii) reconhecer-se como instrumentos de empíricos de avaliação da sustentabilidade de destinos turísticos brasileiros; (iii) serem trabalhos de pós-graduação *stricto sensu* e; (iv) estarem disponíveis para consulta pública, selecionaram-se para fins da análise pretendida os seguintes casos referentes a destinos turísticos de diversas regiões do Brasil:

- Lagoa da Confusão, TO (Região Norte);
- Guajará-Mirim, RO (Região Norte);
- Conde, PB (Região Nordeste);
- Porto de Galinhas, PE (Região Nordeste);
- Fernando de Noronha, PE (Região Nordeste);
- Bueno Brandão, MG (Região Sudeste);
- Aldeia Velha – Silva Jardim, RJ (Região Sudeste);
- Florianópolis, SC (Região Sul).

A partir da caracterização de cada destino turístico e dos instrumentos de avaliação adotados nos respectivos casos, procedeu-se à análise crítica dos instrumentos em dois níveis: (i) análise do alinhamento dos instrumentos aos Princípios de Bellagio aplicáveis ao turismo sustentável; (ii) análise comparativa dos instrumentos, segundo metodologia proposta por Van Bellen (2005).

Os resultados da presente pesquisa permitiram identificar os pontos fortes e fracos, os limites e potencialidade de uso em maior escala dos instrumentos de avaliação da sustentabilidade adotados nos estudos sobre destinos turísticos no Brasil e endereçar recomendações para processos de avaliação e revisão de políticas públicas segundo os preceitos do desenvolvimento do turismo sustentável.

1.4.3.

Fase conclusiva

Nesta fase, formularam-se as conclusões da pesquisa e um conjunto de recomendações endereçadas aos diversos atores interessados na aplicação de instrumentos de avaliação da sustentabilidade de destinos turísticos no Brasil, visando sua adoção na gestão pública, especialmente ao Ministério do Turismo, pelas proposições referentes ao processo de monitoramento e avaliação do Plano Nacional de Turismo – 2013-2016. Encaminharam-se nesta fase propostas de estudos futuros, como desdobramentos naturais da presente pesquisa.

1.5

Estrutura da dissertação

Esta dissertação encontra-se estruturada em seis capítulos, incluindo esta introdução.

No capítulo 2, traça-se um panorama histórico da prática turística até o entendimento atual sobre o desenvolvimento sustentável do turismo, apresentam-se o marco conceitual relativo ao turismo sustentável e os principais referenciais normativos que vêm sendo adotados por países e regiões do mundo como o ‘Código Mundial de Ética para o Turismo’, publicado pela Organização Mundial de Turismo; o ‘Guia de Boas Práticas para o Turismo Sustentável’; o conjunto de ‘Critérios Globais para Destinações Turísticas’; a ‘Carta para o Turismo Sustentável’; o documento intitulado ‘Turismo Sustentável para o Desenvolvimento’; e a ‘Agenda 21 para a Indústria de Viagens e Turismo’.

Incluem-se ainda nessa revisão um panorama geral das políticas públicas de turismo no Brasil, com ênfase para aspectos da sustentabilidade expressos no Plano Nacional de Turismo: 2013-2016.

No capítulo 3, discute-se inicialmente a aplicabilidade dos Princípios de Bellagio para a avaliação da sustentabilidade do turismo, chegando-se à indicação

de cinco critérios tendo por base os dez princípios tratados no documento, a saber: visão de desenvolvimento sustentável; capacidade para comunicação efetiva; capacidade de apoio à tomada de decisão; participação pública e; potencial para avaliação constante. Na sequência, apresenta-se a metodologia proposta por Van Bellen (2005), descrevendo-se em detalhe sua estrutura segundo cinco categorias de análise: escopo, esfera, dados, participação e interface.

O capítulo 4 apresenta os contextos e a fundamentação teórico-empírica de instrumentos referenciados internacionalmente para avaliação da sustentabilidade do turismo, a saber: ‘Indicators of Sustainability for Tourism Destinations’ (UNWTO); ‘Barometer of Tourism Sustainability’ (BTS); ‘Amoeba of Tourism Sustainability Indicators’ (ATSI); ‘Tourism Ecological Footprint Method’ (TEFM); e ‘Tourism Areas Life Cycle’ (TALC). Apresentam-se os resultados da meta-análise desses instrumentos realizada em dois níveis: (i) alinhamento aos Princípios de Bellagio aplicáveis; e (ii) análise comparativa segundo a metodologia propostas por Van Bellen (2005).

No capítulo 5, relatam-se e discutem-se os resultados da fase aplicada da pesquisa até a identificação dos limites e potencialidade de uso dos instrumentos de avaliação da sustentabilidade do turismo, focalizando-se em oito estudos de casos desenvolvidos em destinos turísticos de diferentes regiões do Brasil – questão principal da presente pesquisa.

No capítulo 6, formulam-se as conclusões da pesquisa e identificam-se ainda as oportunidades para estudos futuros, como desdobramentos naturais, e o aprofundamento de aspectos relevantes que emergiram da presente pesquisa.

2

Turismo e desenvolvimento sustentável

Refletir sobre o novo modo de pensar o planejamento e a gestão da atividade turística é, antes de tudo, compreender as bases históricas que fundamentam e conferem corpo a esse fenômeno que cada vez mais vem se destacando. É estabelecer as relações tempo/espaço que marcam a sociedade e modificam sua forma de ver e analisar o mundo. É pensar o turismo como algo além de uma atividade econômica por si só, mas sim como um fenômeno complexo que abrange todo um sistema (Figura 2.1).

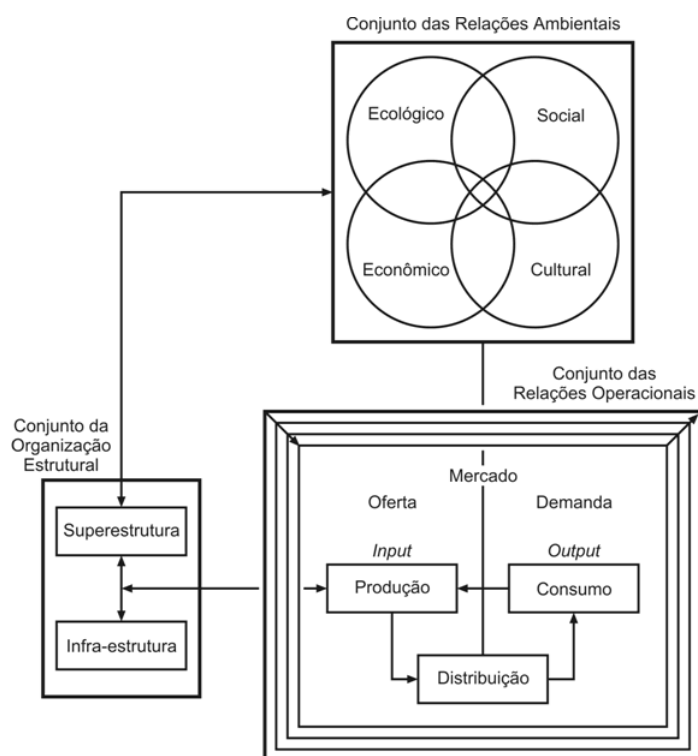


Figura 2.1 – Sistema turístico segundo modelo referencial de Beni

Fonte: Beni (2002).

O Sistema Turístico, segundo o modelo referencial de Beni (2002), é uma rede de interações e inter-relações de dependência que o configuram e que devem ser analisadas e compreendidas de forma integral e holística.

Com isso, Carneiro (2014), define turismo como uma experiência motivacional, que exige deslocamento físico e relações de hospitalidade, proporcionando assim um fenômeno econômico de dimensões sociais e culturais expressados em um dado território, em um dado tempo e com repercussões ambientais e socioculturais, sejam elas positivas ou negativas.

O Quadro 2.1, expõe uma síntese de alguns dos benefícios e malefícios que a atividade turística pode ocasionar na localidade, país ou região onde se estabelece.

Quadro 2.1 – Efeitos potenciais da atividade turística

Atividade Turística	
Efeitos potenciais positivos	Efeitos potenciais negativos
Promover a difusão de informações sobre uma determinada região ou localidade (belezas naturais, culturais e sociais).	Pode resultar num crescimento econômico desequilibrado.
Novas perspectivas sociais como resultado do desenvolvimento econômico.	Causa inflação.
Integração social.	Cria problemas sociais.
Melhora na qualidade de vida.	Degrada e polui o ambiente físico natural.
Preservação do patrimônio e da história.	Degrada o ambiente cultural
Promove compreensão e paz mundial.	Aumenta a incidência de crime, jogos e prostituição.
Justifica a proteção e as melhorias ambientais.	Cria conflitos na comunidade anfitriã.
Geração de emprego e renda.	Contribui para doenças, flutuação econômica e problemas de transporte.

Fonte: Elaboração própria com base em Beni (2006); Goeldner, Ritchie e McIntosh (2002).

É possível observar no Quadro 2.1, que o turismo pode promover nas comunidades receptoras inúmeros impactos positivos, como a melhoria na qualidade de vida, através do aperfeiçoamento da infraestrutura de saneamento, transporte, além da geração de emprego e renda; e a melhoria na educação, com a criação de cursos de aprimoramento da mão-de-obra voltada para a atividade turística. No entanto, geralmente isto não ocorre, sendo a população local absorvida em ofícios de baixa qualificação e remuneração, sendo percebida como mão-de-obra desqualificada, incapaz de gerir processos turísticos.

Lage e Milone (2000) afirmam que parte dos turistas, durante suas viagens, deixa sua “moral” em seu local de origem, sendo seu comportamento nas férias diferente do seu cotidiano. Tais autores dizem também, que os visitantes geralmente procuram lugares exóticos, livres de restrições sociais, tendo como único intuito a apropriação dos recursos para sua plena satisfação, não respeitando, na maior parte das vezes o local visitado. Mas, esse comportamento irresponsável, por parte do

turista, provoca na comunidade anfitriã uma gama de impactos negativos. Com isso, como complementa Archer e Cooper (2002), os benefícios econômicos gerados pela atividade turística acabam neutralizados por consequências ambientais, culturais e sociais negativas.

Nessa perspectiva, este capítulo visa traçar um panorama histórico da evolução da prática turística até o entendimento atual sobre o desenvolvimento sustentável do turismo. Aborda-se também a importância do turismo no cenário mundial e brasileiro, ressaltando sua importância econômica e os diversos impactos de caráter positivo e negativo que essa atividade pode desencadear nas comunidades anfitriãs. Por fim, discutem-se questões referentes à sustentabilidade da prática turística e apresentam-se referenciais normativos internacionais de promoção de uma nova racionalidade no pensar o turismo. Finaliza-se, verificando-se como tal racionalidade está sendo empregada nas políticas públicas voltadas para o turismo no Brasil.

2.1

Turismo: um fenômeno em expansão

“O conhecimento da história tem papel fundamental para a compreensão de fenômenos como o turismo, pois desde as mais antigas civilizações existiram atividades que se configuravam como turismo, porém o fenômeno turismo se dinamizou apenas recentemente, pois sua referência principal é o capital” (Mesquita, 2006, p. 84).

A prática turística se configura pelo deslocamento de pessoas de um núcleo emissor para um núcleo receptor por motivos variados (Tadini e Melquiades, 2010). Dessa forma, percebe-se que desde os primórdios da existência do homem a necessidade de deslocamento é premente.

No entanto, foi na transição da Idade Moderna para a Idade Contemporânea e principalmente na Idade Contemporânea, que o turismo ganhou a posição de destaque reconhecida atualmente. A Revolução Industrial, a evolução nos meios de transporte e comunicação, assim como a melhoria das condições de vida da classe média e a consolidação dos direitos trabalhistas, fizeram com que o turismo tomasse ares mais populares, sendo possível de ser realizado por um maior número de pessoas. “No século XX, a globalização do capitalismo, o movimento das populações e os avanços nos transportes e nas tecnologias de comunicação

ajudaram a tornar o turismo em um dos maiores setores econômicos do mundo” (Choi e Sirakaya, 2006, p. 1274).

A prática turística pode ser considerada um dos maiores movimentos migratórios da humanidade na Era Contemporânea sendo caracterizada por uma taxa de crescimento constante no decorrer dos anos (Guimelli, 2008), representando, com isso, uma grande força motriz para o desenvolvimento das localidades (UNWTO, 2004). Este incremento encontra-se diretamente ligado “a diversas e profundas necessidades do ser humano de espaço, movimento, bem-estar, expansão e repouso, distante das tarefas impostas pelo trabalho e cotidiano” (Guimelli, 2008, p. 44).

Segundo Oliveira (2009), “em nível mundial, o turismo é a maior atividade econômica existente, com grandes contribuições para o aumento do Produto Interno Bruto (PIB) de cada país com a geração de inúmeros empregos, aumento de renda e impostos” (p. 26).

Tal fato é ressaltado em palestra¹ ministrada por Virgínia Trapa, executiva da Organização Mundial do Turismo – OMT, ao informar que o turismo representa 9% do Produto Interno Bruto – PIB global e gera 266 milhões de empregos no mundo. Fato que pode ser vislumbrado também em documento publicado pela UNWTO (2015) que reflete o panorama do turismo internacional no período de 2014.

Mesmo após um período de crise mundial, crise essa considerada uma das mais profundas após a grande depressão, investigação feita pela *United Nations World Tourism Organization* – UNWTO demonstrou que o turismo internacional fechou o ano de 2014 com um número recorde, consolidando-se o quinto ano consecutivo de crescimento do setor acima da média apesar de muitos desafios.

Ou seja, mesmo o mundo passando por um período de recessão econômica, com quedas significativas do PIB, principalmente quando nos referimos aos países desenvolvidos, o setor do turismo obteve rápida recuperação como é possível observar (Figura 2.2) ao demonstrar a relação PIB/chegada de turistas.

¹ Palestra realizada na Convenção Braztoa 2014 – Convenção da Associação Brasileira das Operadoras de Turismo.

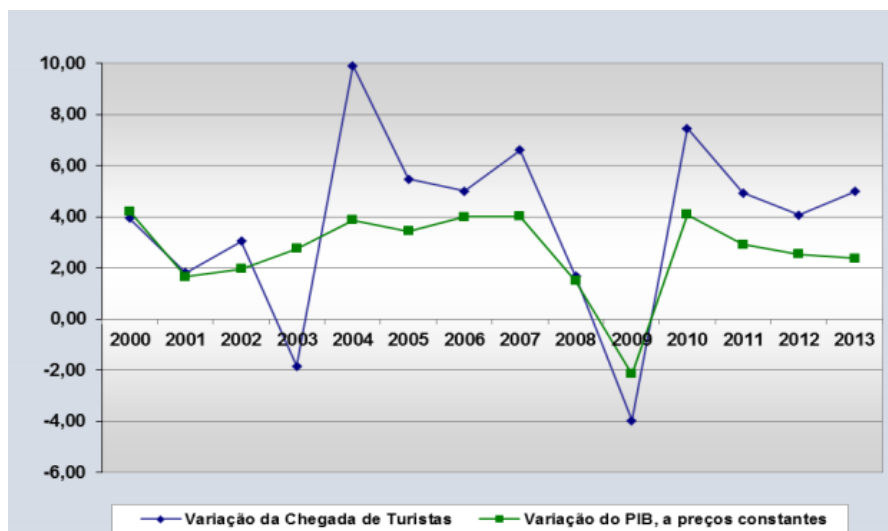


Figura 2.2 – Taxa de crescimento do turismo mundial e da economia

Fonte: Ministério do Turismo (2015).

No cenário nacional, tal realidade não se faz diferente. O Instituto Brasileiro de Turismo - EMBRATUR, classifica o turismo como “o setor mais importante da economia, uma arma poderosa para avaliar o crescimento econômico e o desenvolvimento do país” (*apud* Cordeiro, 2008, p. 19). Braga (2015) afirma que no ano de 2014, quando analisadas apenas as atividades ligadas diretamente ao turismo, essas tiveram uma participação de 3,5% (182 bilhões) no PIB nacional. Coloca ainda, que 8,8 milhões de empregos, direta ou indiretamente ligados ao setor, foram criados no mesmo período.

No entanto, mesmo com impacto significativo na geração de riqueza nacional, não é possível que o turismo cresça de forma indiscriminada e indefinidamente, pois “os destinos turísticos devem ser vistos e tratados como finitos e como recursos não renováveis, pois, nesse sentido, o crescimento contínuo do turismo só tende a conduzir o destino turístico, invariavelmente, a um estado de saturação” (Cordeiro, 2008, p. 23).

Dessa forma, melhor que crescer de forma desenfreada até ponto de colapso, deve-se pensar em um crescimento, que embora modesto, possa garantir que os benefícios gerados pela atividade se estabeleçam de forma sustentável, pois, caso contrário, o setor corre o risco de se deteriorar e até mesmo consumir a sua própria base de recursos geradora de riqueza (Cordeiro, 2008).

2.1.1

Turismo: impactos e implicações nas comunidades locais

É perceptível, que o turismo ainda tem sua análise pautando-se, principalmente, nos aspectos econômicos que a atividade proporciona.

Os benefícios da atividade turística, por um longo período de tempo tiveram no núcleo dos debates, fazendo com que muitas localidades o vissem como o recurso mais adequado para resolução de todos os seus problemas de precariedade e falta de desenvolvimento. De acordo com Dias (2005) o turismo era visto como uma atividade altamente positiva que estimulava a geração de riquezas e empregos, acarretando mudanças sociais; e era também, a melhor alternativa para a preservação do ambiente natural.

“De maneira geral, as estatísticas do turismo e o discurso oficial frequentemente expressam concepções idealizadas dos benefícios possíveis gerados pelo desenvolvimento turístico, e tendem a mascarar ou minimizar os impactos socioambientais e culturais decorrentes desse processo” (Irving *et al.*, 2005, p. 2).

Notadamente, a atividade turística, é capaz de promover benefícios sociais, ambientais, econômicos e culturais, entretanto, deve ser pensada, planejada e organizada, pois se estabelecida de maneira desordenada e impensada, a relação custo/benefício pode acabar resultando em déficit para população anfitriã, através do agravamento dos problemas sociais, aumento das desigualdades, degradação da natureza e deterioração da cultura local. Já para Masina (2002), toda atividade turística provoca tanto benefícios quanto malefícios de caráter sociocultural, sendo os pontos positivos decorrentes da relação do turista com o local visitado e os pontos negativos derivados da má utilização dos equipamentos e recursos turísticos disponibilizados.

Dias (2005) relata que os impactos negativos de caráter ambiental, no turismo, são inúmeros caso não exista um planejamento prévio do destino. Este pode causar prejuízo aos recursos naturais já que movimenta considerável número de pessoas para determinadas localidades, que consomem grande quantidade de água potável e geram muitos resíduos, aumentando a poluição sonora, do ar, visual ou de outros tipos, como a gerada por resíduos sólidos e líquidos. A atividade pode também acarretar uma perda da biodiversidade quando excede a capacidade de carga de uma determinada localidade ou atrativo.

No entanto, se bem planejado, o turismo contribui para o manejo dos animais ameaçados, para o aumento da conscientização ambiental, para a geração de fontes de renda alternativas, auxilia na obtenção de recursos para a preservação, constitui uma alternativa de exploração econômica das áreas protegidas e leva ao aperfeiçoamento do planejamento e gerenciamento ambiental.

Quando estudado os impactos socioculturais do turismo nas localidades receptoras, pode-se averiguar que por um lado o turismo induz a uma maior conscientização a respeito da conservação e restauração dos atrativos culturais construídos como museus, teatros e também dos estabelecidos pelos residentes como festivais, danças, gastronomia e artesanato. Pode, no entanto, gerar o chamado “efeito demonstração”; uma desculturalização devido a padrões de vida mais elevado dos visitantes, fazendo com que a cultura local perca sua identidade (Masina, 2002).

É por meio da tomada de consciência dessa gama de impactos negativos que a prática turística pode acarretar nas comunidades anfitriãs que a atividade turística passa a ser vista por uma nova lógica: a lógica do turismo sustentável. Ou seria do desenvolvimento sustentável do turismo?

2.2

Turismo sustentável ou desenvolvimento sustentável do turismo?

“A popularização da ideia de desenvolvimento sustentável, unida a procura por espaços de contato com a “natureza”, com o inóspito e com o “diferente”, bem como as intencionalidades de atores públicos e privados em expandir as destinações turísticas e seus atrativos para o mundo, desencadearam uma exacerbação do turismo como atividade sustentável” (Candioto, 2009, p. 49).

O termo desenvolvimento sustentável ganhou grande aceitação nos últimos anos, fazendo-se presente em discursos políticos e empresariais de diferentes setores – inclusive nos setores ligados à atividade turística – podendo ser entendido como uma tentativa de melhorar a qualidade de vida para alguns ou mera jogada de marketing para outros.

Muito embora haja uma aparente unanimidade sobre a importância da sustentabilidade e de sua própria utilização, ainda há muitas ambiguidades manifestadas pelo próprio conceito de desenvolvimento sustentável (Hanai, 2009), fato que se faz refletir diretamente nos debates acerca desta temática no contexto do turismo.

Para Butler (1999), desde o surgimento do conceito “turismo sustentável” uma aparente aceitação e reconhecimento do termo vem se dando em todo o mundo, embora seja superficial e difusa, sendo as confusões que abrangem o conceito de turismo sustentável advindas das definições imprecisas e conflitantes, e particularmente da necessidade de se distinguir entre turismo sustentável e o desenvolvimento sustentável do turismo, ideias que não se configuram automaticamente como sinônimas, uma vez que turismo sustentável não é necessariamente desenvolver o turismo segundo os princípios do desenvolvimento sustentável.

Hanai (2009) esclarece tal distinção ressaltando que distinguir ‘turismo sustentável’ de ‘desenvolvimento sustentável do turismo’ não é apenas uma questão de semântica, mas uma questão operacional. ‘Turismo sustentável’ corresponde ao objetivo que se busca alcançar enquanto o ‘Desenvolvimento sustentável do turismo’ refere-se ao processo. Ou seja, para se chegar ao turismo sustentável (objetivo), o desenvolvimento sustentável do turismo deve ser operacionalizado. Com isso, Butler, em 1999, já ressaltava que a necessidade de se definir o tipo de turismo a ser estudado ou desenvolvido sob a condição sustentável é, portanto, crucial, se o conhecimento sobre a sustentabilidade do turismo for ampliado.

Geralmente, a noção de turismo sustentável carrega como princípio norteador a necessidade de que o desenvolvimento do turismo seja de modo a garantir o equilíbrio entre a preservação ambiental, a viabilidade econômica e a equidade social na divisão dos benefícios do desenvolvimento (Rebollo e Baidal, 2004).

Porém, a manipulação do termo turismo sustentável de modo a atender os distintos interesses dos grupos de atores sociais envolvidos na atividade turística, faz com que, dependendo do contexto em que se utilize, adquira características diferentes para a população local, para a administração, para os investidores e empresários, e para os próprios turistas (Butler, 1999; Hanai, 2009). Com isso, o paradigma da sustentabilidade acaba por se enquadrar em uma noção abstrata de equilíbrio bem fundamentada, mas que, no entanto, é difícil de definir e implementar (Rebollo e Baidal, 2004).

Isso posto, a sustentabilidade assume concepções diferentes tendo como referência as condições sociais e ambientais apresentadas (Hanai, 2009). Esse paradigma é resultado da evolução das distintas abordagens e teorias do

desenvolvimento adotadas no âmbito do turismo, uma produção científica que acompanha o surgimento e a consolidação do turismo de massa, no qual muitos problemas são derivados e, que atualmente, se formulam dentro da perspectiva da sustentabilidade.

A extensiva utilização do termo desenvolvimento sustentável tem aumentado a indefinição de seu conceito – a apropriação com fins díspares e, às vezes, contrários aos princípios da sustentabilidade, e a utilização meramente retórica do conceito, faz com que uma crise de identidade seja instaurada, tendo em vista a falta de uma identificação clara de seus princípios (Rebollo e Baidal, 2004). Fato que é ressaltado por Dutra (2007), ao salientar que devido à falta de uma definição clara, a atividade turística aliada ao desenvolvimento sustentável passa ser vista como utopia ou mito para muitos estudiosos da área.

Para Saarinen (2006), a limitação do turismo sustentável estabelece-se na prática, mas também de maneira ética. Em suas palavras:

“Apesar da natureza duvidosa e do estreito foco na prática, a argumentação política e a justificativa do turismo sustentável são geralmente derivadas implicitamente ou explicitamente da ideia e retórica do desenvolvimento sustentável como holístico, planejado e igualitário em uma escala global do processo. Isso tem resultado em uma confusão conceitual, censura e uma necessidade de entendimento de como os limites de crescimento poderiam ser definidos no turismo” (Saarinen, 2006, p. 1125).

No entanto, para autores como Choi e Sirakaya (2005), muito embora tal problemática afete a comunidade científica, está claro que o turismo sustentável tem trazido mudanças substanciais no processo convencional de pensamento sobre o desenvolvimento da atividade turística.

Para Dutra (2007), porém, a efetivação do turismo sustentável só é possível caso mudanças sejam realizadas nos hábitos e costumes dos turistas, principais agentes de destruição dos recursos naturais das comunidades anfitriãs. Contudo, a autora sinaliza que certas mudanças já podem ser percebidas, uma vez que, atualmente, “os turistas procuram, nos roteiros turísticos, uma maior relação com o ambiente visitado, objetivando o turismo responsável” (Dutra, 2007, p. 25).

Já para Irving *et. al.* (2005):

“Promover e praticar turismo, de base sustentável, requer assim, um novo olhar sobre os problemas sociais, a diversidade cultural, e a dinâmica ambiental dos destinos, diante de uma economia globalizada e sujeita a nuances de imprevisibilidade, ditadas por um mercado que transcende as particularidades locais e/ou as especificidades de um destino turístico” (Irving *et al.*, 2005, p. 2).

Candiotto (2009, p. 52) considera relevante a tentativa daqueles que buscam apontar o que deveria ser feito para se atingir o turismo sustentável. Porém, não se pode acreditar que apenas colocando o que se pode ser feito, chegaremos a executar práticas de turismo sustentável. Para que se possa avançar no debate acerca da viabilidade e operacionalidade em relação ao turismo sustentável, é essencial debruçar-se sobre as experiências existentes, observando os obstáculos que dificultam a operacionalização do que vem apontado como premissa no debate teórico, sendo imprescindível uma aproximação entre teoria e prática, pois há uma relação intrínseca e dialética entre ambas.

Tal fato também é ressaltado por Irving *et al.* (2005), ao sinalizar que o caminho para a sustentabilidade no que tange o planejamento turístico não se configura como produto acabado, nem tão pouco um ideal pré-fabricado, mas, sim, um processo contínuo, que requer avaliação permanente e flexibilidade para mudanças, um ponto de partida sem garantia de chegada, uma direção possível. Assim, “pensar sustentabilidade no turismo implica em idealismo e visão estratégica de longo prazo, mas também pragmatismo, a partir de experiências capazes de transformar utopia em possibilidade, discurso em prática cotidiana” (Irving *et al.*, 2005, p. 6).

Como é possível perceber, o debate acerca dessa temática ainda se faz intensa. Com isso, a evolução das relações entre turismo e desenvolvimento, além de repercutir em uma série de discussões e debates acadêmicos, se faz refletir na publicação de um conjunto de declarações e documentos normativos lançados pelas organizações e instituições do setor turístico, documentos esses que serão apresentados e discutidos a seguir.

2.3

Turismo sustentável: referenciais normativos internacionais

A maior preocupação com os impactos da relação homem/natureza no contexto do turismo datam do início da década de 1960, com o reconhecimento dos impactos potenciais do turismo de massa, tendo como ponto central pesquisas relacionadas à denominada Capacidade de Carga Turística². As discussões

² Capacidade de Carga Turística tem sido usualmente definida como o número máximo de visitantes que uma área pode acomodar mantendo poucos impactos negativos sobre os recursos e,

amadurecem, perpassando pela década de 1970 com a preocupação com a gestão de visitantes e chegando a década de 1980 com a emergência do conceito de turismo verde. Porém, como já visto, é na década de 1990 que há maior efervescência de discussões que direcionam a atividade turística em prol do desenvolvimento sustentável (Cordeiro, 2008).

A evolução das relações entre turismo e desenvolvimento é refletida em diversas declarações e documentos oficiais (quadro 2.2) lançados por estudiosos, sejam estes ligados ou não a agências, organizações e instituições do setor turístico.

Quadro 2.2 – Cronologia das principais iniciativas e declarações sobre turismo sustentável em nível internacional

Ano	Iniciativas e declarações sobre turismo sustentável em nível internacional
11963	Conferência Internacional das Nações Unidas sobre o Turismo e Viagens: resulta da transformação do turismo numa indústria de massa, com peso e com importância ao nível político e legislativo.
11980	Declaração de Manila sobre Turismo Mundial: adaptada após a Conferência Mundial do Turismo. Afirma, pela primeira vez, que o turismo prejudica mais do que beneficia as sociedades do terceiro Mundo.
11985	Carta de Direitos do Turismo e Código do Turista: são resultado da 6ª Assembleia da OMT em Sofia (Bulgária). Afirmam solenemente, em linha com a Declaração Universal dos Direitos Humanos, o direito de todos os trabalhadores ao descanso, ao lazer e a férias periódicas pagas. Indicam também linhas de orientação sustentáveis para turistas e para Estados.
11989	Declaração de Haia sobre Turismo: resultado da Conferência Interparlamentar sobre turismo. Indica 10 princípios a serem seguidos através da implementação de ações. Afirma que “deve promover-se um desenvolvimento harmonioso do Turismo em benefício de todos os que nele participam”.
11995	Carta para um Turismo Sustentável: é publicada após a conferência Mundial sobre Turismo Sustentável realizada na Espanha (Lanzarote), onde é indicado um plano de ação para o turismo sustentável.
11996	Programa de Ação da Agenda 21 para a Indústria de Viagens e Turismo: programa adotado após a ECO92. Enumera as áreas prioritárias de ação para empresas do setor em termos de sustentabilidade.
11999	Código Mundial de Ética do Turismo: é adotado pela OMT em Santiago (Chile). Resultado de negociações entre empresas, Estado, organismos e instituições. Composto por 10 artigos que se destinam a fazer com que o turismo respeite as diferentes sociedades e culturas, bem como o direito de todos os <i>stakeholders</i> envolvidos.
22000	Acordo de Mohonk: Documento que estabelece um conjunto de princípios voltados para a certificação de destinos ou produtos ecoturísticos e de turismo sustentável.
22002	Declaração de Quebec sobre o Ecoturismo: resultou da Conferência Mundial sobre Ecoturismo, sendo declarado o “Ano Internacional do Ecoturismo”. Os principais objetivos deste diálogo <i>multistakeholders</i> foi a definição de uma agenda preliminar e o estabelecimento de um grupo de recomendações para o desenvolvimento de atividades e ecoturismo pautados em um contexto de desenvolvimento sustentável. Conferência Mundial sobre o Desenvolvimento Sustentável: o turismo sustentável é definido como uma das variáveis estratégicas para o desenvolvimento sustentável, Johannesburgo (África do Sul).
22003	Declaração de Dejerba sobre o Turismo e Alterações Climáticas: base de trabalho orientadora para Estados, agências, ONGs e empresas em relação ao turismo sustentável.

ao mesmo tempo, altos níveis de satisfação para o visitante (BOO, 1990 *apud* MACIEL; PAOLUCCI; RUSCHMANN, 2008, p. 47).

	Comitê Mundial de Ética no Turismo: a sua constituição foi aprovada na China na Assembleia-Geral da OMT que apoiou o programa “Turismo Sustentável – Eliminando a Pobreza”.
22005	Fazendo o Turismo mais Sustentável – guia para gestores: resulta da combinação de esforços da OMT e da <i>United Nations Environment Programme</i> (UNEP) para condensação de aspectos que envolvem a sustentabilidade do turismo, tendo por base vasto estudo de caso sobre políticas e ferramentas específicas que contribuíram efetivamente para tornar o setor turístico mais sustentável.
22008	Lançamento dos Critérios Globais de Turismo Sustentável: critérios voluntários que ajudam as empresas turísticas a satisfazer a crescente procura por turismo sustentável por parte dos turistas. Resultado da iniciativa de uma parceria de 32 organizações, lançada pela <i>Rainforest Alliance</i> , pelo <i>United Nations Environment Programme</i> , pela <i>United Nations Foundation</i> e pela OMT. Em 2013, esta publicação foi traduzida para português.
22013	Critérios Globais para Destinações Turísticas: deriva do esforço em se chegar a um entendimento comum de como devem trabalhar as destinações sustentáveis e quais os compromissos mínimos que qualquer organização de gestão do turismo devem assumir caso pretenda ser sustentável.

Fonte: Adaptação de Santos, Barbosa e Bártolo, 2009.

Hanai (2009) salienta que tais documentos demonstram a “transição do predomínio preliminar dos aspectos socioculturais e econômicos do turismo ao paradigma onipresente da sustentabilidade” (Hanai, 2009, p. 77).

2.3.1

Carta Mundial para o Turismo Sustentável de Lanzarote - 1995

A “Carta Mundial para o Turismo Sustentável” ou “Carta de Lanzarote” é o documento resultante da Conferência Mundial do Turismo Sustentável, realizada em Lanzarote – Espanha, em abril de 1995.

Tal documento deriva do reconhecimento da necessidade de desenvolver o turismo de forma a satisfazer às expectativas econômicas e às exigências ambientais, assim como o respeito as comunidades anfitriãs.

A Carta foi elaborada segundo os princípios estabelecidos na Declaração do Rio sobre o Meio Ambiente e Desenvolvimento, cujo fruto foi a Agenda 21. Teve respaldo ainda na Declaração Universal dos Direitos Humanos e em declarações anteriores em matéria de turismo, como a Declaração de Manila sobre o Turismo Mundial (1980), a Declaração de Haya (1989) e a Carta de Turismo e Código do Turista (1985).

Esse documento configura-se como um apelo à comunidade internacional e em particular aos governos, às demais autoridades públicas, aos gestores e profissionais do *trade* turístico, às associações e instituições públicas e privadas relacionadas ao turismo, e aos turistas em adotar princípios fundamentais convencionados ao conceito de desenvolvimento sustentável. Para tanto, o documento envolve 18 intenções, cabendo ressaltar:

- O desenvolvimento do turismo deverá se fundamentar sobre os critérios de sustentabilidade e dizer se há como ser suportável ecologicamente a longo prazo, viável economicamente e equitativo dentro de uma perspectiva ética e social;
- O turismo deve considerar os efeitos causados ao patrimônio cultural e aos elementos, atividades e dinâmicas tradicionais das populações autóctone;
- A contribuição do turismo ao desenvolvimento sustentável implica necessariamente na solidariedade, no respeito mútuo e na participação de todos os atores envolvidos no processo;
- A conservação, a proteção e a valorização do patrimônio natural e cultural representam uma área privilegiada para a cooperação;
- O turismo deve contribuir positivamente para a economia local assentando-se sobre a diversidade de oportunidades oferecidas pela comunidade;
- O desenvolvimento turístico deve repercutir em melhoria da qualidade de vida dos autóctones e incidir no enriquecimento sociocultural de cada destino;
- Devem ser desenvolvidas ações que permitam uma divisão mais equitativa dos benefícios e cargas geradas pelo turismo;
- Zonas vulneráveis tanto do ponto de vista ambiental quanto cultural, atuais e futuras, devem receber ajuda especial no que tange cooperação técnica e apoio financeiro de modo a promover o desenvolvimento sustentável do turismo;
- Governos, trade turístico, autoridade e ONGs responsáveis pelo turismo devem impulsionar e participar na criação de redes abertas de investigação, difusão, informação e transferência de conhecimentos no que se refere ao turismo e a tecnologias turísticas ambientalmente sustentáveis;
- É fundamental a adoção e prática de códigos de conduta que favoreçam a sustentabilidade por parte dos principais atores envolvidos na atividade turística.

Além das intenções, o documento chama atenção ainda para a necessidade que os governos realizem em caráter de urgência planos de ação para o desenvolvimento sustentável do turismo.

2.3.2

Código Mundial de Ética para o Turismo - 1999

O Código Mundial de Ética do Turismo cria um marco de referência para o desenvolvimento responsável e sustentável do turismo mundial no início do novo milênio. O seu texto inspirou-se em numerosas declarações e códigos profissionais similares que o precederam e que refletem a mudança ocorrida na sociedade no final do século XX.

A preparação deste código advém de uma resolução adotada na Assembleia Geral da OMT, em Istambul, em 1997. Nos dois anos seguintes, formou-se um comitê especial para preparar o Código, tendo como base um documento preliminar preparado pelo Secretário-Geral e Conselheiro Jurídico da OMT.

A Comissão das Nações Unidas para o Desenvolvimento Sustentável, reunida em Nova Iorque em abril de 1999, aprovou o conceito do Código e solicitou a OMT que requeresse junto ao setor privado, às organizações não governamentais e às organizações sindicais sugestões, se fazendo assim um processo de consulta.

O Código de Ética do Turismo é composto por dez artigos, sendo os nove primeiros referentes aos princípios de orientação para destinos, governos, operadores turísticos, promotores, agentes de viagem, empregados e para os próprios turistas. O décimo capítulo se refere a aplicação dos princípios levantados nos capítulos anteriores.

O código traz o turismo como um direito, assim como a liberdade de deslocamento. E ressalta como objetivo principal da OMT “promover uma ordem turística mundial, equitativa, responsável e sustentável, em benefício mútuo de todos os setores da sociedade, num contexto de uma economia internacional aberta e liberalizada” (OMT, 1999, p. 3).

2.3.3

Agenda 21 para a Indústria de Viagens e Turismo

Em 1996, a OMT, o Conselho da Terra e o Conselho Mundial de Viagens e Turismo uniram-se para lançar um plano de ação intitulado “Agenda 21 para a indústria de viagens e turismo: rumo ao desenvolvimento ambientalmente sustentável” – um programa de desenvolvimento setorial pautado nos resultados da Cúpula da Terra.

Na Agenda 21 para a indústria de viagens e turismo são estabelecidos uma série de princípios, de acordo com o código de comportamento tanto da oferta como da demanda turística (Hanai, 2009).

A agenda é composta por 16 diretrizes, sendo oito relacionadas ao *trade* turístico, ou seja, ações que a “indústria” turística pode adotar e outras oito destinadas governos e representações organizacionais ligadas ao turismo, de modo que hajam como facilitadores deste processo. Com isso, a agenda visa auxiliar os departamentos de governo responsáveis pelo turismo, as administrações nacionais, organizações profissionais representativas e empresas ligadas ao setor a alcançar seu pleno desenvolvimento sustentável a nível local e nacional.

Assim, a implementação de suas recomendações vai no sentido de aproveitar o poder do turismo para:

- Criar valor econômico para os recursos cuja conservação de outra forma não teria valor financeiro;
- Proporcionar incentivos e meios para a melhoria ambiental de áreas;
- Estabelecer infraestruturas essenciais estimulando também outras atividades econômicas;
- Sensibilizar comunidade local e turistas sobre a importância do desenvolvimento sustentável;
- Oferecer alternativas de crescimento ambientalmente saudáveis para os países em desenvolvimento e os Estados insalubres;
- Incentivar outras empresas a adotarem práticas sustentáveis, pedindo com que fornecedores ofereçam produtos ambientalmente responsáveis e por meio da troca de ideias e informações sobre a gestão ambiental.

2.3.4 Acordo de Mohonk – 2000

É um documento que contém um conjunto de princípios gerais e elementos que devem fazer parte de qualquer programa de certificação em ecoturismo e turismo sustentável. Resulta do *workshop* internacional promovido pelo *Institute for Policy Studies* com apoio da *Ford Foundation* em Mohonk Mountain House (Nova Iorque) em novembro de 2000 (CORDEIRO, 2008).

O acordo define o turismo sustentável como aquele que procura minimizar os impactos negativos ecológicos e socioculturais, proporcionando benefícios econômicos para as comunidades locais e países de acolhimento (Rainforest-Alliance, 2015, p. 97).

O documento traz o esquema geral para um sistema de certificação envolvendo três pontos: (i) esquema básicos; (ii) estrutura dos critérios e; (iii) esquema de integração. Traz ainda, os critérios para o turismo sustentável envolvendo quatro dimensões: (i) geral; (ii) sociocultural; (iii) ecológico e; (iv) econômico.

2.3.5

Critérios Globais para Destinações Turísticas – 2013

Os Critérios Globais para Destinações Turísticas derivam do esforço em se chegar a um entendimento comum de como devem trabalhar as destinações sustentáveis e quais os compromissos mínimos que qualquer organização de gestão do turismo devem assumir caso pretenda ser sustentável.

Segundo o *Global Sustainable Tourism Council* (2013) para satisfazer a definição de turismo sustentável as destinações devem ter uma abordagem interdisciplinar, holística e integradora que inclui quatro objetivos principais: (i) demonstrar a gestão sustentável; (ii) maximizar os benefícios sociais e econômicos para a comunidade de acolhimento e minimizar os impactos negativos; (iii) maximizar os benefícios para as comunidades, para os visitantes e para o patrimônio cultural e minimizar os impactos e; (iv) maximizar os benefícios para o meio ambiente e minimizar os impactos negativos.

Tais critérios são parte da resposta da comunidade do turismo para os desafios globais estabelecidos pelas Metas do Milênio, sendo a redução da pobreza, a igualdade de gênero e a sustentabilidade ambiental os norteadores dos mesmos.

Os critérios globais de turismo sustentável são administrados pelo *Global Sustainable Tourism Council* e foram concebidos como o início de um processo para tornar a sustentabilidade uma prática comum em todas as formas de turismo.

2.4

Políticas Públicas de Turismo no Brasil

Refletir sobre políticas públicas envolve primeiramente o entendimento da organização do homem em sociedade e a distinção entre espaço público e privado, uma vez que a vida em sociedade é governada por uma relação de equilíbrios e desequilíbrios oriundos da tríade governo-mercado-comunidade (Iser, 2009).

Para Bovo (2006), as políticas públicas têm origem em necessidades manifestadas pelos diversos atores sociais e se destinam a encontrar meios conciliatórios para solução de demandas de assuntos públicos incluídos na agenda do governo.

Muito embora uma série de definições referentes a política pública existam, suas bases encontram-se pautadas nos governos, palco de embates em torno de interesses, preferências e ideias na condução da sociedade, na qual a finalidade deve ser de interesse público, sendo construídas com e para a coletividade (Barros, 2009). Isso posto, vislumbra-se a necessidade da manutenção de um espaço público não apenas para uma geração, mas sim de um espaço público que transcenda a duração da vida de homens mortais, criando-se com isso um vínculo com o ideal de sustentabilidade (Iser, 2009).

Com isso, ao entender o turismo como um direito de todos, este “deve democratizar-se e humanizar-se, devendo ser acessível a todos” (MTur, 2007), presentes e futuras gerações.

Dessa forma, a política pública de turismo pode ser definida como:

“Um conjunto de regulamentações, regras, diretrizes, diretivas, objetivos e estratégias de desenvolvimento e promoção que fornecem uma estrutura na qual são tomadas as decisões coletivas e individuais que afetam diretamente o desenvolvimento turístico e as atividades diárias dentro de uma destinação” (Goeldner, Ritchie e McIntosh, 2002).

Assim, entender como a política pública de turismo no Brasil está sendo encaminhada é essencial para a promoção de uma racionalidade sustentável nas destinações turísticas brasileiras.

A administração pública brasileira, historicamente, tratou o turismo como uma atividade irrelevante, resumindo-o apenas ao plano do discurso (Bovo, 2006). Foi apenas em 1966 que a primeira iniciativa de política pública para o setor turístico foi estabelecida. O quadro 2.3, abaixo apresentado, sintetiza os marcos históricos das políticas públicas do turismo no Brasil.

Quadro 2.3 – Marcos históricos das políticas públicas do turismo brasileiro

Ano	Política
1963- 1966	Ministério da Indústria e Comércio (Divisão de Turismo e Certames do Departamento Nacional do Comércio).
1966	Decreto Lei nº 55/1966 (primeira política nacional de turismo); Criação da Embratur; Conselho Nacional de Turismo – CNTUR; e Sistema Nacional de Turismo.
1973	Criação do Fundo Geral de Turismo - FUNGETUR
1976	Criação do Fundo de Investimento para o Nordeste – FINOR; do Fundo de Investimento para Amazônia – FINAN; e do Fundo de Investimentos Setoriais – Fiset.

1977	Criação da Lei 6.505 de 13/12/1977 (Dispõe sobre as atividades e serviços turísticos, estabelecendo para funcionamento e fiscalização). Criação da Lei 6.513 de 20/12/1977 (Cria áreas e locais de interesse público).
1986	Criação do Programa “Passaporte Brasil” para a promoção do turismo
1987	Lançamento do Turismo Ecológico (Embratur).
1988	Turismo é citado na Constituição Federal, Art, 180.
1991	Lei 8.181 de 20/03/1991 (Dá nova denominação à Embratur e confere a mesma o status de autarquia).
1992	Decreto 448 de 14/02/1992 (Regulamente dispositivos da Lei 8.181 e dispões sobre a Política Nacional de Turismo).
1994	Lançamento do Programa Nacional de Municipalização do Turismo
1996	Turismo passa a fazer parte do Ministério do Esporte e Turismo
1996-1999	Nova Política Nacional de turismo
2002-2007	Programa de Certificação do Turismo Sustentável
2003	Criação do Ministério do Turismo; Reformulação das Atribuições da Embratur.
2003	Lançamento do Plano Nacional de Turismo – PNT 2003/2007
2004	Lançamento do Programa de Regionalização do Turismo – Roteiros do Brasil
2007	Lançamento do Plano Nacional de Turismo – PNT 2007/2010 – Uma viagem de inclusão.
2007-2009	Programa Bem Receber
2008	Promulgação da Lei 11.771 de 17/09/2008 (Dispõe sobre a Política Nacional de Turismo).
2009	Lançamento do Programa Turismo 100%
2010-2011	Programa Bem Receber Copa
2013	Lançamento do Plano Nacional de Turismo – PNT 2013/2016.

Fonte: Formulação própria com base em Oliveira e Rossetto (2013), Felix (2013) e Beni (2006).

Beni (2006) ressalta que foi a partir de 1966 que se inaugurou no país a primeira estrutura institucional pública para o turismo por meio do decreto Lei nº 55/1966 que criou o Conselho Nacional de Turismo (CNTur), a Empresa Brasileira de Turismo (Embratur) e o Sistema Nacional de Turismo (Oliveira e Rossetto, 2013; Felix, 2013). Ao longo dos anos de 1970 foram criados fundos de investimentos para o turismo³ que destinavam-se a construção de infraestrutura turística, sendo sua maioria aplicados na construção de hotéis, destinados ao público de luxo (BENI, 2006).

A década de 1970, foi considerada por Magalhães (2002), a primeira fase de expansão do turismo, impulso esse derivado da concepção do turismo como uma fonte milagrosa para resolver os problemas do país.

Somente em 1980 que o poder público passa a regulamentar o turismo, devido a intensificação da ideia do turismo como um produto importante para a geração de riqueza, podendo contribuir significativamente para a economia, porém o amadorismo e improvisação de toda cadeia produtiva, do planejamento à

³ Fundo Geral de Turismo – Fungetur (1973); Fundo de Investimento para o Nordeste – Finor; Fundo de Investimento da Amazônia – Finam; e Fundo de Investimentos Setoriais – Fiset (1976)

implementação, gestão e operação turística, foi um fator marcante do turismo nacional até 1995 (Bovo, 2006).

Um fato marcante para o turismo, porém, na década de 80 foi o artigo 180 da Constituição de 1988 que menciona que “a União, os Estados, o Distrito Federal e os Municípios promoverão e incentivarão o turismo como fator de desenvolvimento econômico e social” (Brasil, 2012, art. 180)

No início dos anos de 1990, é editada nova legislação para o setor, por meio da lei 8.181/1991⁴, no entanto, tal alteração não resultou em uma evolução concreta da gestão pública do turismo no país (Felix, 2013). Sendo somente em meados da década de 1990, com a elaboração de uma nova política nacional e a criação de programas⁵ que um novo olhar governamental recaiu sobre o setor (Dias, 2003).

O Programa Nacional de Municipalização do Turismo lançado em 1994, no então governo de Fernando Henrique Cardoso e a criação do Ministério do Turismo, em 2003, no governo Lula trouxeram um novo panorama para o turismo, uma vez que adotou medidas que visavam destacar a atividade. No entanto, Oliveira e Rossetto (2013) salientam que, mesmo havendo a elevação da importância dada ao setor, houve também uma perda significativa de conteúdo e norteamento para o turismo brasileiro, demonstrando mais uma vez a falta de planejamento da gestão pública do setor e da congruência entre as políticas e os planos de governo.

2.4.1

Programas governamentais que visavam o desenvolvimento sustentável do turismo

Para tornar a sustentabilidade um fator relevante para o turismo brasileiro são necessários programas e ações públicas contínuas que sirvam como chave para a conscientização quanto a sustentabilidade no turismo, propiciando condições de esclarecimento e compreensão sobre os objetivos e os benefícios derivados da implantação de práticas sustentáveis (Oliveira e Rossetto, 2013).

⁴ A lei 8.181/1991 teve por objetivo maior a transformação da Embratur em autarquia, além de atribuí-la nova denominação – Instituto Brasileiro de Turismo. O foco da Embratur passa então para formulação, execução e planejamento do turismo (JusBrasil, 2015).

⁵ Programa de ação para o desenvolvimento do turismo no Nordeste (Prodetur-NE); Programa Nacional de Ecoturismo e Programa Nacional de Municipalização do Turismo (PNMT) (Dias, 2003).

No governo de Fernando Henrique Cardoso, o turismo começa a se destacar no cenário nacional, tendo em vista a alocação de infraestruturas necessárias ao seu desenvolvimento do setor turístico, bem como o do país (Trentin e Fratucci, 2011).

A Política Nacional de Turismo (1996-1999) foi regida pela lógica neoliberal de atração de investimentos e pelo discurso da participação social, assim como pelo discurso da sustentabilidade e do desenvolvimento sustentável, reflexo este, derivado das discussões da ECO-92 realizada no Rio de Janeiro.

Em 2000, uma nova lógica de planejamento turístico foi estabelecida por meio do Plano Nacional de Turismo - PNT 2000 cujo enfoque era participativo, tendo como principal programa de ação a efetivação do Programa Nacional de Municipalização do Turismo, no qual o objetivo geral era “fomentar o desenvolvimento turístico sustentável nos municípios, com base na sustentabilidade econômica, social, ambiental, cultural e política” (Embratur, 1999, p. 11, *apud* Brusadim, 2005, p. 98). O autor salienta ainda, que o programa buscava dotar os municípios de condições técnicas e organizacionais de modo que tivessem capacidade de criar os seus Conselhos Municipais de Turismo, com o intuito de inserir a comunidade na formulação e gestão do Plano Municipal de Desenvolvimento do Turismo Sustentável.

Com a mudança de governo, em 2003, a lógica de planejamento e gestão do turismo foi alinhada em uma abordagem regional, fato instaurado pelo Programa de Regionalização do Turismo, cujo objetivo geral é “apoiar a gestão, estruturação e promoção do turismo no país, de forma regionalizada e descentralizada” (Brasil, 2013, p. 24), tendo por premissas para sua execução: a abordagem territorial; a integração e participação social; a inclusão; a descentralização; a *sustentabilidade*; a inovação; e a competitividade.

Diversos programas cuja finalidade era dotar as empresas de maior consciência e atuação em prol da sustentabilidade foram lançados no cenário turístico brasileiro, sendo eles: Programa de Certificação de Turismo Sustentável

(PCTS)⁶; Programa Bem Receber⁷; Programa Turismo 100%⁸; Programa Bem Receber Copa⁹.

É possível perceber por meio dos programas apresentados o intuito de estimular e tornar o setor mais sustentável, tendo como foco principal a qualificação profissional e a certificação de agentes, produtos e serviços no que tange a sustentabilidade. Porém, o que pode ser observado é a descontinuidade das ações não havendo a efetividade das mesmas.

2.4.2

Visão de sustentabilidade do turismo nas políticas públicas vigentes

Segundo Beni (2002), as políticas públicas de turismo devem possuir como princípios norteadores três fatores: o ambiental, o social e o econômico, demonstrando assim a necessidade de estar pautada na tríade da sustentabilidade.

A Política Nacional de Turismo vigente, promulgada por meio da Lei 11.771 de 17 de setembro de 2008, traz em seu art. 3º, parágrafo único que

“o poder público atuará, mediante apoio técnico, logístico e financeiro, na consolidação do turismo com importante fator de *desenvolvimento sustentável*, de distribuição de renda, de geração de emprego e da conservação do patrimônio natural, cultural e turístico brasileiro” (Brasil, 2008, parágrafo único).

No art. 2º, parágrafo único, ressalta o turismo como instrumento responsável pela movimentação econômica, geração de emprego, renda e receitas públicas, sendo importante para o desenvolvimento econômico e social, promoção e diversidade cultural e preservação da biodiversidade. E em seu art. 4º sinaliza que a “Política Nacional de Turismo obedecerá aos princípios constitucionais da livre iniciativa, da descentralização, da regionalização e do desenvolvimento econômico-social justo e sustentável” (Brasil, 2008, parágrafo único).

⁶ Lançado em 2002, tinha por objetivo planejar e implementar estratégias de certificação para os envolvidos na cadeia de turismo sustentável no Brasil. Foi finalizado em 2007.

⁷ Lançado em 2007, tinha por objetivo contribuir para melhoria da qualificação dos serviços prestados e aumentar a competitividade do setor turístico, tendo por base a gestão sustentável. Foi finalizado em 2009.

⁸ Lançado em 2009, tinha por objetivo melhorar os serviços turísticos por meio do incentivo e do apoio financeiro à certificação pelas normas brasileiras de gestão da sustentabilidade, gestão da segurança no turismo de aventura e de pessoas e de produtos turísticos.

⁹ Lançado em 2010, tinha por objetivo proporcionar a qualificação profissional para diversos segmentos do *trade* turístico. Foi descontinuado em 2011.

Por meio destas colocações, é visível a ênfase dada aos aspectos econômicos e sociais, sendo o aspecto ambiental deixado em segundo plano. É perceptível ainda a ligação do termo desenvolvimento ao significado de crescimento econômico, e não aos preceitos do desenvolvimento sustentável. Tal percepção torna-se ainda mais aparente quando analisado o art. 7º da Lei que aborda o monitoramento e avaliação do turismo, tendo como informações a serem levantadas: (i) o movimento turístico receptivo e emissivo; (ii) as atividades turísticas e seus efeitos sobre o balanço de pagamentos; e (iii) efeitos econômicos e sociais advindos da atividade turística.

O Plano Nacional de Turismo (2013-2016) é a referência para política pública setorial do turismo, devendo ter como perspectiva “a efetivação do potencial da atividade para um desenvolvimento econômico sustentável, ambientalmente equilibrado e socialmente inclusivo” (Brasil, 2015, p. 52). Mesmo trazendo esses pressupostos, a sustentabilidade só é apresentada em uma das ações do plano, “Estimular o desenvolvimento sustentável do turismo”, contudo ao verificar as micro ações, o que nota-se são ações destinadas a tipos de turismo alternativos e não a tentativa de se estabelecer um processo de busca pelo desenvolvimento sustentável do destino turístico Brasil em sua totalidade. Com relação aos indicadores propostos para monitoramento e avaliação do plano, o que se vê são indicadores econômicos e sociais, indicadores esses presentes na Lei nº 11.771/2008 (Brasil, 2015).

Com relação ao Programa de Regionalização do Turismo, continuado no governo Dilma, recebendo novas diretrizes no ano de 2013, a sustentabilidade aparece como premissa de execução, no entanto ao analisar o objetivo geral e os específicos levantados, o que se percebe é apenas a visão hegemônica do turismo enquanto importante instrumento de geração de divisas para o país e conseqüentemente de emprego e renda para as populações envolvidas com a atividade.

2.5

Considerações finais sobre o capítulo

Mesmo sendo considerado utopia por parte de alguns autores, o desenvolvimento sustentável do turismo, instiga a tentativa de uma aplicação e

operacionalização mais responsável da atividade turística, almejando desenvolver-se segundo os princípios da sustentabilidade.

Foi possível perceber duas visões bem distintas sobre a teorização do desenvolvimento sustentável do turismo. Por uma parte, a visão daqueles que refutam plenamente a utilização do termo, uma vez que consideram opostos a prática turística e o desenvolvimento sustentável, pois o turismo segue a lógica de apropriação e consumo instaurados na sociedade do capital. Por outra parte, há os que percebem a aplicação do conceito como possível e sobretudo essencial para a manutenção dos destinos turísticos independentemente de ser desenvolvido de forma alternativa ou convencional. No entanto, tal percepção é apoiada na ideia de processo, uma intenção constante de aperfeiçoamento das práticas de modo a se chegar a um maior equilíbrio entre a equidade social, crescimento econômico e preservação ambiental.

Inúmeras orientações internacionais são publicadas visando estimular uma maior sustentabilidade dos destinos turísticos, no entanto, o que se percebe do destino Brasil, que muito embora tal termo seja abordado no texto de suas políticas públicas, ao avaliar as ações propostas o que se observa é uma visão hegemônica do viés econômico da atividade, sendo os aspectos ambientais desconsiderados e os sociais ligados a empregabilidade e uma possível melhoria da renda da população autóctone.

Isso posto, percebe-se que o desenvolvimento sustentável do turismo deve estar ligado à elaboração de metodologias integradoras, que integre na análise, ao menos, os aspectos ambientais, sociais e econômicos provenientes da atividade, dentro de estratégias a longo prazo. Portanto, as divergências conceituais que envolvem o termo não devem ser tidas como um limitante para a criação de indicadores, mas sim como uma oportunidade para concretizar seu significado e alcance, conferindo aspectos práticos aos ideais levantados teoricamente. Por isso, o capítulo que segue ressaltará os princípios que devem nortear a elaboração de indicadores de sustentabilidade eficientes, assim como discutirá sua importância.

3

Monitoramento e avaliação da sustentabilidade do turismo

Discute-se inicialmente a aplicabilidade dos Princípios de Bellagio para a avaliação da sustentabilidade do turismo, chegando-se à indicação de cinco categorias de análise relacionadas aos dez princípios considerados aplicáveis a esse contexto, a saber: visão de desenvolvimento sustentável; capacidade para comunicação efetiva; capacidade para fornecer informação ao processo de tomada de decisão; participação pública e; potencial para avaliação constante.

Na sequência, apresenta-se a ferramenta proposta por Van Bellen (2005), descrevendo-se em detalhe sua estrutura segundo cinco categorias de análise: escopo, esfera, dados, participação e interface. Consolidam-se, assim, as bases teóricas que fundamentaram a análise de conjunto de indicadores propostos para as diferentes regiões do Brasil.

3.1

Princípios de Bellagio para avaliação da sustentabilidade do turismo

Muito embora várias metodologias para avaliar a sustentabilidade estejam sendo propostas, não é possível distinguir uma delas como melhor ou pior (Cordeiro, 2008), isso porque, a metodologia deve ser capaz de capturar toda complexidade inerente ao desenvolvimento, sem reduzir a significância de cada um dos escopos utilizados no sistema (Van Bellen, 2005), sendo dessa forma o processo de avaliação complicado.

Ao considerar as colocações de Lee (2006), por exemplo, uma metodologia para avaliação da sustentabilidade deve considerar os aspectos ambientais, econômicos e sociais, assim como deve prever as condições futuras em diferentes cenários; comparar os possíveis efeitos oriundos das diferentes ações; e comunicar efetivamente os resultados as partes interessadas. Já para Twining-Ward e Butler (2002, *apud* Hanai, 2009) tal metodologia de avaliação da sustentabilidade deve refletir o espaço e o tempo específico dos contextos locais de modo que as ferramentas de gestão sejam realmente efetivas. Para Dahl (1997, *apud* Hanai,

2009), os métodos de avaliação da sustentabilidade devem ser de âmbito local, uma vez que cada comunidade é individual e por isso deve desenvolver seu conjunto individualizado de indicadores, viabilizando assim, que estes se tornem parte da identidade do grupo de atores envolvidos.

No entanto, como colocam Cordeiro, Partidário e Leite (2009), o mais bem estruturado escopo de uma avaliação da sustentabilidade trata-se, provavelmente, dos Princípios de Bellagio, uma forma de análise qualitativa, de reconhecimento internacional de avaliação de processos rumo à sustentabilidade nas suas múltiplas dimensões.

Os Princípios de Bellagio são resultado do trabalho realizado por um grupo de especialistas e pesquisadores em mensuração e avaliação da sustentabilidade de diversos países que em novembro de 1996 se reuniram no Centro de Conferência em Bellagio, na Itália, com o apoio da Fundação Rockefeller (Morais, 2008), tendo por objetivo revisar os dados e as diferentes iniciativas de avaliação da sustentabilidade, além de sintetizar a percepção geral sobre os principais aspectos relacionados à avaliação do desenvolvimento sustentável (Silveira, Gehlen e Barros, 2009).

Os Princípios de Bellagio são destinados a orientar a avaliação de todo o processo, da escolha e projeto dos indicadores e sua interpretação até a comunicação dos resultados (Morais, 2008). Van Bellen (2005) completa, ressaltando que a aplicação dos Princípios de Bellagio é relevante como orientação para o aperfeiçoamento e melhoria dos processos de avaliação, uma vez que é imprescindível uma organização teórica entre os diferentes sistemas, de modo a ser o mais apropriado no cumprimento de seu objetivo final. Por isso Cordeiro (2008, p. 51) salienta que “qualquer instrumento vocacionado para avaliar a sustentabilidade deve atender a pelo menos 10 princípios básicos (Quadro 3.1).

Quadro 3.1 – Princípios de Bellagio para avaliação dos instrumentos destinados a Monitoramento e Avaliação da sustentabilidade.

Princípios de Bellagio	
1. Guia de Visões e Metas	
A avaliação do progresso rumo a sustentabilidade deve:	
✓	Ser guiada por uma visão clara do que seja desenvolvimento sustentável e das metas que definam esta visão.
2. Perspectiva Holística	
A avaliação do progresso rumo à sustentabilidade deve:	
✓	Incluir uma revisão do sistema todo e de suas partes;
✓	Considerar o bem-estar dos subsistemas ecológico, social e econômico, seu estado atual, bem como sua direção e sua taxa de mudança, de seus componentes e a interação entre as suas partes;
✓	Considerar as consequências positivas e negativas da atividade humana de modo a refletir os custos e benefícios para os sistemas ecológico e humano, em termos monetários e não monetários.

3. Elementos Essenciais

A avaliação do progresso rumo à sustentabilidade deve:

- ✓ Considerar a equidade e a disparidade dentro da população atual e entre as gerações presentes e futuras, lidando com a utilização de recursos, superconsumo e pobreza, direitos humanos e acesso a serviços;
- ✓ Considerar as condições ecológicas das quais a vida depende;
- ✓ Considerar o crescimento econômico e outros aspectos que não são oferecidos pelo mercado e contribuem para o bem-estar social e humano.

4. Âmbito Adequado

A avaliação do progresso rumo à sustentabilidade deve:

- ✓ Adotar um horizonte de tempo suficientemente longo para abranger as escalas de tempo humana e dos ecossistemas, atendendo as necessidades das futuras gerações, bem como da geração presente em termos de processo de tomada de decisão em curto prazo;
- ✓ Definir o espaço de estudo para abranger não apenas impactos locais, mas, também, impactos de longo prazo sobre as pessoas e ecossistemas;
- ✓ Construir um histórico das condições presentes e passadas para antecipar futuras condições.

5. Foco Prático

A avaliação do progresso rumo à sustentabilidade deve ser baseada em:

- ✓ Um sistema organizado que relacione as visões e as metas dos indicadores e dos critérios de avaliação;
- ✓ Um número limitado de questões-chave para análise;
- ✓ Um número limitado de indicadores ou combinação de indicadores para fornecer um sinal claro de progresso;
- ✓ Padronização das medidas, quando possível, para permitir comparações;
- ✓ Comparação dos valores dos indicadores com as metas, valores de referência, padrão mínimo e tendências.

6. Abertura / Transparência (*openness*)

A avaliação do progresso rumo à sustentabilidade deve:

- ✓ Construir os dados e indicadores de modo que sejam acessíveis ao público;
- ✓ Tornar explícitos todos os julgamentos, suposições e incertezas nos dados e nas interpretações.

7. Comunicação Efetiva

A avaliação do progresso rumo à sustentabilidade deve:

- ✓ Ser projetada para atender às necessidades do público ou grupo de usuários;
- ✓ Ser feita de forma que os indicadores e as ferramentas estimulem e engajem os tomadores de decisão;
- ✓ Procurar a simplicidade na estrutura do sistema e utilizar linguagem clara e simples.

8. Ampla Participação

A avaliação do progresso rumo à sustentabilidade deve:

- ✓ Obter ampla representação do público: profissional, técnico e comunitário, incluindo participação de jovens, mulheres e indígenas para garantir o reconhecimento dos valores, que são diversos e dinâmicos;
- ✓ Garantir a participação dos tomadores de decisão para assegurar uma forte ligação na adoção de políticas e nos resultados da ação.

9. Avaliação Constante

A avaliação do progresso rumo à sustentabilidade deve:

- ✓ Desenvolver o potencial para medição de modo a determinar tendências;
- ✓ Ser interativa, adaptativa e responsiva às mudanças, porque os sistemas são complexos e se alteram frequentemente;
- ✓ Ajustar metas, sistemas e indicadores aos *insights* decorrentes do processo;
- ✓ Promover o desenvolvimento do aprendizado coletivo e o *feedback* necessário para a tomada de decisão.

10. Capacidade Institucional

A continuidade na avaliação rumo ao desenvolvimento sustentável deve ser assegurada por:

- ✓ Delegação clara de responsabilidade e provimento de suporte constante no processo de tomada de decisão;
- ✓ Provimento de capacidade institucional para a coleta de dados, sua manutenção e documentação;
- ✓ Apoio ao desenvolvimento da capacitação local de avaliação.

Fonte: Hardi e Zdan (1997, *apud* Cordeiro, 2008).

O que é possível concluir do quadro 3.1 é que os Princípios de Bellagio buscam apenas sinalizar as condições mínimas do que se espera de uma metodologia que vise avaliar a sustentabilidade e que possa gerar informações úteis e confiáveis sobre o estágio de desenvolvimento de dada realidade, identificando

problemas e limitações, potencialidades e alternativas. Isso possibilitará que os *stakeholders* tenham uma visão integral e holística do rumo que está sendo seguido (Cordeiro, 2008).

Para Ko (2005), mesmo estes não sendo um conjunto de princípios formulados de modo a direcionar, especificamente, a formulação de instrumentos de M&A do desenvolvimento sustentável do turismo, os Princípios de Bellagio podem ser perfeitamente aplicáveis ao processo de avaliação da atividade. Eles sintetizam a percepção geral sobre os aspectos relacionados com a avaliação do desenvolvimento sustentável. Ko (2005) ressalta que nenhum documento similar foi ofertado com esses fins para a análise de instrumentos destinados a atividade turística.

Isso posto, a avaliação que foi proposta nessa investigação definiu cinco categorias de análise, de modo a abranger as ideias presentes nos Princípios de Bellagio. Tais categorias foram propostas por Cordeiro (2008) e seguem explicitadas abaixo.

3.1.1

Visão de desenvolvimento sustentável

O ponto de partida para o desenvolvimento de um sistema de avaliação da sustentabilidade é a definição do conceito, o estabelecimento da visão acerca de desenvolvimento sustentável, pois o sucesso de qualquer processo de M&A encontrasse diretamente vinculado com a definição clara do objeto de análise, fator essencial para conferir precisão e confiabilidade a análise (Cordeiro, 2008).

No entanto, sabe-se que o termo “desenvolvimento sustentável”, assim como os termos “desenvolvimento sustentável do turismo” ou “turismo sustentável” se fazem envoltos de conceitos diversos. No entanto, duas premissas básicas encontram-se explicitadas nas mais diferentes conceituações do termo “turismo sustentável” ou “desenvolvimento sustentável do turismo”, premissas esses dirigidos por Irving (2005) e Saarinen (2006), sendo elas: (i) preocupação com as gerações futuras; (ii) preocupação com as dimensões social, ambiental e econômica. Observou-se, portanto, tais premissas para verificar a visão de desenvolvimento sustentável empregada nas ferramentas internacionais e nos instrumentos nacionais analisados.

3.1.2

Capacidade para comunicação efetiva

Comunicar não é apenas transmitir determinada mensagem ao público, mas é fazê-la de forma compreensível. Dessa forma, apresentar as informações de forma simples, elegante e efetiva, sem comprometer a complexidade inerente a avaliação de um fenômeno complexo, constitui um dos desafios a serem cumpridos pelos instrumentos que se propõem a monitorar e avaliar o desenvolvimento sustentável do turismo (Cordeiro, 2008).

Outro desafio que deve ser cumprido por um instrumento de avaliação é ser capaz de demonstrar o conjunto de valores e julgamentos que recai sobre o método empregado, desde a coleta de dados e informações até a agregação e interpretação, uma vez que “não existe método de avaliação asséptico e desprovido de concepções filosóficas e/ou ideológicas” (Siena, 2002, p. 77). Com isso, “para gozarem da legitimidade necessária que este tipo de ferramenta requer, é necessário que os instrumentos de avaliação de sustentabilidade tornem explícitos seus valores, pressupostos, julgamentos, métodos e incertezas (Cordeiro, 2008, p. 55).

Considerando tais colocações, esta categoria de análise avaliará cada instrumento conforme sua capacidade de apresentação e transparência.

3.1.3

Capacidade para fornecer informação ao processo de tomada de decisão

A função dos instrumentos de M&A da sustentabilidade da atividade turística serão sempre as mesmas e estão ligadas ao embasamento da tomada de decisão. Assim, verificar como esses instrumentos fornecem informação a esse grupo específico de atores (os tomadores de decisão) é fundamental, pois cabe a esse grupo analisar a realidade e, face às alternativas existentes, optar pelas melhores hipóteses que conduziram o destino à sustentabilidade (Cordeiro, 2008).

Os instrumentos de avaliação da sustentabilidade do turismo devem ser capazes de informar sobre as potencialidades e riscos que podem intervir sobre a sustentabilidade da atividade turística. Assim, os tomadores de decisão devem estar munidos de informações simples e representativas, que lhes forneçam as condições básicas de delinear as estruturas existentes em um dado momento, além de criar cenários tendenciais e alternativos. Por isso, para atender a esse critério, os instrumentos devem ter por características a simplicidade (clareza e objetividade da

informação gerada), e significância (informação gerada ser relevante para o planejamento da atividade, sendo capaz de alertar sobre os riscos que possam comprometer os objetivos de sustentabilidade do turismo) (Cordeiro, 2008).

3.1.4

Participação pública

“O desenvolvimento sustentável requer o engajamento ativo das partes interessadas” (Cordeiro, 2008, p. 57). Fato que é destacado em diretrizes internacionais e nas políticas públicas de turismo, ressaltando argumentos de que o desenvolvimento sustentável do turismo deve prezar pela participação de todos os interessados em todas as fases do planejamento, não isentando dessa forma a fase de monitoramento e avaliação.

Para Hanai (2009) projetos de desenvolvimento, bem-sucedidos, encontram-se intimamente ligados às condições primordiais de participação da sociedade civil. Nas suas palavras:

“Comunidades anfitriãs esclarecidas e conscientes de sua responsabilidade para o sucesso do desenvolvimento turístico, podem participar e se envolver, de maneira ativa e efetiva, nos processos decisórios locais, permitindo o seu posicionamento de forma crítica, a fim de valorizar a sua identidade e o seu interesse local pelo turismo, fortalecendo os princípios sustentáveis do desenvolvimento” (Hanai, 2009, p. 146).

Isso posto, essa categoria visa identificar se os instrumentos analisados incorporam ou não a participação pública em suas metodologias e de que forma a fazem (*top-down* ou *bottom-up*).

3.1.5

Potencial para avaliação constante

O desenvolvimento sustentável é um processo, e como tal, envolve uma dimensão temporal. Um cenário pode ser sustentável hoje e pode não o ser no futuro. As destinações turísticas são sistemas complexos e como tal modificam-se o tempo todo. Isso posto, é esse aspecto dinâmico que é necessário que os instrumentos de avaliação do desenvolvimento sustentável do turismo comuniquem, uma vez que é necessário que estes destinos sejam geridos consoante às novas circunstâncias apresentadas (Cordeiro, 2008). Tal autor ainda ressalta que instrumentos de avaliação devem captar as alterações, alertando, quando for o caso, o afastamento do cenário desejado ou das metas traçadas.

Por isso, verificar o potencial para avaliação constante deve pautar-se na capacidade dos instrumentos em atender essas duas características. Sendo o potencial adaptativo entendido como a capacidade de incorporar novas variáveis, dimensões que se mostrem relevantes ao processo de avaliação da sustentabilidade ao longo do tempo. E a capacidade de determinar tendências relativo a capacidade de acompanhar a evolução dos acontecimentos, sendo capaz de estabelecer possíveis desdobramentos (Cordeiro, 2008).

3.2

Ferramenta proposta por Van Bellen

Fruto da tese de doutorado de Hans Michael Van Bellen, concluída em 2002, referente a um longo processo de reflexão relacionado ao conceito de desenvolvimento sustentável e aos problemas derivados da sua mensuração. O autor propõe uma metodologia de análise comparativa de ferramentas destinadas a mensurar a sustentabilidade do desenvolvimento, tendo por critérios cinco categorias de análise: (i) escopo; (ii) esfera; (iii) dados; (iv) participação; e (v) interface.

3.2.1.

Escopo

A classificação da dimensão da ferramenta, ou seu escopo, fundamenta-se no que é efetivamente medido. Geralmente observa-se a utilização de três escopos (ambiental, social e econômico), no entanto existem classificações alternativas que envolvem a dimensão sociocultural; político-institucional; territorial (Van Bellen, 2005).

3.2.2.

Esfera

Refere-se ao tipo de unidade à qual a ferramenta de avaliação se aplica, podendo ser classificada de acordo com a unidade espacial ou fronteira geográfica (global, continental, regional ou local) em que se aplica, ou referir-se às unidades político-administrativas (estados ou grupos de estados, região, província, municipalidade, regiões rurais, pequenas comunidades). Outra forma de classificar a esfera de análise refere-se aos ecossistemas (unidades naturais com ecossistemas idênticos) (Van Bellen, 2005).

3.2.3. Dados

Van Bellen (2005) propõe duas categorias de análise para avaliar os dados empregados pelas ferramentas de avaliação: a tipologia dos dados e o seu grau de agregação. Sendo a primeira categoria referente ao tipo ou a ênfase metodológica dada aos dados (qualitativos ou quantitativos). Já a segunda categoria, nível de agregação, é analisada pela observação dos dados utilizados em cada uma das ferramentas e sua localização dentro da pirâmide de informações (Figura 3.1).

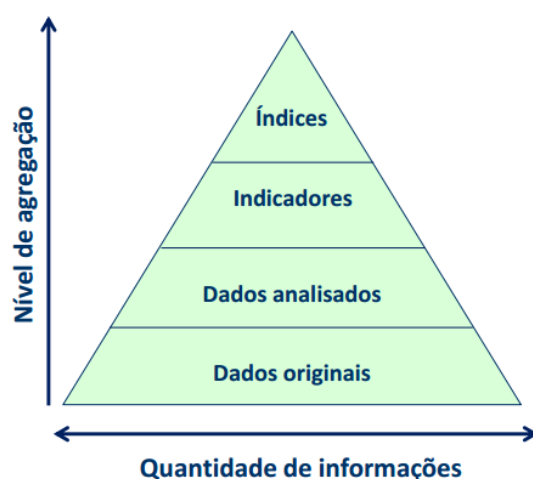


Figura 3.1 – Pirâmide de informações

Fonte: Van Bellen (2005)

3.2.4 Participação

Refere-se a orientação, em termos de participação, da ferramenta de avaliação, abrangendo desde uma abordagem *top-down*, cuja orientação centra-se prioritariamente na proposição de especialistas, até uma abordagem *bottom-up*, no qual existe um grande peso para todos os atores que são envolvidos pelo processo (Van Bellen, 2005).

3.2.5 Interface

Refere-se a alguns elementos considerados essenciais para uma ferramenta de avaliação, estando fortemente vinculada os aspectos tratados nas categorias de análise expostas anteriormente (Van Bellen, 2005). Em suas palavras:

“A interface está relacionada ao grau de facilidade para se observar e interpretar os resultados fornecidos pela ferramenta e para orientar na tomada de decisão. Refere-se ainda à confiabilidade do sistema, à facilidade de utilização e

interpretação e à capacidade de descrever os aspectos mais importantes do sistema de uma maneira compreensível para os atores que devem estar envolvidos num ciclo de gestão”. (Van Bellen, 2005, p. 86).

Quatro categorias de análise são propostas por Van Bellen (2005) para analisar a interface das ferramentas de avaliação da sustentabilidade, sendo elas:

- Complexidade: facilidade de aplicação do método como instrumento de gestão ambiental tanto público quanto privado;
- Abertura: grau de abertura (*openness*) na estrutura de dados e informações utilizados nas ferramentas de avaliação. Ligada à capacidade e à facilidade na observação de julgamentos de valor, fator integrante de qualquer sistema de avaliação;
- Apresentação: facilidade de se observar na ferramenta de avaliação o padrão de desenvolvimento do sistema avaliado de modo simples, conciso e confiável;
- Potencial educativo ou pedagógico: Capacidade que a ferramenta tem de melhorar a percepção dos atores sobre os principais dilemas do desenvolvimento e sua ligação com os problemas oriundos da relação entre sociedade e meio ambiente (Van Bellen, 2005, p. 87).

3.3

Considerações finais sobre o capítulo

No decorrer deste capítulo, buscou-se relatar princípios norteadores que devem balizar a formulação de indicadores de monitoramento e avaliação, instrumentos esses primordiais para que o processo de desenvolvimento sustentável do turismo possa seguir rumos apropriados.

Destacou-se portanto, os Princípios de Bellagio, documento relevante para formulação métodos de avaliação da sustentabilidade, e a ferramenta proposta por Van Bellen, que traz categorias de análise de modo que os instrumentos e ferramentas de avaliação da sustentabilidade possam ser avaliados de forma comparativa.

4

Instrumentos de avaliação da sustentabilidade do turismo: referenciais internacionais

Como abordado no capítulo anterior, refletir sobre instrumentos de avaliação da sustentabilidade das atividades de turismo é de suma importância para que haja a transposição das reflexões relativas a esse tema do campo das ideias para a prática. Conforme observa Ko (2005), a partir do início da década de 1990 as discussões referentes ao turismo sustentável têm se desenrolado mais em nível teórico do que prático e a sustentabilidade dessas atividades tem sido mais uma aspiração do que propriamente um objetivo concreto e mensurável. Torna-se, como afirma Saarinen (2013), um jargão para planejadores e políticos, um tema para conferências e um slogan para atividades ambientais e de desenvolvimento. Assim, se continuar neste rumo, a sustentabilidade do turismo permanecerá no plano da retórica (Butler, 1999), sem nenhuma aplicabilidade e isso é inaceitável (Cordeiro, 2008).

Tendo em vista tal problemática, Cordeiro, pesquisador do Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia de Pernambuco, em 2008 realizou uma análise crítica sobre indicadores de avaliação da sustentabilidade do turismo, tendo como suporte as cinco categorias de análises pautadas nos Princípios de Bellagio, abordadas no capítulo 3 desta dissertação, de modo a identificar seus pontos fortes e suas limitações.

Assim sendo, esse capítulo visa analisar segundo os mesmos critérios propostos por Cordeiro (2008), um conjunto de instrumentos de mensuração da sustentabilidade do turismo propostos por Butler (1980), Ko (2003;2005) e Cordeiro (2008), complementando com uma análise comparativa segundo metodologia proposta por Van Bellen (2005), de modo a subsidiar as conclusões relativas ao problema de pesquisa levantados nesta dissertação.

Como resultado, selecionaram-se e analisaram-se os seguintes instrumentos:

- *Indicators of Sustainability for Tourism Destinations* (UNWTO) – Cordeiro (2008);
- *Barometer of Tourism Sustainability* (BTS) – Cordeiro (2008); Ko (2005);

- *Amoeba of Tourism Sustainability Indicators* (ATSI) – Ko (2003; 2005);
- *Tourism Ecological Footprint Method* (TEFM) – Cordeiro (2008);
- *Tourism Areas Life Cycle* (TALC) – Butler (1980).

Apresentam-se nas seções seguintes a contextualização e fundamentação teórica empírica dos referidos instrumentos, bem como os resultados da meta-análise realizada em dois níveis: (i) alinhamento as cinco categorias segundo os Princípios de Bellagio aplicáveis às atividades de turismo; e (ii) análise comparativa segundo metodologia propostas por Van Bellen (2005).

4.1

Contextualização e fundamentação teórica empírica dos instrumentos

Esta seção é dedicada à contextualização e fundamentação teórica empírica dos instrumentos selecionados para fins da presente pesquisa.

4.1.1.

Indicators of Sustainability for Tourism Destinations (UNWTO)

A preocupação emergente da relação homem/natureza no âmbito do turismo, uma vez que “é admitido que o crescimento incontrolado de um turismo destinado a obter benefício a curto prazo tende frequentemente a consequências negativas” (UNWTO, 2004, p. 25), fez com que a Organização Mundial do Turismo – OMT, a partir de 1992, iniciasse seus trabalhos de desenvolvimento e elaboração de indicadores que pudessem auxiliar gestores e planejadores no processo de desenvolvimento sustentável de destinos turísticos (Cordeiro, 2008).

O processo de melhoramento contínuo resultou na publicação, em 2004, do Guia Prático sobre Indicadores de Desenvolvimento Sustentável para Destinos Turísticos (Cordeiro, 2008). Pode-se dizer que o Guia se caracteriza como o recurso mais amplo disponível sobre este tema, uma vez que é resultado de um estudo exaustivo sobre as iniciativas empreendidas em todo o mundo sobre indicadores, contando com a colaboração de 62 especialistas de mais de 20 países.

O Guia aborda mais de 40 questões pertinentes ao desenvolvimento sustentável da prática turística e fornece mais de 300 indicadores que abrangem as áreas sociocultural, econômica e ambiental (Zucarato e Sansolo, 2006). A seleção dos tipos de indicadores que compõem o Guia foi conduzida, utilizando-se a metodologia Pressão-Estado-Resposta, desenvolvida em 1993 pela Organization

Economics Cooperation Development (OECD). Partiu-se do pressuposto que, para entender de forma holística e integrada os rumos que o fenômeno turístico traça no caminhar para a sustentabilidade, torna-se necessário a utilização de indicadores que contemplem as três situações da metodologia da OECD (UNWTO, 2004).

O instrumento consiste no uso de uma tabela de indicadores de sustentabilidade que deve ser aplicada ao destino em foco, baseando-se nas suas especificidades e na medição dos impactos econômicos, ambientais e socioculturais (Iser, 2009).

Com isso, “os indicadores são propostos como blocos de construção para o turismo sustentável” (UNWTO, 2004, p.7), consistindo na análise, identificação e seleção dos melhores indicadores e construção da tabela base o desafio proposto pelo método.

A primeira seção do Guia apresenta uma introdução acerca dos indicadores e sua utilização, explicitando sua importância e como são utilizados. A segunda seção estabelece os critérios de seleção dos indicadores, sendo esses orientados a serem desenvolvidos por meio da participação ativa dos *stakeholders*. A metodologia é resumida no Quadro 4.1, a seguir.

Quadro 4.1 – Metodologia de indicadores de desenvolvimento sustentável da UNWTO – processo de planejamento participativo

Pesquisa e Organização	
Passo 1	Definição / delimitação da destinação turística
Passo 2	Uso de processos participativos
Passo 3	Identificação das potencialidades e riscos
Passo 4	Visão de longo prazo para a destinação turística
Definição dos Indicadores de Desenvolvimento	
Passo 5	Seleção das questões prioritárias
Passo 6	Identificação dos indicadores desejados
Passo 7	Inventário de fonte de dados
Passo 8	Procedimentos de seleção
Implementação	
Passo 9	Avaliação da aplicabilidade/implementação
Passo 10	Coleta de dados e análise
Passo 11	Prestação de contas, comunicação e relatórios
Passo 12	Monitoramento e avaliação da aplicação dos indicadores

Fonte: UNWTO (2004).

A terceira seção refere-se às questões mais relevantes referentes à sustentabilidade das destinações turísticas e seus indicadores. Apresentam-se também nessa parte os indicadores-chave que são considerados comuns à maioria das destinações turísticas (Quadro 4.2).

Quadro 4.2 – Indicadores-chave propostos pela UNWTO

Questões Base	Indicadores
Satisfação local com o turismo	Nível de satisfação local com o turismo.
Efeito do turismo nas comunidades	Relação entre o número de turistas e número de moradores (baixa e alta temporada); % dos que acreditam que o turismo ajudou a trazer novos serviços ou infraestrutura; Número e capacidade de serviços sociais disponibilizados a comunidade (% dos que são atribuíveis ao turismo).
Satisfação do turista	Nível de satisfação dos visitantes; Percepção do valor em relação ao dinheiro; % de visitantes que retornam.
Sazonalidade turística	Chegadas de turistas por mês ou trimestres; Taxas de ocupação em hotéis por mês; % de estabelecimentos comerciais abertos o ano todo; Número e % de empregos na indústria do turismo que são permanentes (comparado com empregos temporários).
Benefícios econômicos do turismo	Número de moradores empregados no turismo; Renda gerada pelo turismo assim como % do total de renda gerado na comunidade
Disponibilidade de água e conservação	Uso da água (total do volume consumido e litros por turista por dia); Economia de água (% reduzido, recaptado, reciclado).
Gestos com energia	Consumo per capita de energia de todos os tipos (geral e pelo setor turístico – por dia e por pessoa); % de negócios que participam de programas de conservação de energia, ou buscam políticas e técnicas de economia de energia; % de consumo de energia proveniente de fontes renováveis (na localidade turística e nos estabelecimentos comerciais).
Qualidade da água de beber	% de estabelecimentos turísticos com água tratada segundo padrões internacionais de potabilidade; Frequência de doenças causadas pela água (número / % de visitantes relatando doenças causadas pela água durante sua estadia).
Tratamento de esgoto (gestão de efluentes)	% de esgoto proveniente de locais que recebem tratamento; % de estabelecimentos turísticos com sistemas de tratamento.
Gestão de resíduos sólidos	Volume de lixo produzido pela localidade turística (toneladas) por mês; Volume de lixo reciclado (m ³) / total de volume de lixo (m ³) especificado pelos diferentes tipos; Quantidade de lixo em áreas públicas (contagem de lixeiras).
Controle de desenvolvimento	Existência de processos de planejamento de uso do solo ou desenvolvimento que incluem o turismo; % da área sujeita a controle.
Controle de capacidade de carga	Total de chegadas de turistas (média, mensal, período de alta temporada); Número de turistas por m ² no local, por km ² da destinação turística – número médio / média no período de alta temporada.

Fonte: UNWTO (2004).

A seção quatro aborda questões e indicadores específicos a diversos tipos de destinações turísticas (pequenas ilhas, ecoturismo, zonas costeiras, turismo de base comunitária, sítios históricos).

A quinta seção traz um conteúdo sobre a aplicação de indicadores no planejamento turístico e na elaboração de políticas públicas para o turismo. A seção seis apresenta estudos de casos e a sétima reúne as conclusões e recomendações.

4.1.2.

Barometer of Tourism Sustainability (BTS)

O Barômetro de Sustentabilidade do Turismo deriva da adaptação do método Barômetro de Sustentabilidade desenvolvido por um conjunto de especialistas ligados principalmente aos institutos World Conservation Union e International Development Research Center, sendo um dos principais pesquisadores envolvidos no desenvolvimento deste método professor Robert Prescott-Allen (Rauli, 2007).

O método Barômetro de Sustentabilidade foi desenvolvido seguindo um modelo sistêmico, sendo sua principal característica a capacidade de combinar indicadores, permitindo aos usuários chegar a conclusões, a partir de dados, por horas até consideradas contraditórias (Lourenço, 2006).

A ferramenta avalia o progresso da sustentabilidade pela interação de duas classes de indicadores:

- Biofísica (bem-estar do ecossistema) – procura medir a manutenção das condições segundo o qual o ecossistema mantém sua diversidade e qualidade, juntamente com sua capacidade de suportar a vida humana e de outros seres vivos;
- Saúde social (bem-estar humano) – mensura as condições na qual todos os membros da sociedade são capazes de determinar e alcançar suas necessidades e ter ampla possibilidade de atingir ou realizar seu potencial (Van Bellen, 2005).

Esta ferramenta faz parte do sistema de avaliação *system Assessment Method*, um método de avaliação das condições humanas e ambientais e do progresso em direção a sustentabilidade. O método parte do princípio que o desenvolvimento sustentável consiste na combinação entre indicadores de bem-estar humano, nessa perspectiva são agregados num Índice de Bem-estar Humano¹⁰ e indicadores de bem-estar do ecossistema que são agregados em um Índice de Bem-estar do Ecossistema¹¹ (Rauli, 2007; Cordeiro, 2008).

O Barômetro de Sustentabilidade tem como características principais o tratamento igual entre a importância do meio ambiente e das pessoas, hierarquia das questões e objetivos, sistema comum de dimensões, estágio de seis ciclos e processo dirigido pelos usuários (Van Bellen, 2005).

¹⁰ Obtido por meio da agregação de 5 indicadores: saúde e população; riqueza; conhecimento e cultura; comunidade e; equidade.

¹¹ Obtido por meio da agregação de 5 indicadores: solo; água; ar; espécies e genes e; uso dos recursos.

Levando em consideração os pressupostos levantados, Ko (2003, 2005) adaptou o *Barometer of Sustainability* para ser aplicado na avaliação da sustentabilidade de um destino turístico, uma vez que um destino turístico é um espaço geográfico formado por pessoas e ecossistemas influenciado pelas atividades turísticas ali desenvolvidas.

Ko (2003, 2005) salienta que o instrumento se faz útil quando aplicado ao turismo, pois fornece às partes interessadas uma fotografia do quadro atual e das perspectivas de futuro. No entanto para avaliar destinações turísticas se faz necessário avaliar as dimensões política, econômica, socioculturais e estrutura de produção para avaliar o sistema humano; e indicadores referentes aos impactos ambientais da atividade, a qualidade do ecossistema, a biodiversidade e a gestão e a política ambiental para analisar o sistema ecológico. Assim, o barômetro de sustentabilidade do turismo teria a estrutura representada na Figura 4.1.

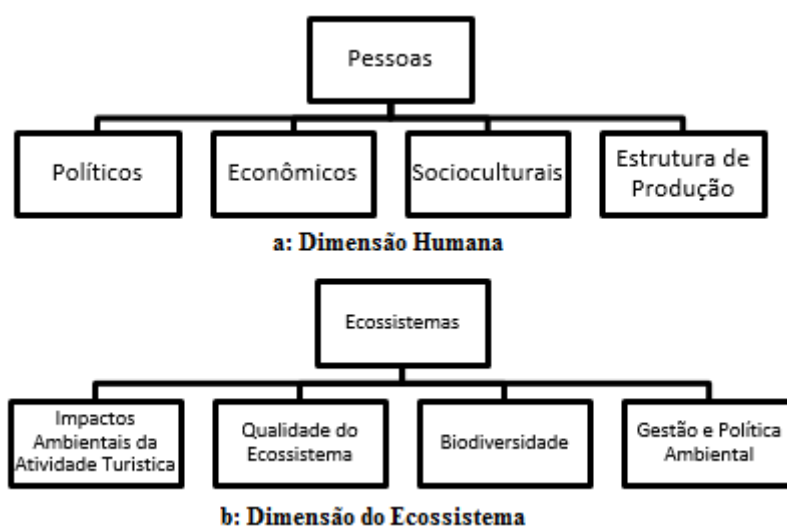


Figura 4.1 – Estrutura do instrumento *Barometer of Tourism Sustainability* (BTS)
Fonte: Ko (2005).

Assim como no método original, Ko sugere que a análise também seja feita por meio de uma escala de desempenho, de modo a gerar uma representação gráfica bidimensional.

4.1.3. ***Amoeba of Tourism Sustainability Indicators (ATSI)***

Proposto por Ko (2003, 2005), após reconhecer limitações na adaptação da ferramenta *Barometer of Sustainability* para fins de aplicação em atividades turísticas, a *Amoeba of Tourism Sustainability Indicators* (ATSI) visa estabelecer e

aplicar os indicadores de sustentabilidade do turismo de forma individualizada, diferentemente do barômetro que os expressa através de uma visão global.

Assim como o barômetro, o método de análise é composto por oito dimensões divididas em dois grandes grupos, qualidade do sistema humano e qualidade dos ecossistemas, cada qual com dezesseis indicadores.

O método também faz uso de uma escala numérica que varia de 0-10 pontos para cada indicador. Os indicadores são organizados nas bandas do círculo da ameba e após a análise de cada um dos indicadores e sua aferição quantitativa é possível gerar uma representação gráfica conforme apresentado na figura 4.2.

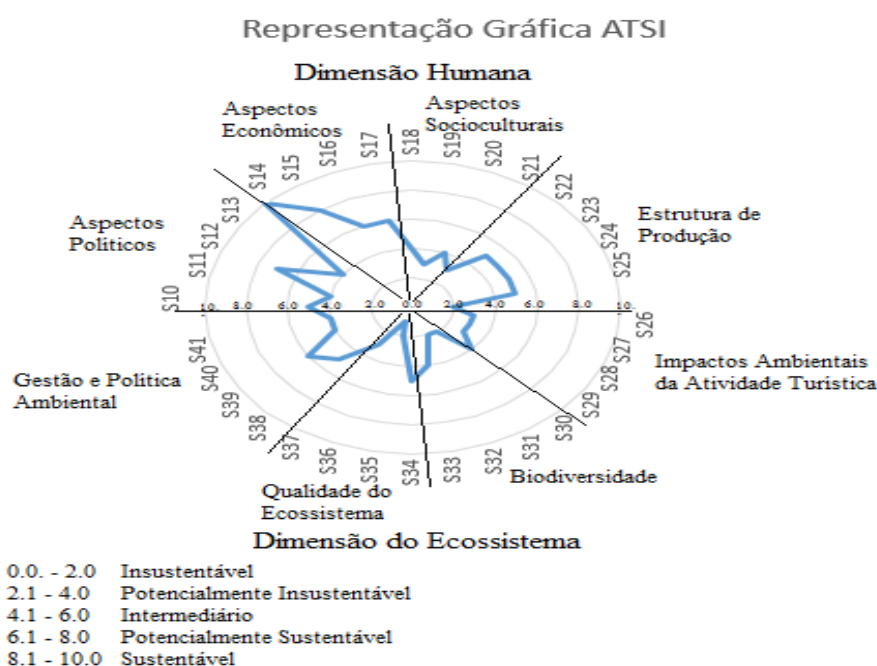


Figura: 4.2 – Representação gráfica do instrumento *Amoeba of Tourism Sustainability Indicators* (ATSI)

Fonte: Baseado em Ko (2003).

Por meio da ferramenta, é possível verificar a posição de cada indicador dentro de um quadro mais geral de sustentabilidade, podendo-se assim verificar as áreas críticas, mas também a situação da sustentabilidade no destino de uma forma mais holística. Ou seja, quanto maior a ameba, melhor os padrões de sustentabilidade apresentados pelo destino turístico analisado.

4.1.4.

Tourism Ecological Footprint Method (TEFM)

Tendo como pressupostos metodológicos o método desenvolvido por Wackernagel e Riss (1996) no trabalho “*Our Ecological Footprint*”, a *Tourism Ecological Footprint Method* é uma adaptação do método de cálculo da Pegada Ecológica para o contexto do turismo.

A Pegada Ecológica é uma ferramenta que transforma o consumo de matéria-prima e a assimilação de dejetos, de um sistema econômico ou de uma população humana, em área correspondente de terra ou água produtiva (Van Bellen, 2005). O método estima a utilização do meio ambiente, expresso em área necessária para suprir a demanda de recursos e para eliminar os resíduos decorrentes do consumo.

Esse método fundamenta-se basicamente na capacidade de carga de um sistema, levando-se em consideração os valores sociais, econômicos e culturais que influenciam o grau de impacto que uma pessoa exerce no meio ambiente.

Esse instrumento enfatiza que todo e qualquer ser vivo, ou a realização de uma atividade, é um sistema aberto que utiliza matéria e energia proveniente do meio ambiente natural para o seu desenvolvimento e devolve resíduos ao ecossistema natural no qual são assimilados (Andrade, 2006).

Pode-se dizer que o método de cálculo da Pegada Ecológica tem como princípios fundadores: (i) a satisfação das necessidades das gerações humanas atuais e futuras, respeitando a capacidade do meio natural se regenerar e absorver os resíduos; (ii) a equidade entre as gerações ao longo do tempo, nacional e internacional em tempos atuais, dentro e entre nações; e (iii) a equidade entre espécies – *overshoot* – limite existente em relação a todas as energias e matérias (Cidin e Silva, 2004).

O método é visto pelos especialistas, tanto como analítico, quanto como educacional, uma vez que não só analisa a sustentabilidade das atividades humanas, como também contribui para a conscientização pública concernente aos problemas ambientais. Oferece apoio a processos decisórios, ajudando a consolidar a visão de dependência sociedade humana/ecossistema. (Araújo *et al.*, 2006).

Segundo Van Bellen (2005), o procedimento de cálculo do método da Pegada Ecológica é baseado na ideia de que para cada item de matéria ou energia consumida pela sociedade, existe certa área de terra que é necessário para fornecer o fluxo destes recursos e absorver os dejetos.

Segundo Cordeiro (2008), ao adaptar o método de cálculo da Pegada Ecológica para análise da prática turística, esta concentra-se, via de regra, no consumo de recursos e na geração de resíduos provenientes das três áreas percorridas pelos turistas, ou seja: (i) a zona emissora (local de residência do visitante); (ii) a zona de trânsito (locais percorridos para se chegar a destinação turística); e (iii) a zona receptora (o destino turístico propriamente dito). Muito embora a análise se restrinja à zona receptora, as ações de impacto do turista iniciam-se ainda em seu local de origem e propagam-se ao longo da viagem, como apresentado no Quadro 4.3.

Quadro 4.3. – Exemplos de contribuições para o total da Pegada Ecológica do Turismo

Zona	Exemplos de contribuições para o total da Pegada Ecológica do Turismo
Emissora	Compra feitas especificamente para a viagem Percurso para o aeroporto, rodoviária ou outro tipo de deslocamento de saída da zona emissora
Trânsito	Alimentos e bebidas consumidas no percurso de ida e volta zona emissora / zona receptora Percurso de ida e volta zona emissora / zona receptora
Destino	Viagens durante as férias (passeios organizados, passeios em carro alugado) Alimentos e bebidas consumidas Água consumida Resíduos gerados Gastos energéticos Compras realizadas na zona receptora

Fonte: Adaptado de Cordeiro (2008).

Mesmo tendo ciência da necessidade de analisar todos os consumos e resíduos associados à viagem em todas as áreas percorridas pelos turistas, sabe-se que tal verificação é impraticável, até mesmo quando se pensa na forma original do método. Contabilizar todos os *inputs* e *outputs* do sistema de viagens é inviável, uma vez que envolve um infindável número de elementos impactantes, por isso é necessário elencar os itens mais significativos, para, assim, tornar a ferramenta operacional (Cordeiro, 2008).

4.1.5. ***Tourism Areas Life Cycle (TALC)***

O instrumento *Tourism Areas Life Cycle* – TALC, proposto por Butler (1980) tem como ponto de partida o ciclo de vida do produto. Na descrição de Falcão:

“O modelo foi desenvolvido pelo autor com base na premissa que, caso seja adotada uma perspectiva do turismo sem limites ao desenvolvimento e ao crescimento, tal perspectiva ultrapassaria a capacidade de carga de um destino

turístico, tornando-o insustentável¹². Ou seja, a ideia é que a atividade turística possua um limite de crescimento e esse limite deva ser respeitado para que o destino turístico tenha condições de manter seus atrativos e a durabilidade da atividade turística” (Falcão, 2010, p. 32)

Segundo esse instrumento, o destino turístico deve ser percebidos como um produto e a esse produto associa-se uma curva de ciclo de vida, configurando-se inicialmente por um crescimento lento, seguido de um rápido desenvolvimento até atingir seu ápice. Posteriormente, prevê-se uma retração no fluxo e um provável declínio (Falcão, 2010). O Quadro 4.4 apresenta os Estágios do ciclo de vida das áreas de turismo segundo o instrumento TALC.

Quadro 4.4 – Estágios do ciclo de vida das áreas de turismo segundo o instrumento TALC

Estágio	Indicadores
Exploração	Número reduzido de turistas Disponibilidade de poucos serviços Recursos ambientais são os principais atrativos do local Ausência de transtornos para a comunidade local
Envolvimento	Engajamento da comunidade local com a atividade turística Serviços de infraestrutura começam a ser implementados no local Associações envolvendo a atividade turística são criadas Inicia-se a definição do mercado
Desenvolvimento	Destino já está bem definido Atrações e campanhas de promoção são desenvolvidas A novidade do local vai decrescendo gradualmente com o aumento constante do número de turistas
Consolidação	Número de visitantes continua crescendo Uma taxa de declínio do número de visitantes passa a ser percebida O destino é intensamente comercializado A atividade turística tornou-se essencial para a economia local Percebe-se a consolidação de um distrito empresarial notável
Estagnação	O maior número de turistas já foi alcançado O destino não esta mais na moda Capacidades de carga passam a ser excedidas Há problemas evidentes com o meio ambiente e com a cultura local Percebe-se mudanças estruturais na indústria do local
Pós-estagnação	Declínio Afastamento dos turistas que passam a frequentar destinos mais recentes Diminuição da duração da visita ao destino A infraestrutura turística passa a ser substituída por estabelecimentos não turísticos como empreendimentos voltados para a indústria Há menos atrativos para os visitantes Outros serviços tornam-se inviáveis Rejuvenescimento Consiste numa mudança drástica do recurso básico do destino Um novo conjunto de atrações artificiais são criadas Recursos naturais ainda não explorados passam a ser utilizados

Fonte: Falcão (2010).

¹² Insustentável: neste caso, Butler (1980) afirma que o sentido desse termo não se refere ao sentido de insustentabilidade com base nos pressupostos do desenvolvimento sustentável, consiste na morte do destino turístico, não conseguindo perpetuar a intensidade da atividade turística por longo período.

Conforme observado no quadro 4.4, a TALC tem por propósito central identificar em qual estágio de desenvolvimento determinado destino turístico se encontra. Defende a ideia que o modelo auxilia gestores a manter o desenvolvimento da destinação dentro dos limites ambientais e sociais, com ênfase na comunidade e no respeito ao meio ambiente, tendo em vista a regulação e observação da capacidade de carga dos atrativos turísticos (FALCÃO, 2010).

Cabe ressaltar, que mesmo tendo propósitos de perpetuação da atividade turística, a abordagem de sustentabilidade e insustentabilidade abordada na TALC não se pauta nos princípios de desenvolvimento sustentável, mas sim em questões de durabilidade ou não da intensidade dos fluxos turísticos. Assim, mesmo tendo ligação com ideais que levem à sustentabilidade, o modelo TALC apresenta lacunas sendo, uma delas, referente a não sobreposição dos estágios, o que indica a necessidade de instrumentos complementares que venham preencher essa lacuna.

4.2

Meta-análise segundo os Princípios de Bellagio

Conforme argumento de Cordeiro (2008), “um dos principais vazios relativamente às ferramentas de avaliação da sustentabilidade hoje existentes é a inadequação das mesmas em cobrir os propósitos fundamentais da avaliação da sustentabilidade” (Cordeiro, 2008, p. 87).

Por tanto, refletir se os métodos que visam avaliar e monitorar a sustentabilidade no turismo estão cumprindo o seu papel é imprescindível. Tendo os Princípios de Bellagio como referencial normativo, faz-se uma reflexão sobre as virtudes e limitações que os métodos apresentam, iniciando por uma das questões mais imprecisas no campo de turismo sustentável: seu conceito.

4.2.1.

Visão de desenvolvimento sustentável

O conceito de desenvolvimento sustentável não possui uma visão unânime entre os pesquisadores, no entanto, para que uma ferramenta de avaliação da sustentabilidade alcance seus propósitos tal conceito deve ser claro, pois “uma visão clara do que se quer é o ponto de partida não só de uma avaliação de sustentabilidade, mas de qualquer processo de avaliação” (Cordeiro, 2008, p. 88).

“Se houver qualquer dúvida, equívoco terminológico ou conceitos implícitos a respeito daquilo que se quer avaliar, o alicerce do processo de avaliação torna-se

frágil e abrem-se precedentes para contestação sobre as capacidades da ferramenta e, conseqüentemente, da relevância de seus resultados” (Cordeiro, 2008, p. 88).

Dentre os diversos conceitos dirigidos ao termo desenvolvimento sustentável, duas premissas básicas devem ser observadas: (i) a importância de se pensar equitativamente o crescimento econômico, a justiça social e a proteção do meio ambiente e; (ii) a preocupação com a manutenção das condições de modo a suprir as necessidades das gerações futuras. Tendo como pressupostos essas premissas, que os instrumentos de avaliação da sustentabilidade do turismo foram analisados.

O Guia *‘Indicators of Sustainability for Tourism Destinations’* da UNWTO estabelece *a priori* que os princípios de sustentabilidade se referem aos aspectos ambientais, econômicos e socioculturais do desenvolvimento turístico, de maneira que as três dimensões possuam um equilíbrio adequado, de modo a garantir a sustentabilidade a longo prazo (UNWTO, 2004). Ao se confrontar tais princípios com o quadro de indicadores-chave do referido Guia (Quadro 4.2, página 58), é possível perceber a preocupação da UNWTO para que os indicadores contemplassem todas as três dimensões. No entanto, percebe-se uma predominância de indicadores ambientais, correspondendo esse grupo a sete questões de proposição de indicadores. Muito embora questões como a satisfação do turista e a sazonalidade turística possam ser expressas na dimensão econômica, não se pode dizer que os indicadores associados a essas questões sejam indicadores econômicos em si. Mesmo referindo-se a uma análise de longo prazo, o Guia não apresenta nenhum indicador para medir a preocupação com as gerações futuras. Subtende-se que apenas o indicador ‘existência de processos de planejamento do uso do solo ou desenvolvimento que incluem o turismo’ com essa possível finalidade, no entanto não se faz claro.

No instrumento *Barometer of Tourism Sustainability* (Ko, 2003; 2005) é perceptível a preocupação exclusiva as esferas ambiental e social, até porque o conceito de desenvolvimento sustentável adotado nesta perspectiva refere-se ao equacionamento entre a qualidade de vida e a qualidade dos ecossistemas. A dimensão econômica, neste caso, está embutida na dimensão humana, uma vez que ela se faz importante para a promoção da qualidade de vida. Assim como os demais métodos, a preocupação para com a geração futura é observada como uma consequência do atendimento as dimensões da sustentabilidade, pois a manutenção

do capital natural atual permite que as futuras gerações atendam às suas necessidades.

O instrumento *Amoeba of Tourism Sustainability Indicators* criada por Ko (2003; 2005) tem sua análise, assim como o *Barometer of Tourism Sustainability* pautada nas esferas social e ambiental, enfatizando questões relacionadas à qualidade de vida e à qualidade dos ecossistemas.

Baseada na análise da dimensão ambiental, o método da *Tourism Ecological Footprint* tem como princípio de sustentabilidade a utilização dos produtos e processos essenciais da natureza de forma que esses possam ser renovados. Assim como a versão original proposta por Wackernagel e Ress (1996), a variante do instrumento aplicada ao turismo não faz nenhuma menção às esferas econômica e social. Nas palavras de Cordeiro, “limita-se a aceitar os pressupostos da metodologia original como verdadeiros e a definir categorias de análise próprias para ao setor de turismo” (Cordeiro, 2008, p. 91).

A preocupação com as futuras gerações não se faz explícita, uma vez que a metodologia não se pronuncia em relação as gerações atuais, tampouco, com as futuras.

O método do *Tourism Areas Life Cycle* (TALC) alinha-se com o conceito de durabilidade, tendo por enfoque aspectos sociais e ambientais. Esse instrumento, traz como conceito norteador “a capacidade de um modelo ou sistema sustentar-se na dinâmica evolutiva, sem permitir que algum setor se aprofunde em crises, de tal forma que venha atingir a totalidade” (Ruscheinsky, 2003, *apud* Falcão, 2010, p. 42). A preocupação com as gerações futuras não se faz presente na perspectiva de sustentabilidade adotada neste método.

É possível sintetizar as visões de desenvolvimento sustentável incorporadas (ou não) nos métodos de avaliação da sustentabilidade do turismo, como apresentado no Quadro 4.5.

Quadro 4.5. – Síntese da análise dos instrumentos segundo a “visão de desenvolvimento sustentável”

Método	Visão de desenvolvimento sustentável			
	Dimensões			Preocupação com as gerações futuras
	Sociocultural	Ambiental	Econômica	
Guia UNWTO	X	X	X	-
<i>Barometer of Tourism Sustainability</i> (BTS)	X	X	-	-
<i>Amoeba of Tourism Sustainability Indicators</i> (ATSI)	X	X	-	-
<i>Tourism Ecological Footprint Method</i> (TEFM)	-	X	-	-
<i>Tourism Areas Life Cycle</i> (TALC)	X	X		-

Fonte: Elaboração própria, a partir de Cordeiro (2008).

4.2.2. Capacidade para comunicação efetiva

O processo de avaliação da sustentabilidade tem por propósito maior fornecer bases eficazes para um boa gestão e planejamento da atividade turística,

Como argumenta Cordeiro (2008):

“O objetivo final da comunicação para a sustentabilidade no setor do turismo é essencialmente dar a conhecer o estágio de sustentabilidade atual a fim de promover mudanças positivas, devendo os resultados deste processo ser pronunciado de forma clara e em uma linguagem inteligível a todos os atores sociais envolvidos. Com isso, a transparência das informações e a forma como elas são apresentadas é primordial para que a comunidade tenha ciência do quadro de (in) sustentabilidade da localidade avaliada” (Cordeiro, 2008, p.93).

O sistema de indicadores do Guia UNWTO tem todos os seus indicadores justificados e têm seus respectivos pressupostos e metodologias de cálculo devidamente explicados. Da mesma forma, o método TALC. No entanto, a forma de apresentação do método TALC é de melhor compreensão que o primeiro instrumento, uma vez que se expressa em forma de representação gráfica que fornece de forma imediata uma percepção geral do sistema.

O método da *Tourism Ecological Footprint*, embora seja a mais citada entre os especialistas e a sua apresentação seja interessante e com um valor educacional relevante, no que se refere à transparência, no entanto, esse método possui limitações. Mesmo que o observador saiba que seu resultado deriva da conversão das demandas humanas em áreas de terras produtivas, para se chegar ao resultado final, tornam-se necessárias diversas análises, que não são triviais.

No entendimento de Cordeiro (2008):

“A complexidade dos cálculos, a definição das categorias de análise, as assunções e as simplificações que se mostram necessárias, as conversões, as categorias de terra, os fatores de equivalência e os fatores de rendimento são a antítese da simplificação gráfica que tornaram a ferramenta tão atrativa” (Cordeiro, 2008, p. 96).

No que diz respeito ao *Barometer of Tourism Sustainability* e a *Amoeba of Tourism Sustainability Indicators*, ambos instrumentos desenvolvidos por Ko (2003; 2005), as apresentações gráficas transmitem de forma bastante simples, clara e atraente o estágio no qual o destino turístico se encontra no caminho para a sustentabilidade. No que se refere à transparência, no entanto, Van Bellen (2005) considera ambos instrumentos relativamente complexos, uma vez que exigem cálculos e agregações, que nem sempre são entendidas pelas partes interessadas com facilidade.

Sintetiza-se no Quadro 4.6 a análise referente à capacidade de comunicação efetiva dos instrumentos internacionais selecionados, tendo por base considerações feitas por Cordeiro (2008) e análise dos trabalhos desenvolvidos por Ko (2003/2005), Falcão (2010).

Quadro 4.6. – Síntese da análise dos instrumentos segundo a “capacidade de comunicação efetiva”

Método	Apresentação	Transparência
Guia UNWTO	Certa dificuldade para ser apreendida pelo público	Bom grau de abertura
<i>Barometer of Tourism Sustainability</i> (BTS)	Facilmente apreendida pelo público	Bom grau de abertura
<i>Amoeba of Tourism Sustainability Indicators</i> (ATSI)	Facilmente apreendida pelo público	Bom grau de abertura
<i>Tourism Ecological Footprint Method</i> (TEFM)	Facilmente apreendida pelo público	Baixo grau de abertura
<i>Tourism Areas Life Cycle</i> (TALC)	Facilmente apreendida pelo público	Bom grau de abertura

Fonte: Elaboração própria, baseado em Cordeiro (2008).

4.2.3. Capacidade de apoio à tomada de decisão

Para que as ferramentas de avaliação da sustentabilidade sejam úteis aos tomadores de decisão as informações geradas devem ser expressas de forma clara e objetiva (Van Bellen, 2005). Tal fato implica, na perspectiva dos Princípios de Bellagio, que as mesmas sejam, simultaneamente: (i) simples e objetivas e; (ii) significativas ao processo de planejamento e gestão (Cordeiro, 2008).

Dentre os instrumentos selecionados, o sistema de indicadores da UNWTO é aquele que propicia a análise mais útil ao processo de tomada de decisão, como argumenta Cordeiro (2008):

“O fato de não só apontar a dimensão (ões) da sustentabilidade que está (ão) deficiente (s), mas também qual (is) o (s) aspecto (s) desta (s) dimensão (ões) que não está (ão) bem, torna as informações geradas significativas ao processo de tomada de decisão, uma vez que permitem adequar e corrigir o planejamento” (Cordeiro, 2008, p. 99).

No que se refere ao ‘*Barometer of Tourism Sustainability*’, a ferramenta cumpre seu papel, uma vez que permite identificar os setores que precisam de maior atenção, ao mesmo tempo que fornece também uma visão mais global do caminhar para a sustentabilidade. Da mesma forma, o instrumento ‘*Amoeba of Tourism Sustainability Indicators*’ também oferece informações relevantes aos gestores e planejadores locais.

Em relação ao instrumento ‘*Tourism Ecological Footprint*’, Cordeiro destaca que “a capacidade de a ferramenta subsidiar a tomada de decisão é prejudicada pela inexpressividade da informação gerada”, não se tratando então de um instrumento útil para a tomada de decisão (Cordeiro, 2008, p.100).

O TALC, permite que os gestores percebam em qual fase do ciclo de vida a atividade turística se encontra em uma determinada localidade, fornecendo um quadro geral e outro específico da sustentabilidade no destino.

Em síntese a “capacidade de apoio à tomada de decisão” dos instrumentos é apresentada no Quadro 4.7.

Quadro 4.7 – Síntese da análise dos instrumentos segundo a “capacidade de apoio à tomada de decisão”

Método	Simplicidade	Significância
Guia UNWTO	Informação clara e objetiva, embora o contexto geral da sustentabilidade do destino não seja tão perceptível	Informação gerada é relevante para a tomada de decisão
<i>Barometer of Tourism Sustainability</i> (BTS)	Informação clara e objetiva, cujo contexto geral é facilmente apreendido pelo público	Idem acima.
<i>Amoeba of Tourism Sustainability Indicators</i> (ATSI)	Idem acima.	Idem acima.
<i>Tourism Ecological Footprint Method</i> (TEFM)	Idem acima.	Idem acima.
<i>Tourism Areas Life Cycle</i> (TALC)	Idem acima.	Idem acima.

Fonte: Elaboração própria, a partir de Cordeiro (2008).

4.2.4. Participação pública

Oliveira (2001) destaca que toda tentativa de mensuração dos processos e estoques de bem-estar e qualidade de vida devem ser norteados pela noção de cidadania. Cidadania correlaciona-se com indivíduos autônomos, críticos e reflexivos, capazes de serem agentes ativos nos processos de participação e tomada de decisão (Oliveira, 2001).

Cordeiro (2008) enfatiza que a sustentabilidade diz respeito a todos e por essa razão as pessoas devem ser informadas. Mais do que isso, é necessário estabelecer estratégias que façam com que as pessoas se identifiquem e assim participem do processo de desenvolvimento sustentável. Em suas palavras:

“Se, por um lado, é provável que a sociedade participe do desenvolvimento sustentável na medida que está devidamente informada; por outro, também é provável que o faça com ainda mais empenho e convicção a partir do momento em se percebe enquanto agente ativo de avaliação” (Cordeiro, 2008, p. 102).

Dessa forma, se faz premente que os atores sociais participem ativamente do processo de avaliação dos rumos da sustentabilidade. No entanto, essa participação encontra-se ligada diretamente à arquitetura na qual o instrumento de avaliação da sustentabilidade está estruturado. Ou seja, se o instrumento de avaliação permite ou não o envolvimento de pessoas que não sejam especialistas na área. Assim, a participação pública pode ser trabalhada de duas formas na formulação de sistemas de indicadores: (i) *top-down* – o processo de avaliação da sustentabilidade restringe-se a especialistas; e (ii) *bottom-up* – o processo de avaliação é definido pelo conjunto de atores sociais envolvidos.

É possível perceber pela análise dos instrumentos selecionados que nenhum deles caracteriza-se por uma abordagem exclusivamente *bottom-up*. Mesmo aqueles que adotam uma abordagem de participação mista, como o Guia da UNWTO, o BTS e a ASTI, partem de uma abordagem *top-down*, para, em um segundo estágio, envolver os *stakeholders*.

Muito embora a etapa de participação pública seja recomendada pela UNWTO em seu Guia, a análise pode ser feita apenas fazendo uso de uma estratégia *top-down*. Mesma crítica pode ser feita aos outros instrumentos que têm uma abordagem mista de participação pública. No entanto, o BTS possui uma ênfase maior na abordagem *bottom-up*, considerando-se que enquanto os índices, subíndices e indicadores utilizados são propostos por especialistas, a importância

de cada um dos indicadores é conferida pelos atores envolvidos no processo (Van Bellen, 2005).

Já a adoção do instrumento TALC prevê a participação pela sua flexibilidade de uso, uma vez que pode sofrer adaptações que possibilitem uma abordagem *top-down* ou *bottom-up*.

A análise dos instrumentos segundo o princípio da ‘participação pública’ é sintetizada no Quadro 4.8.

Quadro 4.8 - Síntese da análise dos instrumentos segundo o princípio da “participação pública”

Método	Participação Pública	Abordagem
<i>Guia UNWTO</i>	Sim	Mista
<i>Barometer of Tourism Sustainability (BTS)</i>	Sim	Mista
<i>Amoeba of Tourism Sustainability Indicators (ATSI)</i>	Sim	Mista
<i>Tourism Ecological Footprint Method (TEFM)</i>	Não	-
<i>Tourism Areas Life Cycle (TALC)</i>	Não	-

Fonte: Elaboração própria, a partir de Cordeiro (2008).

4.2.5.

Potencial para avaliação constante

Para que o turismo seja sustentável é imprescindível que se estabeleçam e apliquem ferramentas de monitoramento e avaliação de maneira constante, devido à complexidade e à característica dinâmica que dão forma ao fenômeno turístico.

Com isso, os instrumentos de avaliação da sustentabilidade do turismo devem estar aptos a verificar tendências para que as organizações se adaptem às transformações que um sistema dinâmico requer, respondendo assim às novas exigências de gestão. Nessa perspectiva, é possível e até recomendável a incorporação de novos indicadores ou retirada de indicadores obsoletos, que não mais respondem as expectativas depositadas.

Tendo em vista tais pressupostos, pode-se verificar que todos os métodos são passíveis à adaptação, de modo a atender às novas tendências. Com relação à possibilidade de apontar tendências, todos os métodos, exceto o TEFM, atendem a esse requisito, uma vez que demonstram com clareza quais fatores tendem a prejudicar o desempenho geral do destino turístico na direção da sustentabilidade.

A análise dos instrumentos segundo o princípio da ‘potencial para avaliação constante’ é sintetizada no Quadro 4.9.

Quadro 4.9 – Síntese da análise dos instrumentos segundo o princípio “potencial para avaliação constante”

Método	Capacidade de Adaptação	Capacidade de determinar tendências
<i>Guia UNWTO</i>	Possível	Presente
<i>Barometer of Tourism Sustainability</i> (BTS)	Possível com restrição às dimensões social e ambiental	Presente
<i>Amoeba of Tourism Sustainability Indicators</i> (ATSI)	Possível com restrição às dimensões social e ambiental	Presente
<i>Tourism Ecological Footprint Method</i> (TEFM)	Possível com restrição às dimensões ambiental	Ausente
<i>Tourism Areas Life Cycle</i> (TALC)	Possível	Presente

Fonte: Elaboração própria, a partir de Cordeiro (2008).

Através do quadro 4.10 é possível verificar o alinhamento dos métodos internacionais analisados segundo as cinco categorias de análise formuladas segundo os Princípios de Bellagio.

Quadro 4.10 – Síntese da adequação aos Princípios de Bellagio dos métodos analisados

Método	Visão de Sustentabilidade	Comunicação Efetiva	Apoio a Tomada de Decisão	Participação	Avaliação Constante
<i>Guia UNWTO</i>	Atende parcialmente	Atende parcialmente	Atende	Atende	Atende
<i>Barometer of Tourism Sustainability</i> (BTS)	Não atende	Atende	Atende	Atende parcialmente	Atende parcialmente
<i>Amoeba of Tourism Sustainability Indicators</i> (ATSI)	Não atende	Atende	Atende	Atende parcialmente	Atende parcialmente
<i>Tourism Ecological Footprint Method</i> (TEFM)	Não atende	Atende parcialmente	Atende	Não atende	Não atende
<i>Tourism Areas Life Cycle</i> (TALC)	Não atende	Atende	Atende	Atende	Atende

Fonte: Elaboração própria

4.3 Meta-análise segundo critérios de Van Bellen

De modo a complementar a análise realizada tendo como orientação os Princípios de Bellagio, emprega-se a metodologia desenvolvido pelo pesquisador Hans Michael van Bellen, que propôs um conjunto de critérios para análise comparativa de sistemas de indicadores de sustentabilidade em geral. Pode-se afirmar que a primeira análise refere-se a requisitos normativos que os indicadores devem atender e a análise segundo os critérios de Van Bellen vão demonstrar quais

os pontos convergentes e divergentes dos sistemas analisados, a abrangência e potencialidade de uso e limitações de um instrumento em relação aos demais.

4.3.1. Escopo

O escopo corresponde ao que é efetivamente mensurado pelos instrumentos de avaliação da sustentabilidade, ou seja, as dimensões de análise empregadas em cada um dos sistemas.

Foi possível perceber que o sistema de indicadores da UNWTO, analisam as dimensões econômica, social e ambiental. E, quatro dos instrumentos analisados não levam em consideração a dimensão econômica, restringindo sua análise às esferas social e ambiental (BTS, ATSI e TALC), ou exclusivamente ambiental – caso da TEFM.

4.3.2. Esfera

A esfera corresponde à escala na qual a ferramenta é aplicada ou passível de aplicação. As ferramentas de avaliação podem ser classificadas de acordo com a unidade espacial ou fronteira geografia (global, continental, regional, local) ou podem se referir também às unidades político-administrativas (estado, província, zonas rurais, pequenas comunidades).

Com relação à esfera, pode-se verificar que todas foram pensadas de modo a analisar o fenômeno turístico de uma destinação turística, ou seja, em escala local ou regional. Tal análise é pertinente ao turismo, porque as peculiaridades apresentadas em cada destinação devem ser tratadas com os devidos ajustes, de modo a representar realmente o grau de sustentabilidade.

Cabe ressaltar que o Guia da UNWTO inclui uma relação de indicadores específicos para pequenas ilhas, destinos de ecoturismo, zonas costeiras, destinos e cidades de praia, áreas protegidas, trilhas e rotas, entre outros.

4.3.3. Dados

Os dados utilizados pelos instrumentos de avaliação aqui analisados podem ser categorizados segundo seu tipo (quantitativo ou qualitativo) e pelo seu nível de agregação.

Com relação ao tipo dos dados, percebe-se a predominância de dados quantitativos, sendo esse tipo de dado empregado nos métodos da TEFM, do BTS e da ATSI.

Já o instrumento TALC tem seus dados prioritariamente qualitativos, enquanto o sistema de indicadores da UNWTO faz uma abordagem mista.

Com relação à agregação, o BTS, a TEFM e o TALC possuem alto grau de agregação, uma vez que o conjunto de indicadores são computados na forma de um índice. Já a ATSI e o sistema de indicadores da UNWTO têm um nível médio de agregação.

4.3.4. Participação

Os instrumentos adotam, *a priori*, uma participação *top-down*, podendo em um segundo momento da construção dos indicadores haver participação *bottom-up*. A exceção é o TEFM por ser totalmente *top-down*. O método TALC pode ser adaptado e assim ter uma participação *top-down* e/ou *bottom-up*.

4.3.5. Interface

A interface, como colocado por van Bellen (2002), está vinculada ao grau de facilidade para observar e interpretar os resultados fornecidos pela ferramenta e orientar na tomada de decisão; à confiabilidade do sistema; à facilidade de interpretação e utilização, e a capacidade de descrever os aspectos mais importantes do sistema de forma compreensível para os atores que devem estar envolvidos num ciclo de gestão; e o seu potencial em alterar comportamentos e atuar de forma educativa.

De modo geral, todas os instrumentos podem alertar e promover mudanças de comportamento. Os instrumentos com representação gráfica são mais atrativos e comunicam com uma efetividade maior, por serem mais diretos e rápidos na transmissão da informação. Já o Guia da UNWTO pode dificultar esse entendimento por estabelecer indicadores isolados.

A análise comparativa segundo os critérios de Van Bellen pode ser observada no Quadro 4.11.

Quadro 4.11 – Síntese da análise comparativa dos instrumentos de avaliação da sustentabilidade do turismo segundo os critérios de Van Bellen

Crítérios	UNWTO	BTS	ATSI	TEFM	TALC
Escopo	Econômico Social Ambiental	Social Ambiental	Social Ambiental	Ambiental	Econômico Social Ambiental Cultural Territorial Político / Institucional
Esfera	Local Regional	Local Regional	Local, Regional	Local, Regional Nacional	Local Regional
Enfoque	Mista	Quantitativa	Quantitativa	Quantitativa	Qualitativa
Agregação	Nível mediano de agregação	Altamente agregado	Altamente agregado	Altamente agregado	Nível mediano de agregação
Participação	Mista	Mista	Mista	-	-
Complexidade	Mediana	Mediana	Mediana	Elevada	Mediana
Apresentação	Simples Tabela de indicadores	Simples Recursos visuais	Simples Recursos visuais	Simples Recursos visuais	Simples Recursos visuais
Abertura	Mediana	Mediana	Mediana	Reduzida	Mediana
Pontos fortes	Ferramenta ampla que oferece subsídios claros e objetivos, para que de forma participativa seja estruturado um sistema de mensuração para a localidade; Além de indicadores-chaves que podem ser utilizados na maioria dos destinos turísticos, oferece indicadores específicos para determinadas destinações turísticas.	Apresentação de fácil compreensão.	Permite ter uma visão holística e individualizada dos fatores que estão acarretando a (in) sustentabilidade.	Apresentação gráfica atrativa e diferenciada.	Possibilita que os gestores confrontem em qual fase do ciclo de vida o destino se encontra e como se posiciona com relação a sustentabilidade; Apresentação gráfica que facilita o entendimento rápido das informações.
Pontos fracos	A apresentação na forma de tabela, com os indicadores disseminados, pode dificultar a compreensão geral da situação do destino com relação a sustentabilidade	Não permite ter uma visão pormenorizada dos fatores que estão impactando a (in) sustentabilidade; Foco na dimensão social e ambiental.	Foco na dimensão social e ambiental.	Foco apenas na questão ecológica; Cálculos complexos de conversão;	Não foram identificados pontos fracos.

Fonte: Elaboração própria.

4.4

Considerações finais sobre o capítulo

No decorrer deste capítulo, foi possível verificar o funcionamento dos instrumentos de avaliação da sustentabilidade, sua contextualização e fundamentação teórica empírica. Tendo como referencial normativo os Princípios de Bellagio aplicáveis às atividades de turismo, buscou-se analisar em que medida os instrumentos selecionados atendiam (ou não) a esses princípios.

Uma primeira conclusão refere-se à incorporação da visão de desenvolvimento sustentável nos instrumentos internacionais selecionados para fins da presente pesquisa. Em nenhum caso, observou-se a transposição da preocupação teórica com o bem-estar das populações futuras em indicadores, podendo-se supor que essa questão possa estar subentendida nos indicadores propostos em cada instrumento.

A preocupação com as dimensões social e ambiental foi visível em todos os instrumentos, sendo o que melhor traduziu e abordou de maneira mais abrangente a noção de sustentabilidade para o turismo foi o instrumento TALC. O Guia da UNWTO também buscou enfatizar os pilares da sustentabilidade, no entanto das 12 questões chaves de indicadores de sustentabilidade, apenas uma faz menção direta à dimensão econômica, sendo as demais voltadas para as dimensões social e ambiental.

Quanto à comunicação dos resultados, o instrumento desenvolvido pela UNWTO é o menos atrativo, uma vez que os demais contam com representações gráficas, que tornam a comunicação das informações mais rápida, didática e efetiva.

Com relação ao alinhamento dos instrumentos aos princípios de Bellagio, o ponto mais preocupante diz respeito à participação. Os *stakeholders* em nenhuma ferramenta são tidos como centrais no processo de elaboração dos indicadores, muito embora o Guia da UNWTO oriente que o uso do instrumento seja feito por meio de uma perspectiva *bottom-up* (ou seja, com participação dos *stakeholders*). O que se percebe é que após uma análise *top-down*, é que os indicadores são submetidos a uma posterior avaliação *bottom-up*. Existem instrumentos que não possuem nenhuma possibilidade de participação dos *stakeholders*, como é o caso da TEFM.

A fazer a análise comparativa segundo os critérios de Van Bellen (2005), fica evidenciado que os instrumentos para avaliação do turismo sustentável focalizam destinações turísticas, restringindo-se a análise aos níveis local e regional.

5

Avaliação da sustentabilidade de destinos turísticos de diferentes regiões do Brasil: análise crítica dos instrumentos e indicadores propostos

Relembra-se aqui que o propósito desta pesquisa foi analisar os instrumentos de avaliação da sustentabilidade do turismo e respectivos indicadores propostos para destinos turísticos de diferentes regiões do Brasil, de modo a identificar seus pontos fortes e fracos, os limites e potencialidade de uso, à luz de cinco categorias de análise formuladas segundo os princípios de Bellagio (Cordeiro, 2008) e dos critérios de análise comparativa propostos por Van Bellen (2005).

Conforme Butler (1999), toda destinação turística possui um ciclo de vida, colocando-se em evidência que todos os destinos estão sujeitos a um estágio de colapso. Sendo assim, para minimizar as possibilidades de se chegar a este estágio, é necessário adotar, isoladamente ou em conjunto, determinados instrumentos de gestão (Cordeiro, 2008). Estes podem ser, segundo UNEP/UNWTO (2005):

- Instrumentos de medição: utilizados para determinar os níveis de impacto do turismo, se mantendo a par dos existentes e das possíveis mudanças. Tal grupo é formado por: (i) indicadores de sustentabilidade e monitoramento e; (ii) identificação dos limites do turismo / capacidade de carga;
- Instrumentos de apoio: mecanismo no qual os governos podem apoiar, direta ou indiretamente, empresas e turistas em tornar suas ações e atividades mais sustentáveis, como provisão de infraestrutura, programas de capacitação e sensibilização, marketing e serviços de informação;
- Instrumentos voluntários: criação de quadros ou processos que incentivem a adesão voluntária das partes interessadas, a exemplo de diretrizes e códigos de conduto, auditorias, certificações;
- Instrumentos de comando e controle: permitem ao governo exercer controle rigoroso sobre determinados aspectos do desenvolvimento e operação, apoiado em legislações, regulamentos e licenciamento, assim como controle e planejamento do uso do solo.

Cada instrumento possui suas especificidades e relevâncias perante o objetivo de se chegar a sustentabilidade, no entanto os instrumentos de medição, como já ressaltado em

capítulos anteriores, são de extrema importância uma vez que permitem identificar se o caminho seguido realmente encontra-se alinhado a trajetória traçada (Cordeiro, 2008).

No setor turístico, ao se debruçar sobre instrumentos de medição, o que se destaca são metodologias de capacidade de carga, que não conseguem captar toda complexidade que envolve o fenômeno turístico, tão pouco o processo que se configura a busca por sustentabilidade neste setor, pois corresponde a uma fotografia, que permite apenas identificar e sugerir um número máximo de visitantes a ser suportado em determinada destinação, o que é bem diferente de analisar as condições que determinado destino turístico se encontra no caminhar para a sustentabilidade. Tendo em vista esta limitação, abre-se espaço para as metodologias de avaliação da sustentabilidade do turismo no sentido amplo do termo, que corresponde as interações e interferências irremediáveis da relação homem/natureza.

Dessa forma, faz-se agora uma breve descrição dos critérios utilizados para compor o universo de análise desta pesquisa para, em seguida, descrever os instrumentos e conjunto de indicadores avaliados e, por fim, proceder-se sua análise crítica e arguir sobre sua efetividade como bons instrumentos balizadores para ações de planejamento e gestão do setor no processo rumo à sustentabilidade.

5.1

Seleção dos casos múltiplos

Para identificação dos trabalhos que seriam foco de análise desta pesquisa foram utilizados os seguintes critérios: (i) apresentar um caráter não-subjetivo, ou seja, possível de discernir uma metodologia estruturada passível de ser analisada; (ii) deveriam se reconhecer, como instrumentos empíricos de avaliação da sustentabilidade de *destinos turísticos*¹³ brasileiros; (iii) ser identificados como trabalhos de pós-graduação *stricto sensu* e; (iv) estar disponíveis para consulta pública na *internet*.

Em pesquisa bibliográfica realizada no *Google Acadêmico* e no Domínio Público, foram localizados dez trabalhos que versavam sobre o tema, sendo que, na análise das

¹³ Entende-se por destinação turística o “espaço físico no qual um visitante pernoita pelo menos uma noite. Inclui produtos turísticos tais como, serviços de suporte, atrações e recursos turísticos a um dia de viagem de regresso. Tem fronteiras físicas e administrativas que definem a sua gestão, e tem também imagens e percepções que definem a sua competitividade no mercado. Os destinos turísticos incorporam vários *stakeholders* que geralmente incluem a comunidade local, e podem ainda, abrigar e formar uma rede maior de destinos (UNWTO, 2010 *apud* FLORES e MENDES, 2014, p. 231).

referências bibliográficas dos trabalhos encontrados, três novos trabalhos foram localizados, totalizando assim treze trabalhos. No entanto, dentro desse universo, cinco trabalhos foram descartados por não atenderem aos critérios elencados anteriormente para fins dessa pesquisa, conforme pode ser observado no Quadro 5.1.

Quadro 5.1 – Estudos de casos referentes a indicadores de sustentabilidade para o desenvolvimento do turismo

	Documentos	Modalidade	Autor	Ano	Parecer
1	Turismo nas fazendas históricas do Vale do Paraíba Fluminense: um estudo sobre sustentabilidade	Artigo Científico	Delamaro <i>et.al.</i>	2002	Não corresponde aos critérios
2	Indicadores de Sustentabilidade para o Ecoturismo e o Turismo Rural: uma proposta para Aldeia Velha, município de Silva Jardim – RJ e região do entorno	Dissertação	Cintra	2004	Corresponde aos critérios
3	<i>Las dimensiones del turismo y su impacto a partir de la perspectiva de la economía ambiental y ecológica</i>	Dissertação	Faria	2004	Corresponde aos critérios, mas documento não encontra-se disponível para análise
4	Turismo e sustentabilidade no município de Florianópolis: uma aplicação do método da pegada ecológica	Dissertação	Andrade	2006	Corresponde aos critérios
5	Análise de indicadores-chave do turismo sustentável: um estudo de caso de Lagoa da Confusão – Tocantins	Dissertação	Dutra	2007	Corresponde aos critérios
6	Desenvolvimento de indicadores de sustentabilidade para o ecoturismo em unidade de conservação	Tese	Filetto	2007	Não corresponde aos critérios
7	Indicadores relevantes para avaliação do turismo sustentável em Guajará-Mirim (RO)	Dissertação	Oliveira	2009	Corresponde aos critérios
8	Sistema de indicadores de sustentabilidade: uma aplicação ao contexto de desenvolvimento do turismo na região de Bueno Brandão, estado de Minas Gerais, Brasil	Tese	Hanai	2009	Corresponde aos critérios
9	Mensuração de sustentabilidade para destinações turísticas: aplicabilidade da metodologia de indicadores da OMT em Florianópolis	Dissertação	Iser	2009	Não corresponde aos critérios, uma vez que avalia a aplicabilidade do método
10	A sustentabilidade do destino turístico Fernando de Noronha: uma análise a partir da abordagem do ciclo de vida de áreas turísticas e das dimensões da sustentabilidade	Dissertação	Falcão	2010	Corresponde aos critérios
11	Sistema de indicadores de sustentabilidade para a atividade turística: uma proposta metodológica participativa aplicada no município de Conde/PB	Dissertação	Lacerda	2011	Corresponde aos critérios
12	Sistema de indicadores de sustentabilidade para o turismo: aplicação de uma abordagem participativa em Porto de Galinhas, PE	Dissertação	Santos	2013	Corresponde aos critérios
13	Indicadores de sustentabilidade do desenvolvimento do turismo na cidade de Areia – PB a partir da análise multicritério.	Trabalho de conclusão de curso - graduação	Nascimento	2013	Não corresponde aos critérios

Fonte: Elaboração própria

O quadro 5.2, apresenta-se uma breve descrição dos estudos de casos selecionados para fins desta pesquisa.

Quadro 5.2 – Lista dos estudos de caso sobre indicadores de sustentabilidade do turismo

Nº	Estudos de Casos e Locais de Aplicação	Objetivo (s) e Descrição das Características do Sistema	Autor (es) e Fontes de Referência
1	Indicadores de Sustentabilidade para o Ecoturismo e Turismo Rural (Aldeia Velha/ RJ)	Elaborar um conjunto de indicadores que possibilitasse medir, monitorar e direcionar as atividades de ecoturismo e turismo rural na região de Aldeia Velha, município de Silva Jardim (RJ). Adoção do método P-E-R (pressão – estado – resposta).	Cintra (2004)
2	Pegada Ecológica do Turismo (Florianópolis/ SC)	Verificar em qual proporção a atividade turística impacta a pegada ecológica do município de Florianópolis (SC), tendo como pontos de análise o confronto da quantidade consumida de gasolina automotiva, energia elétrica, água e a geração de resíduos nos períodos de alta e baixa temporada turística.	Andrade (2006)
3	Indicadores-chave do Turismo Sustentável (Lagoa da Confusão/ TO)	Monitorar e analisar o turismo no município de Lagoa da Confusão (TO), tendo por parâmetros indicadores-chaves para o turismo sustentável propostos pela Organização Mundial do Turismo.	Dutra (2007)
4	Indicadores Relevantes para Avaliação do Turismo Sustentável (Guajará-Mirim/ RO)	Propor temas e indicadores relevantes para análise do turismo sustentável do município de Guajará-Mirim (RO) tendo como escopo consulta pública a grupos de atores sociais locais.	Oliveira (2009)
5	Sistema de Indicadores de Sustentabilidade do Desenvolvimento do Turismo – SISDTur (Bueno Brandão/ MG)	Propor um sistema de indicadores de sustentabilidade do desenvolvimento do turismo, de cunho participativo, para o município de Bueno Brandão (MG), através de processos de sensibilização turística junto aos atores sociais locais.	Hanai (2009)
6	TALC e as Dimensões da Sustentabilidade (Fernando de Noronha/ PE)	Investigar a sustentabilidade da destinação turística Fernando de Noronha (PE) tendo por diretriz a abordagem do Ciclo de Vida dos destinos turísticos – TALC, e as dimensões da sustentabilidade propostas por Delamaro <i>et al.</i> (2002).	Falcão (2010)
7	Sistema de Indicadores de Sustentabilidade para a Atividade Turística (Conde/ PB)	Analisar a sustentabilidade da atividade turística no município de Conde (PB) por meio de uma abordagem participativa e democrática por meio da adaptação do modelo proposto por Hanai (2009).	Lacerda (2011)
8	Sistema de Indicadores de Sustentabilidade para o Turismo (Porto de Galinhas/ PE)	Mensurar o nível de sustentabilidade das atividades turísticas em Porto de Galinhas (PE) através da adaptação do modelo proposto por Hanai (2009).	Santos (2013)

Fonte: Elaboração própria

Por fim, cabe ressaltar, que os casos apresentados se baseiam nas suas respectivas publicações e relatos de projeto e incluem os objetivos, locais de aplicação, resultados, considerações e os legados metodológicos.

5.1.1

Caso 1: Indicadores de sustentabilidade para o ecoturismo e turismo rural na região de Aldeia Velha – Silva Jardim, RJ

O trabalho realizado por Heitor de Brito Cintra (2004) visou a construção de um conjunto de indicadores para o ecoturismo e o turismo rural para o distrito de Aldeia Velha e região do entorno, por entender que:

“Todas as ações e preocupações devem visualizar a região como um todo, tendo Aldeia Velha como “centro”, sem se ater aos limites políticos intermunicipais, percebendo em todas as suas formas, as fragilidades e as vocações dos ambientes e das comunidades. É necessário evitar que os aspectos e atrações pontuais do turismo sejam valorizados e viabilizados de maneira dissociada de uma realidade regional e em detrimento do desenvolvimento dos demais locais vizinhos” (Cintra, 2004, p. 4).

Com isso, o autor objetivou elaborar um conjunto de indicadores que permitisse “medir de forma compreensível, monitorar de maneira segura e direcionar com responsabilidade” (Cintra, 2004, p. 6) as atividades de ecoturismo e turismo rural na região, de modo a acompanhar sua evolução rumo a sustentabilidade nas dimensões ambiental, econômica, social, cultural e institucional.

Assim, a primeira etapa do estudo, uma lista preliminar de 59 indicadores nas dimensões supracitadas foram dirigidas a parecer técnico de especialistas e profissionais da áreas de turismo, entre eles acadêmicos, autores de artigos na área, representantes de organizações governamentais e não governamentais, dirigentes e consultores, brasileiros e estrangeiros, de modo a selecionarem, segundo critérios de capacidade para avaliação da sustentabilidade e facilidade para obtenção de informações para avaliação, aqueles que teriam maior afinidade com as áreas de ecoturismo e turismo rural e assim capazes de monitorar essas modalidades de práticas turísticas.

Na segunda etapa, um conjunto de 25 indicadores, oriundos da lista preliminar, foi submetido a consulta pública em Aldeia Velha e na região do entorno, fato que contou com a colaboração de pessoas envolvidas com o planejamento, o ordenamento e a operação da atividade turística, sendo o conjunto de atores locais consultados formado por: dirigentes das unidades de conservação, titulares da pasta de turismo e meio ambiente, voluntários envolvidos com organizações não-governamentais ambientalistas

ou comunitárias com atuação na região e proprietários rurais fornecedores de serviços turísticos.

A aplicação de tal metodologia resultou na obtenção de um grupo-base de 12 indicadores de sustentabilidade para o ecoturismo e o turismo rural (Anexo 1) para a região de Aldeia velha, selecionados em consonância com as realidades locais e com os objetivos do poder público, das comunidades, dos proprietários rurais fornecedores de produtos turísticos e das organizações ambientalistas.

Por fim, os indicadores foram estruturados segundo o modelo conceitual Pressão-Estado-Resposta (Sistema PER), sendo observado, dessa forma a predominância de indicadores de Estado (refletem a qualidade dos ambientes em um determinado momento), seguido de indicadores do tipo resposta (recolhem as diferentes atuações públicas e privadas que incidem no desenvolvimento sustentável da atividade turística) e apenas 1 indicador do tipo pressão (manifestam as alterações produzidas no entorno como consequências da atividade turística).

5.1.2

Caso 2: Turismo e sustentabilidade no município de Florianópolis – Santa Catarina, uma aplicação do método da pegada ecológica

Partindo da relação de dependência existente no turismo para com o ambiente natural, visto que esse, em grande parte, é o impulsionador do fluxo turístico; e do paradoxo que ao mesmo tempo que o ambiente natural é altamente relevante para a atividade turística, essa o consome de forma desordenada e má planejada e o destrói, Andrade (2006), com foco nesta problemática, trouxe como objetivo central de seu estudo analisar a relação entre o desenvolvimento da atividade turística e o grau de sustentabilidade ecológica da cidade de Florianópolis, no período de janeiro a dezembro de 2004, através da aplicação da pegada ecológica.

A aplicação da PE no turismo, adotada por Andrade (2006), baseia-se no consumo de recursos naturais pelo sistema turístico, contabilizado pela diferença entre as demandas na baixa e na alta temporada turística. Para tanto, foram escolhidos quatro elementos para configurar o cálculo da PE de Florianópolis: (i) consumo de gasolina automotiva; (ii) geração de resíduos; (iii) consumo de energia elétrica e; (iv) consumo de água.

Vale ressaltar, que os elementos que compõem a PE turística de Florianópolis não se fez específica da atividade, mas sim compreende o valor total utilizado por todas as atividades que congregam a destinação turística Florianópolis, ficando o peso dado ao

turismo referente ao resultado do confronto entre os períodos de baixa e alta temporada, isto é, de maior e menor fluxo de visitantes.

A PE turística de Florianópolis foi calculada em três perspectivas diferentes variando a temporalidade e o tamanho do sistema, sendo os cálculos realizados: a PE mensal e anual da população residente em 2004; a PE da população total (residentes e visitantes) em 2004 no período de alta temporada turística e; a PE do sistema turístico no período de alta temporada turística.

A PE tem alto apelo educativo, contribuindo significativamente para a conscientização da sociedade sobre os problemas ambientais, porém no que tange a aplicação desta metodologia ao turismo em Florianópolis, a falta de dados impossibilitou uma melhor análise do destino.

5.1.3

Caso 3: Análise de indicadores-chave do turismo sustentável na região de Lagoa da Confusão - Tocantins

Seguindo a tabela base de indicadores para o turismo sustentável proposto pela OMT, Veruska Chamet Dutra (2007) realizou uma análise, cujo objetivo foi monitorar e analisar indicadores-chave para o turismo no município de Lagoa da Confusão – Tocantins, visando verificar a possibilidade e a efetividade do monitoramento e avaliação da sustentabilidade de destinos turísticos de pequeno porte.

Para fins de sua pesquisa, a autora analisou sete indicadores-chave propostos pela OMT, sendo eles: proteção do atrativo, impacto sociocultural, processo de planejamento, gestão de resíduos sólidos, satisfação do turista, satisfação da comunidade e contribuição do turismo na economia local, sendo o destino analisado em quatro períodos distintos julho/2005, setembro/2005, fevereiro/2006 e abril/2006, todos considerados períodos de alta temporada turística.

A escolha desse grupo de indicadores se deu por conta da complexidade dos indicadores, período de análise, custos, mão-de-obra capacitada, dados existentes, materiais necessários para a transformação em dados quantitativos e o método de aplicação. Cada indicador-chave foi composto por um conjunto de informações que foram coletadas predominantemente de forma qualitativa, por meio de entrevista, e plotados em uma escala quantitativa que variava de 0 a 10, por meio de três categorias: insatisfatório (0 a 4); satisfatório (5 a 7) e; excelente (8 a 10).

Como resultado, Dutra pode verificar a relevância dos indicadores-chave do turismo proposto pela UNWTO para análise e monitoramento de destinos turísticos de pequeno porte, porém salienta para necessidade de adaptações, fato que é sugerido pela própria UNWTO, sendo a tabela de indicadores-chave apenas um guia de orientação que deveria ser discutida juntamente com os atores sociais envolvidos com a atividade turística local.

5.1.4

Caso 4: Indicadores relevantes para avaliação do turismo sustentável do município de Guajará-Mirim - Rondônia

Oliveira (2009) analisando o contexto peculiar que envolve algumas regiões localizadas na Amazônia, que restringe o desenvolvimento de atividades econômicas tradicionais, desenvolveu sua pesquisa com o objetivo de encontrar temas e indicadores relevantes para a avaliação do turismo sustentável do município de Guajará-Mirim, localizado no estado de Rondônia, divisa com a República da Bolívia.

Para atingir esse objetivo, a autora, por meio de pesquisa bibliográfica, estabeleceu uma relação preliminar com 5 dimensões, 20 temas e 59 indicadores potenciais, que foi submetida ao crivo de um grupo de atores sociais (representantes de organizações ou instituições do município), de modo a identificar, em uma escala de 0 a 10, a importância para avaliação da atividade turística no município no que tange à sustentabilidade e sugerir outros que considerassem relevantes.

Os dados obtidos por meio de consulta foram analisados por meio de estatística descritiva de modo a subsidiar a segunda etapa, análise qualitativa, da pesquisa. Nesta etapa, a autora tinha por intuito eliminar ou combinar temas e indicadores de modo a corrigir sobreposições e eliminar os indicadores que não condiziam com a análise do objeto de estudo.

Todas as dimensões foram consideradas relevantes e apenas dois indicadores potenciais foram considerados desnecessários na visão dos atores locais, no entanto, de modo a produzir um conjunto mais compacto de dimensões, temas e indicadores sem perder a riqueza das informações, ajustes foram feitos para eliminar sobreposições e redundâncias. Como resultado final, um conjunto de 4 dimensões, 13 temas e 45 indicadores (Anexo 2) foi proposto para análise do município.

Oliveira (2009) ressalta a necessidade de uma equipe multidisciplinar para efetivar o processo de monitoramento e avaliação do turismo no município, capaz de estabelecer a especificação e o detalhamento técnico e metodológico dos indicadores. Para tanto, a autora sugere a adoção de uma ficha metodológica (Figura 5.1), modelo empregado no Sistema de Indicadores Estatísticos do Turismo da Macronésia (SIET-MAC), originalmente proposto pela Comissão das Nações Unidas para Avaliação do Desenvolvimento Sustentável das Nações.

Dimensão: Meio Ambiente						
Tema			Indicador			
Preservação da Natureza			Percentagem de área protegida			
Descrição	Percentagem da superfície classificada como Área Protegida (incluindo todas as categorias) em relação à superfície total do município.					
Objetivo	Avaliar a vulnerabilidade do meio ambiente relativamente à intervenção humana, nomeadamente à atividade turística					
Como Mensurar	<u>Superfície das Áreas Protegidas</u> x 100 Superfície Total			Unidade de medida	Percentual em hectare de área protegida em relação total da área do município.	
Critérios de Desempenho	Pior valor	Aceitável	Melhor valor	Escala (cinco setores)	Valor	Escore
	0	80	95	0-50-70-80-90-95		
Periodicidade de cálculo	Semestral					
RELEVÂNCIA PARA A SUSTENTABILIDADE						
A criação das Áreas Protegidas é uma condição necessária para que região/município preservem os seus ecossistemas, assim como o seu património histórico-cultural.						
Fonte dos Dados				Observação – Recomendação		
Dados fornecidos pelo IBAMA e SEDAM				A região foco do estudo possui boa parte de seu território destinado a área de proteção.		

Figura 5.1 – Modelo de ficha metodológica de indicadores de sustentabilidade do turismo
Fonte: Oliveira, 2009, p. 79.

Orienta, ainda, a utilização de uma escala de desempenho para o cálculo dos indicadores, visando que todos sejam expressos em uma mesma unidade possibilitando, assim, o estabelecimento de índices por temas, dimensões e de um índice geral para a sustentabilidade do turismo no município.

5.1.5

Caso 5: Sistema de indicadores de sustentabilidade do desenvolvimento do turismo (SISDTur) na região de Bueno Brandão – Minas Gerais

Hanai (2009), com objetivo de investigar e elaborar instrumentos e procedimentos para a proposição de um sistema de indicadores de sustentabilidade do desenvolvimento do turismo de cunho participativo, desenvolveu o Sistema de Indicadores de

Sustentabilidade do Desenvolvimento do Turismo – SISDTur, que contou com o envolvimento ativo da população de Bueno Brandão, em Minas Gerais. Tal proposição buscou fornecer subsídios ao processo de desenvolvimento, gestão e monitoramento do turismo na região.

O SISDTur destaca-se dentre os instrumentos desenvolvidos no contexto nacional, pois é um instrumento de avaliação a nível local e organizacional (monitoramento de estabelecimentos turísticos e espaços de visitação), ou seja, compreende dois conjuntos de indicadores de sustentabilidade do desenvolvimento do turismo, cuja aplicação ocorre em um fluxo sequencial de retroalimentação e direcionamento das ações do desenvolvimento turístico, fato que possibilita uma observação mais ampla da realidade do município.

A proposição e a elaboração do SISDTur basearam-se na concepção proativa, que identifica aspectos da sustentabilidade do turismo, antecipando futuras necessidades, mudanças e problemas e, ao mesmo tempo, induz à execução de ações para a melhoria das condições observadas na comunidade. Sua construção se deu por meio da participação efetiva da comunidade local, que só foi possível devido ao processo de sensibilização turística composta por palestras e reuniões técnicas, e com auxílio de estudiosos da área do turismo e da engenharia ambiental.

O SISDTur configura-se como um instrumento de gestão efetiva, pois contém os objetivos de cada descritor e indicador, os parâmetros a serem medidos, as orientações e os procedimentos técnicos para obtenção dos dados (forma e frequência de medição), assim como os tipos e unidades de medida dos parâmetros e indicadores, distribuídos em cinco dimensões de sustentabilidade (ambiental, cultural, social, econômica, turística e institucional).

O processo de elaboração do sistema se configurou inicialmente pelo levantamento bibliográfico, com o levantamento e análise dos sistemas de indicadores empregados em diferentes contextos; discussão por meio de reunião técnica com o grupo de colaboradores (turismólogos, população e engenheiros ambientais) para seleção e análise dos indicadores; e uso de estatística de tendência de mediana central para seleção dos indicadores.

Ao final, foram elencados 32 temas e 42 indicadores referentes ao conjunto de indicadores em estabelecimentos turísticos e 47 temas e 64 indicadores para o conjunto de indicadores de gestão turística municipal (Anexo 3).

5.1.6

Caso 6: Sustentabilidade do destino turístico Fernando de Noronha, uma análise a partir da abordagem do ciclo de vida das áreas turísticas e das dimensões da sustentabilidade

Em 2010, Mariana Cavalcanti Falcão, se propôs, a investigar a sustentabilidade do destino turístico Fernando de Noronha, tendo por diretriz a abordagem do ciclo de vida dos destinos turísticos e seis dimensões da sustentabilidade.

Como relatado no capítulo 4 desta dissertação, uma forte limitação relacionada a TALC é sua estreita ligação aos parâmetros oriundos da análise por meio da capacidade de carga, fato que restringe o método a uma avaliação fortemente dirigida a aspectos ambientais e sociais.

De modo a romper com essa limitação, Falcão (2010), traça a conjunção dos indicadores do modelo TALC com as dimensões da sustentabilidade. Em sua pesquisa, ele utiliza por base as dimensões da sustentabilidade propostas por Delamaro *et al.* (2002), devido a sua abrangência, sendo elas: ambiental; cultural; social; política-institucional; territorial; e econômica. Como resultado das discussões teóricas estabelecidas para cada dimensão, obteve-se 16 indicadores e 43 subindicadores de análise (Anexo 4).

Os critérios de análise foram traçados por meio da projeção de qual seria o cenário ideal e a pior situação, sendo estabelecido dessa forma pesos (inexistente (peso 0), fraco (peso 1), moderado (peso 2) e forte (peso 3)), de modo a posicioná-los, em cada dimensão, dentro de uma escala que varia entre: insatisfatório, os pontos variam de 0 a 25%; pouco satisfatório, os pontos variam de 26 a 50%; moderadamente satisfatório, os pontos variam de 51 a 75% e; satisfatório, os pontos variam de 76 a 100%. A Figura 5.2 demonstra tal variação.

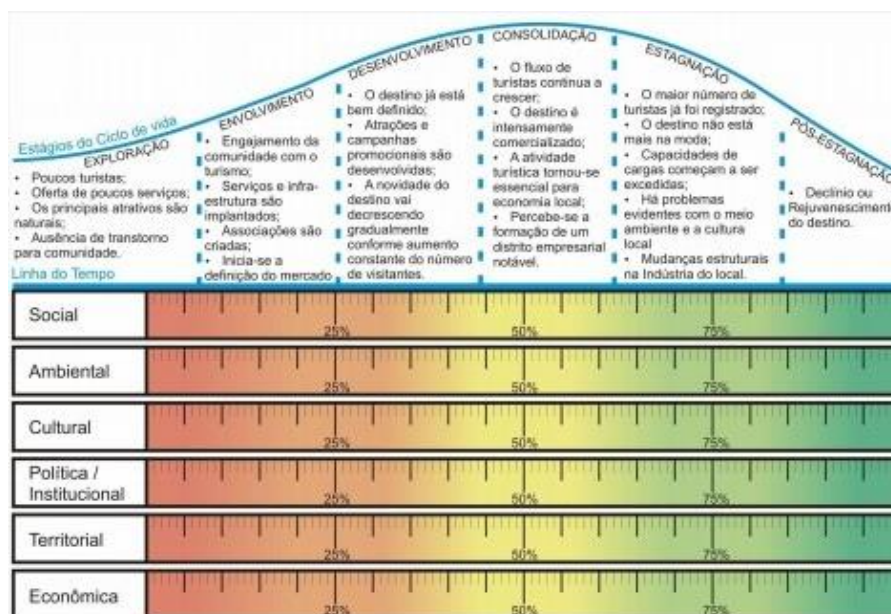


Figura 5.2 – Proposta de integração entre os estágios da TALC e as dimensões da sustentabilidade

Fonte: Falcão, 2010.

Assim, é possível compreender melhor a intenção da autora, pois ao verificar em qual estágio ou estágios o destino se encontra, uma vez que possui momentos de intermediação e interação entre os estágios, é possível estabelecer ações estratégicas para que a atividade permaneça crescendo e fazendo com que a população local e os demais agentes envolvidos com o turismo na localidade melhorem suas condições de vida, tendo como premissas o respeito com o meio ambiente e com os aspectos culturais, sociais e políticos.

5.1.7

Caso 7: Sistema de indicadores de sustentabilidade para a atividade turística: uma proposta metodológica participativa aplicada no município de Conde/PB

Propondo-se a analisar a sustentabilidade da atividade turística no município de Conde – Paraíba por meio de uma abordagem participativa e democrática, com o envolvimento dos atores sociais de diversos segmentos que possuem vínculos com a atividade turística desenvolvida na região, Cícero de Souza Lacerda (2011), faz uso do Sistema de Indicadores de Sustentabilidade do Desenvolvimento do Turismo (SISDTur), proposto por Hanai (2009) para balizar sua pesquisa.

A análise proposta por Lacerda (2011) refere-se a uma adaptação do SISDTur, no que tange aos parâmetros específicos, à forma de medição e aos tipos de unidades de

medidas empregadas. Tal adaptação teve por intuito fazer com que o instrumento se adequasse a realidade do município e à disponibilidade dos dados, segundo a lista de indicadores propostos pelo Ministério do Turismo para destinos praieros e as características do município em estudo. Dessa forma, foram elencados 41 indicadores, organizados nas seis dimensões que compõem o SISDTur (Anexo 5).

Um grupo de atores sociais (representantes da organização pública, da iniciativa privada e da sociedade civil), por meio da técnica *snowball*¹⁴, foram convidados a participarem do estudo, que consistiu na aplicação de um questionário com perguntas fechadas referente a afirmativas sobre os indicadores que se propunha observar. Para tanto, Lacerda (2011) fez uso de uma adaptação da escala Likert, categorizando os resultados dos indicadores, de acordo com o grau de concordância ou discordância. Após a obtenção desses dados primários, os mesmos foram ponderados segundo o cálculo da média dos níveis atribuídos pelos atores sociais e pelo coeficiente de variação. A sustentabilidade expressa pelo indicador corresponde à situação em que a média é maior do que o coeficiente de variação.

De modo a se chegar a análise final da sustentabilidade da atividade turística na região foi estabelecido o seguinte critério de análise distribuído em 5 faixas considerando os 41 indicadores que compõem o SISDTur do município de Conde/PB:

- Faixa 1: 0 a 8 indicadores sustentáveis em relação ao total 41 (desenvolvimento turístico insustentável);
- Faixa 2: 9 a 17 indicadores sustentáveis em relação ao total 41 (desenvolvimento turístico com sustentabilidade parcialmente insustentável);
- Faixa 3: 18 a 27 indicadores sustentáveis em relação ao total 41 (desenvolvimento turístico com sustentabilidade intermediária);
- Faixa 4: 28 a 36 indicadores sustentáveis em relação ao total 41 (desenvolvimento turístico potencialmente sustentável);
- Faixa 5: 37 a 41 indicadores sustentáveis em relação ao total 41 (desenvolvimento sustentável).

¹⁴ Técnica Snowball ou “Bola de Neve” é uma técnica de amostragem que utiliza cadeias de referência, uma espécie de rede. É uma forma de amostra não probabilística que utilizada em pesquisas sociais no qual os participantes iniciais de um estudo sugerem a inclusão de novos participantes e assim sucessivamente, até que o objetivo proposto seja alcançado, isto é o “ponto de saturação” seja atingido (Baldin; Munhoz, 2011, p. 332)

5.1.8

Caso 8: Sistema de indicadores de sustentabilidade para o turismo para a região de Porto de Galinhas - Pernambuco

Com o objetivo de mensurar o nível de sustentabilidade das atividades turísticas em Porto de Galinhas – PE, Santos (2013) adaptou e aplicou, por meio de entrevistas semiestruturadas, questionários, análise documental e observação não participante, o Sistema de Indicadores de Sustentabilidade do Desenvolvimento do Turismo (SISDtur), desenvolvido por Hanai (2009).

Tendo em vista a sobreposição de indicadores no que tange ao conjunto referente à gestão municipal e ao conjunto para a avaliação dos estabelecimentos turísticos e espaços de visitação no sistema desenvolvido por Hanai (2009), a autora propôs um ajuste no quadro de indicadores, conforme observado no Anexo 6, que compõe cada dimensão (ambiental, cultural, social, econômica, turística e institucional), devido às peculiaridades observadas *in loco*.

Para tanto, na aplicação do método, foram consultados atores sociais atuantes no *trade* turístico da região, atores esses que foram divididos em três grandes grupos: poder público; sociedade civil; e iniciativa privada. Esses foram convidados a atribuir o nível que consideravam mais adequado a afirmativa que estava sendo feita. Os níveis variavam de discordo totalmente à concordo totalmente. Para análise final, os valores: média, coeficiente de variância e moda foram organizados, dentro dos respectivos grupos, para cada indicador. Sendo assim, fez-se necessário ter critérios de análise final do indicador que seguiu a seguinte lógica:

- Se o indicador apresentou-se insustentável pelos três grupos pesquisados esse foi considerado insustentável;
- Se o indicador apresentou-se insustentável para dois grupos e sustentável para um grupo esse foi considerado como parcialmente insustentável;
- Se o indicador apresentou-se insustentável para um grupo e sustentável para os demais esse foi considerado como potencialmente sustentável;
- Se o indicador apresentou-se sustentável pelos três grupos pesquisados esse foi considerado sustentável.

De modo a facilitar o entendimento, uma representação gráfica através de escala de cores também foi proposta pela autora por meio da adaptação da classificação e representação dos índices em níveis de sustentabilidade proposto por Martins e Cândido (2008).

5.2

Análise crítica segundo os princípios de Bellagio

Nas últimas décadas, percebe-se uma intensificação nos esforços de se desenvolver instrumentos capazes de monitorar os rumos que a atividade turística vem traçando no sentido da sustentabilidade. No entanto, uma grande lacuna existente refere-se à competência desses instrumentos em cumprir com seu objetivo, sendo um dos principais vazios relativos às ferramentas de avaliação da sustentabilidade a inadequação destas em cobrir os propósitos fundamentais da avaliação da sustentabilidade (Cordeiro, 2008). Por isso, faz-se necessário investigar em qual proporção os instrumentos vem cumprindo com os requisitos essenciais que se esperam encontrar em ferramentas desta natureza, vislumbrando seus pontos fortes e fracos, limites e potencialidades. Assim, com base na metodologia adotada pelos instrumentos e tomando-se a meta-análise dos instrumentos internacionais segundo os Princípios de Bellagio como referência, analisa-se agora como os instrumentos formulados para aplicação no contexto brasileiro cumpre com tais requisitos.

5.2.1

Visão de desenvolvimento sustentável

Refletir acerca da sustentabilidade não é tarefa fácil, muito embora se intensifique os debates e discussões referentes ao tema, as controvérsias relativas ao termo parecem estar longe de se esgotarem. Dessa forma, ter uma concepção clara do que é para a atividade turística se desenvolver sustentavelmente é o ponto inicial de todo e qualquer instrumento que busque avaliar e monitorar uma destinação turística segundo esses propósitos, uma vez que

“Se houver qualquer tipo de dúvida, equivoco terminológico ou conceitos implícitos a respeito daquilo que se quer avaliar, o alicerce do processo de avaliação torna-se frágil e abre-se precedentes para contestações sobre as capacidades da ferramenta e, consequentemente, da relevância de seus resultados” (Cordeiro, 2008, p. 88).

Como orienta o primeiro princípio de Bellagio “a avaliação do progresso rumo à sustentabilidade deve ser guiada por uma visão clara do que seja desenvolvimento sustentável e das metas que definam essa visão” (Cordeiro, Partidário e Leite, 2009, p. 529).

Dessa forma, como na meta-análise realizada para os instrumentos internacionais no capítulo 4, duas premissas básicas dirigidas ao termo desenvolvimento sustentável foram tomadas como critérios de avaliação no contexto brasileiro: (i) a importância de se pensar equitativamente o crescimento econômico, a justiça social e a proteção do meio

ambiente e; (ii) a preocupação com a manutenção das condições de modo a suprir as necessidades das gerações presentes e futuras.

Ao avaliar os casos desenvolvidos para destinações turísticas brasileiras, em sua maioria os autores elucidam aos leitores o conceito de desenvolvimento sustentável do turismo empregado para fins da referida investigação.

No conjunto de indicadores de sustentabilidade para o ecoturismo e turismo rural desenvolvido por Cintra (2004) focalizando o distrito de Aldeia Velha, município de Silva Jardim, desenvolvimento sustentável do turismo é tido como:

“Estado ou conjunto de ações que *persistem ao longo do tempo* e, ao mesmo tempo tem um processo dinâmico a ser monitorado e aperfeiçoado sempre. A sustentabilidade pode requerer que uma comunidade busque uma série de condições, entre as quais: *equidade social, proteção do meio ambiente natural, uso mínimo dos recursos não renováveis, vitalidade econômica, autoestima comunitária, bem-estar individual e satisfação das necessidades individuais básicas*” (Cintra, 2004, p. 106, grifo nosso).

Por meio da definição adotada pelo autor é possível perceber a referência as duas premissas básicas levantadas para fins dessa avaliação, por meio da visão de longo prazo e da busca pela equidade social, conservação e preservação dos recursos naturais e a vitalidade econômica demonstrando assim a preocupação em atender ao tripé da sustentabilidade. No entanto quando confrontado com os indicadores propostos tal visão não se faz coerente, uma vez que a dimensão social é totalmente ignorada. Nenhum indicador faz referência a equidade social, nem tão pouco visa avaliar a autoestima comunitária e o bem-estar individual da população local, tendo uma visão restrita aos aspectos de preservação dos atrativos naturais (ambiental) de modo a satisfazer as necessidades dos visitantes (econômico).

Pode-se entender que a preocupação com a vitalidade do turismo a longo prazo, para usufruto das futuras gerações é proposto por meio de um indicador relativo a dimensão institucional “planejamento a longo prazo do turismo”, mas da forma que o sistema se encontra organizado só é possível concluir que este visa a sustentabilidade econômica da prática turística na região, não o desenvolvimento sustentável do turismo em sua totalidade.

A análise proposta por Andrade, tem sua visão de sustentabilidade do turismo na integração do conceito de turismo, proposto por Cooper, com o de sustentabilidade ecológica, proposta por Rodriguez. Assim, sustentabilidade do turismo é entendido como “uma ampla gama de indivíduos, empresas, organizações e lugares, que se combinam de alguma forma para proporcionar uma experiência de viagem alinhado à *utilização*

racional dos recursos naturais de modo a atender as necessidades das presentes e futuras gerações” (Andrade, 2006, p. 74, grifo nosso). A visão primitiva de sustentabilidade está clara nessa abordagem, uma vez que considera apenas as questões relativas aos recursos naturais. Mesmo ressaltando o imperativo de suprir as necessidades das gerações futuras, nenhum item de avaliação se propõe a isso, ficando tal critério, subentendido.

Dutra (2007), em sua proposição de análise não adota uma definição de desenvolvimento sustentável do turismo, mas sim faz uma reflexão sobre os diferentes conceitos adotados. No entanto, ao adotar um conjunto de indicadores-chave propostos pela UNWTO, é possível supor que adote o conceito aplicado por tal organização. Em sua abordagem é visível a preocupação com os três pilares da sustentabilidade (ambiental, social e econômico), no entanto uma ênfase maior é depositada nas dimensões ambiental e social. O item que poderia fazer referência a preocupação com as gerações futuras – processo de planejamento, restringiu-se a questões de ordem presente, sem questionar a preocupação e as ações dos gestores com o desenvolvimento da prática turística no futuro, como a adoção de uma Agenda 21 Local com vias ao turismo ou a existência de um Plano Diretor de Turismo que contenha diretrizes para o desenvolvimento sustentável da atividade turística na região.

Para Oliveira (2009, p. 98) o desenvolvimento sustentável do turismo “consiste num fenômeno histórico, social e espacial, que propicia o desenvolvimento de uma atividade econômica, tanto na produção de serviços quanto no consumo desses por aqueles que buscam o lazer com qualidade de vida”. O conceito adotado não se faz claro para a proposição de um conjunto de indicadores que visem avaliar a sustentabilidade de uma destinação turística, remetendo mais a uma conceituação da atividade em si e a aspectos econômicos da atividade. Contudo em sua proposição de indicadores para Guajará-Mirim, a autora propõe indicadores para as dimensões ambiental, sociocultural, econômica/ turística e institucional, demonstrando a busca por uma análise holística do destino. Diferente dos autores supracitados, observa-se uma ênfase na dimensão social.

Quando analisada a adoção da segunda premissa, preocupação com o atendimento das necessidades das gerações futuras, pode-se dizer, assim como na meta-análise e nos casos brasileiros já abordados que essa preocupação fica subentendida na dimensão institucional, remetido ao planejamento turístico, sendo um dos indicadores o número de planos, programas e normas relevantes em turismo e sustentabilidade no município.

O sistema de indicadores proposto por Hanai (2009) para Bueno Brandão teve dois focos de análise, um ligado à gestão municipal e outro direcionado para a análise de empreendimentos turísticos e locais de visitação. Para o autor, o desenvolvimento sustentável do turismo deve ser avaliado segundo as dimensões social, cultural,

econômica, ambiental, turística e institucional, demonstrando uma análise integral da atividade, no entanto a ênfase é dada as dimensões ambiental e turística, ou seja, na satisfação dos visitantes e na manutenção dos fatores de atratividade do destino. A preocupação para com as gerações futuras, só é possível avaliar de forma subentendida na dimensão institucional.

No instrumento TALC segundo as dimensões da sustentabilidade, o conceito adotado de desenvolvimento sustentável para o turismo não se faz claro, no entanto Falcão (2010) pontua que ‘sustentabilidade’ se refere a uma abordagem ampla, integrada aos princípios de desenvolvimento sustentável, porém não estabelece que princípios seriam esses. Propõe, porém um conjunto de indicadores envolvendo seis dimensões, entre elas o tripé – social/econômico/ambiental, adicionados a dimensão territorial, política-institucional e cultural. A preocupação com as gerações futuras não é abordada, nem mesmo está subentendida na dimensão política-institucional, uma vez que os indicadores propostos nessa dimensão se referem a ligação e caminhos de interação comunidade/poder público.

Lacerda (2011) que propõe uma adaptação do SISDTur para o município de Conde/PB, não traz nenhuma visão de sustentabilidade como norteadora de sua pesquisa, ficando está a cargo de uma revisão bibliográfica sobre o assunto. No entanto, Santos (2013) que também propõe uma adaptação do SISDTur, para Porto de Galinhas, coloca seu entendimento sobre sustentabilidade nos pressupostos de Pedrozo e Severo sobre “Ambientalismo Renovado”, entendendo que:

“Sustentabilidade implica no uso dos recursos renováveis de forma qualitativamente adequada e em quantidades com a sua capacidade de renovação, em soluções economicamente viáveis de suprimento das necessidades, além de relações sociais que permitam qualidade adequada de vida para todos” (Santos, 2013, p. 31).

A preocupação com as gerações futuras também não se faz clara nesses instrumentos.

Diferente das ferramentas propostas em âmbito internacional, é possível perceber que os instrumentos sugeridos nos estudos de caso brasileiros, em sua maioria, buscaram avaliar as dimensões social, econômica e ambiental.

A ênfase dada a questões ambientais e sociais, assim como nas ferramentas internacionais, é evidente nos instrumentos avaliados nos estudos de casos brasileiros. A dimensão econômica, no entanto, por ser historicamente a mais ressaltada no âmbito do turismo, em alguns instrumentos foi totalmente negligenciada, como foi o caso do estudo feito em Florianópolis tendo como base o método da pegada ecológica. Ou então, a

análise dedicada a esta dimensão se faz superficial, sem a busca real de abordar com detalhes os impactos que a atividade turística vem gerando nessa esfera.

Como coloca Cordeiro (2008) o desenvolvimento sustentável do turismo não se resume a proteção do ambiente e dos atrativos naturais e culturais que são as bases de atratividade turística local, não importando quão crucial essa dimensão seja. Para que a prática turística realmente se promova sustentavelmente em um destino é necessário refleti-la a longo prazo, viabilizando a equidade social e econômica, portanto, deve proporcionar melhorias na qualidade de vida da população anfitriã e fortalecimento e dinamização da economia local, sendo imprescindível possuir indicadores que mensurem tais aspectos.

Tal fato, também é ressaltado no Acordo de Mohonk (2000), ao referir-se ao turismo sustentável como aquele que busca minimizar impactos de aspectos ecológicos e socioculturais, ao mesmo tempo que visa promover benefícios econômicos para as comunidades locais e países receptores

Contudo, o que mais chama atenção com relação aos instrumentos brasileiros apreciados refere-se à adoção da dimensão institucional, dimensão essa totalmente negligenciada nas ferramentas propostas em âmbito internacional, tal fato tende a demonstrar preocupação com um dos elementos mais característicos da sustentabilidade: a atenção em suprir as necessidades das gerações futuras. Ao analisar os indicadores que compõem essa dimensão, geralmente esses visaram avaliar a proposição e adoção de políticas, planos e programas adotados na destinação em prol do desenvolvimento sustentável, remetendo então a uma visão de longo prazo. Cabe ressaltar, porém, que tal entendimento não se faz explícito, mas sim refere-se a uma forma subjetiva de se pensar o bem-estar das futuras gerações.

5.2.2

Capacidade para comunicação efetiva

Comunicar com efetividade é a principal função que se espera de um indicador que visa qualquer tipo de avaliação ou monitoramento de um fenômeno.

Tamanha é a relevância dessa esfera de análise que os Princípios de Bellagio refere-se a essa questão no princípio 6 (abertura e transparência) e no princípio 7 (comunicação efetiva). Por meio destes princípios é ressaltado que um bom indicador deve ser acessível ao público, informando explicitamente, todos os julgamentos, suposições e incertezas que balisam os dados e as interpretações (Silveira, Gehlen E Barros, 2009). Ou seja, não basta

a quantidade de informação, importante é a qualidade; “uma mensagem confusa e indecifrável, em nada colabora com o processo de desenvolvimento sustentável” (Hammond et al., 1995, apud Cordeiro, Partidário e Leite, 2009, p. 532).

Isso posto, foi possível observar que todos os instrumentos analisados nessa investigação se propuseram, em maior ou menor grau, a oferecer uma descrição dos indicadores, assim como sua justificativa, pressupostos e metodologias de cálculos, configurando-se assim com um certo nível de transparência/ abertura. “É precisamente esse bom grau de abertura que permite entender, por exemplo, porque indicadores que buscam mensurar uma mesma variável apresentam resultados diferentes em sistemas de indicadores diferentes” (Cordeiro, 2008, p. 94).

As limitações também foram expostas, sendo a principal limitação levantada, a falta de dados relevantes para composição de determinado indicador. A precariedade na disponibilização de dados primários, que possuam rastreabilidade, faz com que alguns indicadores e o conjunto de análise em si, acabe por transmitir informações subestimadas, que não reflitam verdadeiramente a realidade.

Outro ponto a ser ressaltado, refere-se a clareza. Muito embora alguns estudos informaram a metodologia de cálculo dos indicadores, essa informação não se fez clara o suficiente de modo que qualquer pessoa a pudesse compreender. Caso como a proposição da aplicação do método da Pegada Ecológica em Florianópolis, na qual as conversões necessárias para se chegar ao resultado se faz altamente complexa, assim como na metodologia original e na adaptação inicial proposta ao turismo em âmbito internacional analisada no capítulo anterior. No entanto, a apresentação, é extremamente simples e transparente, e altamente atraente, uma vez que se faz de maneira diferenciada e porque não dizer lúdica. A simplicidade gráfica tão atrativa no instrumento é abalada pela complexidade dos cálculos que o sustenta (Van Bellen, 2005).

O instrumento proposto por Hanai (2009), SISDTur, e suas adaptações propostas por Lacerda (2011) e Santos (2013) também incorre na mesma problemática. A metodologia referente a avaliação dos indicadores não encontra-se detalhada e clara, uma vez que os julgamentos de valores não foram explicitados. Na versão original o problema é maior, pois o autor não expõe parâmetros para que o indicador seja considerado sustentável ou insustentável. Nas versões adaptadas, tal fato foi parcialmente resolvido, uma vez que mesmo não havendo um direcionamento claro, para o grupo consultado, dos critérios que envolvem a avaliação de cada indicador, sendo baseado em questões cuja

percepção é altamente subjetiva, foram apresentados parâmetros para delimitar o que o faz sustentável ou insustentável.

Tomando esse mesmo grupo para avaliação da apresentação, é perceptível que a versão proposta por Santos (2013) faz com que a informação seja transmitida de maneira mais rápida, uma vez que inclui uma representação gráfica. Os demais estudos, restringem-se a lista de indicadores, o que requer uma dedicação maior para compreensão das informações e principalmente para estabelecer as correlações entre as dimensões e traçar o panorama geral de sustentabilidade do destino.

O instrumento proposto por Falcão (2010), se faz a mais interessante tanto no aspecto da transparência quanto da apresentação. Mesmo sendo um instrumento majoritariamente de análise qualitativa, o que afere subjetividade na análise, todos os indicadores utilizados são justificados e têm seus respectivos pressupostos e metodologias de cálculo devidamente explicados. Conjugado a transparência, a apresentação gráfica por meio de escala de cores possibilita um entendimento rápido da situação da localidade para com a sustentabilidade.

Dutra (2007) ao utilizar os indicadores-chave da UNWTO como critério de análise, também fornece uma abordagem prioritariamente qualitativa, no entanto, diferente de Falcão (2010) os critérios que formam a avaliação de cada indicador não se faz transparente para o grupo consultado, em alguns dos itens avaliados (satisfação do turista e satisfação da comunidade por exemplo) ficando a avaliação baseada em critérios subjetivos de percepção dos respondentes. No que se refere a apresentação, Dutra (2007), após análise minorizada de cada indicador oferece uma representação gráfica do panorama geral da destinação para cada indicador-chave avaliado, fato que se faz interessantes pelas razões já citadas.

O conjunto de indicadores propostos por Cintra (2004) e por Oliveira (2009) também apresentam grande abertura, sendo um instrumento simples e claro. No entanto, a apresentação, não se faz das mais atrativas, uma vez que propõem indicadores independentes, sem uma sintetização nem uma representação visual.

Isso posto, constatou-se que a comunicação da sustentabilidade do turismo dos instrumentos analisados, em semelhança com as percepções obtida da análise das ferramentas aplicadas em contexto internacional, encontram-se separados em dois grupos: (i) os que optam pela agregação das diversas variáveis em um índice de sustentabilidade e; (ii) os que preferem apresentar o veredicto acerca da sustentabilidade através de vários indicadores.

Ressaltar qual se faz mais apropriado não é o objetivo no momento, no entanto deve-se saber, que uma longa lista de indicadores implica em um enorme problema de compreensão, uma vez que cada indicador emite um sinal, formando-se um emaranhado de sinais que podem prejudicar o entendimento das informações. Outro fator, refere-se a restrição dada a análise em seu conjunto. O grande público não tem capacidade de sintetizar todas as informações que estão sendo transmitidas de modo a gerar um quadro do nível de sustentabilidade da destinação, ficando tal análise restrita somente as pessoas capacitadas para isso.

A agregação em índice apoiada pela representação gráfica, no entanto, se faz muito mais simpática ao grande público e acaba por ter um poder educativo mais considerável, pois a informação é passada de forma clara e objetiva. Porém, como ressalta Van Bellen (2005) o problema da agregação em índice deriva do mascaramento das informações, podendo dados relevantes não serem vistos nas proporções devidas, ou seja, indicadores que estão afetando negativamente determinada destinação pode ser desconsiderado devido o quadro geral apresentado.

5.2.3

Capacidade de apoio à tomada de decisão

“O colapso de destinos turísticos pode ter uma série de motivos, inclusive a apatia na tomada de decisões ou mesmo a tomada de decisões erradas” (Cordeiro, 2008, p. 98). No entanto, tais fatos são fáceis de serem corrigidos a partir do momento que são fornecidas informações adequadas. Logo, os gestores, os planejadores e os agentes responsáveis pela tomada de decisão dentro de determinado destino turístico carecem de instrumentos de avaliação que ofereçam com qualidade informações relevantes para que as escolhas e correções políticas necessárias sejam tomadas de modo a alcançar o desenvolvimento sustentável.

Cintra (2004) afirma que um conjunto de indicadores adequadamente selecionados é a melhor técnica empregada no processo de planejamento. Fato que Van Bellen (2005) também concorda, uma vez que é a aplicação junto a política pública e a tomada de decisão uma das características mais importantes de um indicador, pois através da agregação e quantificação das informações, dos sinais emitidos pelo indicador, é que sua relevância fica aparente, sendo o indicador uma forma simples de transmitir informações relevantes, aumentando a consciência pública para a necessidade de mudanças de comportamento frente ao desenvolvimento.

De acordo com Andrade (2006), indicadores de sustentabilidade é uma opção de ferramenta que representa o estado de sustentabilidade de grandes sistemas, através de resultados simples, claros e objetivos. Os indicadores devem ter um caráter holístico que

represente a totalidade do sistema, além de possuírem legitimidade para que sejam realmente efetivos no sentido de subsidiar e melhorar o processo decisório (Van Bellen, 2006).

Dessa forma, fornecer informações para a tomada de decisão visando a sustentabilidade do turismo implica, na perspectiva dos Princípios de Bellagio, que as mesmas sejam, simultaneamente simples e objetivas e significativas ao processo de planejamento e gestão sustentável do turismo.

Por meio da análise foi possível concluir que dentre os instrumentos avaliados o que pior se coloca enquanto adequado a proporcionar informações relevantes para o processo de planejamento e gestão foi o desenvolvido por Andrade (2006) tendo como método a pegada ecológica, por restringir-se a esfera ambiental. Tal instrumento não analisa a complexidade que envolve o fenômeno turístico, mesmo no que se refere a essa esfera. O que Andrade (2006) conclui é que a gasolina automotiva foi a que mais impactou na pegada ecológica local do destino, fato que é um reflexo não especificamente do turismo, mas a realidade atual de qualquer centro urbano brasileiro. Ou seja, pouco ou nada pode ser capturado de relevante para propor melhorias e soluções que possibilitem que o destino Florianópolis trace um caminho para o desenvolvimento sustentável do turismo.

O conjunto de indicadores proposto por Cintra (2004), não aborda a dimensão social, dimensão extremamente relevante, pois um dos pilares do desenvolvimento sustentável não é mensurado, a equidade social.

Sendo a política pública destinada ao bem social, se esta dimensão não se faz presente como verificar se as políticas propostas para o desenvolvimento sustentável do turismo estão cumprindo com seu papel? Dessa forma, mesmo avaliando outras esferas relevantes, seu auxílio na tomada de decisão se faz incompleta e pode provocar equívocos consideráveis devido ao desmerecimento dado a esta esfera.

Os demais instrumentos cumprem seu papel de auxiliar no processo de tomada de decisão. No entanto, é preciso enfatizar, nesse aspecto, o uso dos indicadores-chaves propostos pela UNWTO e a TALC segundo as dimensões da sustentabilidade.

Como informado no capítulo anterior, o instrumento proposto pela UNWTO é altamente competente na função de fornecer informações úteis ao processo de planejamento e gestão. Tal fato fica claro na aplicação deste por Dutra (2007) no destino Lagoa da Confusão. Por configurar-se por um conjunto pormenorizado de indicadores é possível identificar quais estão impactando positivamente ou negativamente o destino e

assim fazer com que soluções efetivas sejam tomadas. Dessa forma, mesmo que um indicador-chave se encontre num panorama geral de sustentabilidade, é possível observar quais fatores poderão reverter esse quadro; ou se o panorama geral observado é de insustentabilidade, os fatores que deverão ser trabalhados de modo que o quadro atual seja revertido.

A TALC segundo as dimensões da sustentabilidade, proposta por Falcão (2010), é interessante, pois ela consegue conjugar duas realidades não observadas em nenhum dos instrumentos anteriores, a saber: a possibilidade de uma efetiva colaboração no processo de planejamento e gestão, com clareza e objetividade na informação, com uma comunicação atraente e eficaz, com alto poder educativo. Mesmo apresentando como resultado final uma representação gráfica para cada dimensão de sustentabilidade, que se compreende de um índice, a abordagem individualizada de cada indicador também está clara, podendo o gestor, planejador ou tomador de decisão saber o que está impactando positiva e negativamente o destino. Tal sistema, dentro de suas proporções, se assemelha com a tentativa de Ko (2005) ao propor a Ameba da Sustentabilidade.

O conjunto de indicadores propostos por Oliveira (2009) também cumpre com competência esse papel, porém, mesmo sendo claro e objetivo, não é possível verificar fatores menores que estão impactando o sistema. Tal observação também é referente ao SISDTur, em todas as suas abordagens.

Com base nas informações levantadas é possível concluir que, no aspecto do favorecimento a tomada de decisão, um conjunto de indicadores mais pormenorizados, se faz mais eficiente do que a agregação em índices, pois este não consegue demonstrar quais fatores está impactando o sistema turístico da localidade de modo a colocá-lo nos rumos da sustentabilidade. Caímos então em um impasse. Se o princípio da comunicação efetiva é favorecido pela abordagem por meio de um índice e a tomada de decisão por meio de indicadores individuais, o que seria mais importante um sistema de avaliação do desenvolvimento sustentável do turismo possuir?

Cordeiro (2008) sinaliza que esta é uma questão delicada, uma vez que ambas as características são necessárias. Recorremos então, para elucidar essa questão, ao que a Organização Mundial do Turismo define como função de um indicador de desenvolvimento sustentável para o turismo.

A UNWTO (2004) ressalta que os indicadores são ferramentas chave de estímulo a mudança. Uso de dados existentes e recém colhidos, mudanças nas condições ambientais, sociais e econômicas podem ser detectados e compor um conjunto de informações, que

por sua vez, possibilitará analisar situações relevantes para a sustentabilidade de um destino a ser aferida em uma base contínua, com isso fornecendo apoio legítimo a tomada de decisão e ao planejamento e gestão do turismo.

Por meio da colocação feita pela UNWTO, fica claro que a função maior de um indicador é auxiliar os tomadores de decisão de modo que estes não tomem medidas equivocadas. Cabe então concordar com Cordeiro (2008, p. 102) ao dizer que “são mais importantes instrumentos que forneçam informações significativas, passíveis de influenciarem a gestão dos destinos, do que simplesmente comunicar ao público o estágio de sustentabilidade”.

Entre os instrumentos analisados, percebemos que o TALC segundo as dimensões da sustentabilidade foi o único que buscou harmonizar esses dois elementos essenciais para um bom indicador, se fazendo então completo nessa perspectiva.

5.2.4 Participação pública

Turismo sustentável, como ressalta Choi e Sirakaya (2005), requer um processo eminentemente participativo, uma vez que seu êxito está diretamente ligado ao envolvimento da sociedade, que é, sobretudo, o protagonista do processo de desenvolvimento do turismo. Tal fato, é salientado por Hanai (2009) ao informar que para que projetos de desenvolvimento encontrem êxito em suas abordagens, estes, geralmente, encontram-se associados a efetiva participação da sociedade civil, que reflete sobre a elaboração e implementação de planos, programas e ações inovadoras; e o enfoque local no processo de desenvolvimento.

Em 1995, na Conferência Mundial de Turismo Sustentável, que deixou como legado a Carta de Lazarote, em seu artigo 4º, traz que:

“A contribuição ativa do turismo ao desenvolvimento sustentável pressupõem necessariamente a solidariedade, o respeito mútuo e a *participação de todos os atores envolvidos no processo*, tanto públicos quanto privados. Este acordo deve basear-se em mecanismos de cooperação em todos os níveis: local, nacional, regional e internacional (Carta de Lazarote, 1995, sítio eletrônico”. Grifo nosso).

Tal perspectiva também é vista na Lei 11.771, de 17 de setembro de 2008 (Brasil, 2008), que dispõe sobre o Plano Nacional de Turismo, no qual em seu artigo 5º, alínea vi, aponta o objetivo de:

“Promover, descentralizar e regionalizar o turismo, estimulando Estados, Distrito Federal e Municípios a planejar, em seus territórios, as atividades turísticas de forma sustentável e segura, inclusive entre si, com o envolvimento e a efetiva participação das comunidades receptoras nos benefícios advindos da atividade econômico” (Brasil, 2008).

Isso posto, é possível perceber a relevância da participação efetiva de todos os atores sociais envolvidos no *trade* turístico no processo de planejamento e gestão das destinações. Contudo, mais do que receptores de informações é necessário que a população atue, sendo protagonista em todas as etapas do processo de avaliação, da escolha do conjunto de indicadores que comporão a análise à divulgação dos resultados.

No entanto, como apresentado na meta-análise, para que tal fato torne-se possível é imprescindível que a metodologia empregada na construção do método de avaliação possibilite o envolvimento do grande público (*bottom up*), ou seja pessoas que não possuam conhecimento técnico, não devendo se restringir ao público especialista (*top down*).

O alinhamento a esse princípio se fez crítico. Na maioria dos instrumentos analisados a proposição dos indicadores que compunham o método de análise não partiu de nenhuma das formas de participação, sendo o conjunto de indicadores propostos indicações do estudioso proponente da pesquisa com base em levantamento bibliográfico e observações da área de estudo.

Os instrumentos com maiores restrições no atendimento deste princípio referem-se as adaptações do SISDTur, propostas por Santos (2013) para Porto de Galinhas/ PE e Lacerda (2011) para Conde/ PB. Pois, mesmo colocando-se como participativos e democráticos, nenhum processo de sensibilização turística foi realizado junto aos atores sociais das destinações, nem tão pouco a comunidade foi chamada a refletir sobre como o desenvolvimento sustentável do turismo deveria ser avaliado na localidade, elegendo os indicadores que melhor atendessem as expectativas locais.

O SISDTur proposto por Hanai (2009) para Bueno Brandão, no entanto, foi o que melhor se colocou no atendimento deste princípio, uma vez que a comunidade se fez presente desde a gênese do projeto, no refletir turisticamente a comunidade à seleção dos indicadores que comporiam o sistema. A metodologia aplicada foi norteada, inicialmente, por um processo de sensibilização turística que buscou discutir e tornar-se de conhecimento de todos, no que se refere: o que é o turismo e seus impactos; o que é desenvolvimento sustentável e como esse se aplica ao turismo e; a importância de instrumentos de avaliação do desenvolvimento sustentável do turismo. Com isso, pessoas que não são especialistas foram conferidas de conhecimentos básicos essenciais para que a escolha dos indicadores refletisse diretamente numa percepção integral e holística do desenvolvimento sustentável do turismo do destino Bueno Brandão.

“Comunidades anfitriãs, esclarecidas e conscientes de sua responsabilidade para o sucesso do desenvolvimento turístico, podem participar e se envolver, de maneira ativa e efetiva, nos processos decisórios locais, permitindo o seu posicionamento de forma crítica, a fim de valorizar a sua identidade e o seu interesse local pelo turismo, fortalecendo os princípios sustentáveis do desenvolvimento” (Hanai, 2009, p. 146).

No entanto, percebemos que mesmo com uma abordagem *bottom up* forte, pois o sistema foi definido pela comunidade, das percepções e expectativas traçadas pelos atores sociais diretamente envolvidos com a atividade turística no município de Bueno Brandão, sendo o único instrumento analisado que seguiu essa abordagem, não podemos classificar a abordagem adotada no instrumento propriamente como *bottom up*, uma vez que o conjunto base de indicadores que foi repassado para consulta da comunidade foi elencado baseando-se em estudos de casos de nível internacional e nacional.

As adaptações feitas por Lacerda (2011) e Santos (2013) não cumprem com esse princípio, pois não é resultado das aspirações locais, mas sim um conjunto de indicadores traçados para outra realidade com pequenas alterações feitas pelos pesquisadores por meio de observação não participante, a comunidade é integrada ao processo apenas na avaliação da dimensão social, quando se busca perceber a satisfação local para com o turismo, configurando-se como uma participação ilusória.

Os instrumentos utilizados para avaliação do destino turístico Florianópolis (TEFM), Lagoa da Confusão (indicadores-chave UNWTO) e Fernando de Noronha (TALC) também não fizeram uso de nenhuma abordagem participativa, sendo os indicadores analisados reflexo da percepção e intensão do pesquisador acerca da destinação e da pesquisa e de análise bibliográfica.

O conjunto de indicadores para o ecoturismo e turismo rural proposto por Cintra (2004) tem uma abordagem participativa mista, partindo de uma abordagem *top down*, para em seguida submeter os indicadores selecionados nesse primeiro momento a percepção dos atores locais (abordagem *bottom up*). Cabe salientar que tal conjunto segue o método Pressão-Estado-Resposta, que, como salienta Cordeiro (2008), é conduzido primordialmente por peritos. A participação pública e o envolvimento dos *stakeholders* só se dá em estágios posteriores.

Os indicadores propostos por Oliveira (2009), para análise de Guajará-Mirim (RO) teve uma abordagem mista, no entanto, assim como Cintra (2004), os atores sociais convidados a participar da pesquisa não passaram por nenhum processo de sensibilização turística, não sendo esclarecidos sobre o intuito da avaliação tão pouco de sua importância. Com isso, é possível incorrer em uma discrepância de análise, uma vez que

a necessidade de atender interesses pessoais podem sobressair aos intuitos reais de uma avaliação da sustentabilidade no que tange ao turismo.

Com base nos instrumentos analisados, infere-se que a participação no processo de avaliação da sustentabilidade do turismo de destinos brasileiros é amplamente negligenciada, sendo nula na maior parte dos instrumentos. Os instrumentos que envolve a participação se estabelecem de maneira superficial, isentando desta análise o SISDTur, proposto por Hanai (2009), instrumento esse, que teve sua configuração voltada por uma abordagem mista, mas que a abordagem *bottom up* foi efetiva.

Diferente da abordagem tomada na meta-análise, na qual as ferramentas prioritariamente tiveram uma abordagem *top down*, talvez pela escala utilizada ser local, quando houve a participação observou-se prioritariamente uma abordagem mista. Mas será que essa seria a melhor forma de propor indicadores para o desenvolvimento sustentável do turismo?

Jesinghaus, apud Van Bellen (2005), afirma que a melhor alternativa seria a harmonização das duas abordagens, porém tendo como abordagem primeira a *bottom up*, em que a população local elencaria as questões prioritárias, anseios e necessidades por meio de uma ampla participação, e assim, incorporar essas questões, mas não somente essas, em um sistema desenvolvidos por especialistas, composto por um grupo multidisciplinar.

5.2.5 Potencial para avaliação constante

O desenvolvimento sustentável não é um estado fixo e harmônico, mas sim dinâmico que deriva da interdependência entre as pessoas e o mundo ao redor; é uma construção social que nos leva a considerar o longo prazo e o nosso lugar no ecossistema, sendo uma evolução conjunta entre a natureza e a sociedade (Costa, Sawyer e Nascimento, 2009; Cintra, 2004).

No que tange ao turismo, pode-se sinalizar que a sustentabilidade do setor se refere se a um processo dinâmico. Com isso, os instrumentos de avaliação da sustentabilidade do turismo devem estar aptos a verificar tendências, e se adaptarem as transformações que tal sistema requer, respondendo as novas exigências de gestão, sendo passível a incorporação de novos indicadores ou retirada de indicadores obsoletos, que não mais respondem as expectativas depositadas (Cordeiro, 2008).

Outro ponto relevante, diz respeito ao fato do conceito de sustentabilidade está ligado a um aspecto temporal, e sendo assim, as condições locais se modificam e exigem novas expectativas de sustentabilidade, que devem ser verificadas e analisadas por meio de indicadores mais apropriados às novas condições (Hanai, 2009).

Isso posto, os instrumentos propostos para avaliação da sustentabilidade de destinos turísticos nacionais, também se encontram abertos a incorporação de novas variáveis que possam vir a ser importantes. No entanto, alguns instrumentos têm abertura total, como é o caso da maior parte deles, e outros, como no caso do método da pegada ecológica aplicada em Florianópolis, tem a restrição metodológica, que faz com que as novas variáveis que sejam inseridas na análise necessitem possuir a característica de poderem ser convertidas nos tipos de terra consideradas na metodologia, requerendo assim, um maior esforço do pesquisador.

Os demais instrumentos, por serem formados por indicadores independentes, facilita a inserção de novas variáveis.

Ao nos remetermos a identificação de tendência, podemos inferir que os instrumentos aplicados nacionalmente possuem essa característica; estão habilitados a prever mudanças nos processos dinâmicos que levam a sustentabilidade do turismo.

Hanai (2009) ao explicar o sistema proposto por ele, ressalta essa característica ao expor que o SISDTur considerou “indicadores *para o desenvolvimento sustentável do turismo* e não indicadores *do desenvolvimento sustentável do turismo*” (Hanai, 2009, p. 360, grifo do autor). Por meio desta elucidação, conclui-se que o intuito principal do SISDTur é verificar os processos de mudança que incorrem na sustentabilidade do destino no que se refere ao desenvolvimento turístico não se restringindo a descrição de uma situação ou estado atual, “não se preocupando com a identificação dos meios e procedimentos para a melhoria das condições a serem alcançadas e sanadas, relacionando-as a sustentabilidade” (Hanai, 2009, p. 360).

Mesmo não fazendo essa distinção explicitamente, os demais instrumentos, exceto o aplicado em Florianópolis (pegada ecológica), possuem essa intencionalidade de monitoramento, isto é, indicar quais fatores estão impactando negativamente a destinação de modo que esta não atenda aos princípios da sustentabilidade. Demonstrando tendências de consumo energético, dos recursos hídricos e as correlações sazonalidade/ empregabilidade, por exemplo.

A utilização da pegada ecológica, no entanto, não confere informações expressivas de modo a traçar tendências futuras, fato que também foi constatado na meta-análise.

O Quadro 5.3 sintetiza o alinhamento dos instrumentos analisados aos Princípios de Bellagio.

Quadro 5.3 – Síntese da adequação aos Princípios de Bellagio dos instrumentos analisados

Instrumento	Princípios de Bellagio aplicáveis às atividades de turismo				
	Visão Sustentabilidade	Comunicação Efetiva	Apoio a Tomada de Decisão	Participação	Avaliação Constante
Indicadores de Sustentabilidade para o Ecoturismo e Turismo Rural (Aldeia Velha/ RJ)	Não atende	Atende	Não atende	Atende	Atende
Pegada Ecológica do Turismo (Florianópolis/ SC)	Não atende	Atende parcialmente	Não atende	Não atende	Atende parcialmente
Indicadores-chave do Turismo Sustentável (Lagoa da Confusão/ TO)	Atende parcialmente	Atende parcialmente	Atende	Não atende	Atende
Indicadores Relevantes para Avaliação do Turismo Sustentável (Guajará-Mirim/ RO)	Atende parcialmente	Atende	Atende parcialmente	Atende	Atende
Sistema de Indicadores de Sustentabilidade do Desenvolvimento do Turismo – SISDTur (Bueno Brandão/ MG)	Atende parcialmente	Não atende	Atende parcialmente	Atende	Atende
TALC e as Dimensões da Sustentabilidade (Fernando de Noronha/ PE)	Atende parcialmente	Atende	Atende	Não atende	Atende
Sistema de Indicadores de Sustentabilidade para a Atividade Turística (Conde/ PB)	Atende parcialmente	Atende parcialmente	Atende parcialmente	Não atende	Atende
Sistema de Indicadores de Sustentabilidade para o Turismo (Porto de Galinhas/ PE)	Atende parcialmente	Atende parcialmente	Atende parcialmente	Não atende	Atende

Fonte: Elaboração Própria.

5.3

Análise crítica segundo modelo de Van Bellen

Assim como proposto no capítulo 4, faz-se agora a análise comparativa dos instrumentos avaliados por meio do método desenvolvido por Van Bellen (2005).

5.3.1

Escopo

Van Bellen (2005) expõe que a classificação da dimensão da ferramenta, ou seu escopo, fundamenta-se no que é efetivamente medido. Ou seja, verifica-se nessa categoria quais as dimensões que predominam em cada um dos instrumentos para avaliar a sustentabilidade. Muito embora na análise das ferramentas internacionais o tripé da sustentabilidade – dimensão econômica; dimensão social; dimensão ambiental – foram as que melhor caracterizaram o escopo, os instrumentos propostos para avaliação do desenvolvimento sustentável do turismo de destinos brasileiros utilizaram um escopo mais amplo, na qual a dimensão institucional se fez presente e outras dimensões também foram utilizadas.

O emprego da dimensão institucional vem ganhando legitimidade crescente entre os especialistas em desenvolvimento sustentável, uma vez que seus elementos são abordados em vários capítulos da Agenda 21, “tratando especificamente da integração do conceito desenvolvimento sustentável ao processo de tomada de decisão; da questão do desenvolvimento científico; da cooperação nacional e internacional e; da integração entre meio ambiente e desenvolvimento (Van Bellen, 2005, p. 166).

Entre os 8 instrumentos analisados para avaliação do desenvolvimento sustentável de destinos turísticos brasileiros 5 deles utilizaram como escopo de avaliação, no mínimo, as dimensões: ambiental; social; cultural; econômica; turística; institucional. Na investigação proposta por Oliveira (2009), no entanto, estas esferas foram sintetizadas nas dimensões: ambiental; sociocultural; econômica/turística e; institucional. No estudo proposto por Falcão (2010) a dimensão turística não é abordada, porém a autora insere a dimensão territorial, que se refere “a maneira pela qual o turismo interfere nos espaços ocupados e construídos” (Falcão, 2010, p. 73).

Os estudos mais restritivos, refere-se aos realizados por Cintra (2004), na qual a dimensão social não foi considerada ao final; o de Andrade (2006) que teve uma abordagem focada na dimensão ambiental, uma vez que fez uso do método da pegada ecológica e; o realizado por Dutra (2007) que abordou o tripé da sustentabilidade.

No Quadro 5.4, é possível comparar os diferentes instrumentos segundo o critério ‘Escopo’.

Quadro 5.4 – Classificação dos instrumentos quanto ao escopo

Instrumentos	Escopo						
	Ambiental	Social	Cultural	Econômico	Turístico	Territorial	Institucional
Indicadores para o Ecoturismo e turismo rural – Silva Jardim/ RJ	X	-	-	X	-	-	X
Pegada Ecológica – Florianópolis/ SC	X	-	-	-	-	-	-
Indicadores-chave OMT – Lagoa da Confusão/ TO	X	X	-	X	-	-	-
Indicadores de desenvolvimento sustentável do turismo – Guajará-Mirim/ RO	X	X		X		-	X
SISDTur – Bueno Brandão/ MG; Conde/ PB; Porto de Galinhas/ PE	X	X	X	X	X	-	X
TALC e as dimensões da sustentabilidade – Fernando do Noronha/ PE	X	X	X	X	-	X	X

Fonte: Elaboração própria.

Com base no quadro acima, algumas considerações podem ser feitas.

Na medida em que um instrumento de avaliação adota apenas um escopo para avaliação da sustentabilidade de uma destinação turística, como é o caso da pegada ecológica do turismo, essa dimensão torna-se central e assume valor máximo dentro do sistema. Já no conjunto de indicadores para o ecoturismo e o turismo rural e nos indicadores-chave do turismo sustentável o peso dado a cada dimensão corresponde a 1/3 do valor dado ao escopo da pegada ecológica. No conjunto de indicadores relevantes para o desenvolvimento do turismo essa relação é de 1/4, e no SISDTur e no TALC e as dimensões da sustentabilidade é de 1/6 quando comparada a pegada ecológica.

Tal observação é relevante ao se discutir o conceito de sustentabilidade, pois como é sabido, a utilização de sistemas de indicadores conduz necessariamente à agregação de dados e caso esses dados estejam muito disseminados, devido ao excesso de dimensões, a relevância dada a cada esfera pode ter sua importância relativa reduzida dentro do instrumento de avaliação. Porém, caso o foco seja dado a apenas um escopo sua implicação também é limitada. Tais fatores talvez explique a agregação de dimensões feitas por Oliveira (2009), no conjunto de indicadores de desenvolvimento sustentável do

turismo de Guajará-Mirim, uma vez que a pesquisadora optou por agregar dimensões que possuíam relação direta entre si, criando assim dimensões mais gerais.

5.3.2 Esfera

O critério de análise ‘Esfera’ está relacionado com o tipo de unidade a qual a ferramenta de avaliação se aplica” (Van Bellen, 2005, p. 169).

Como descrito no capítulo 4, os instrumentos podem ser classificados de acordo com a unidade espacial ou fronteira geografia (global, continental, regional, local) ou podem se referir também às unidades político-administrativas (estado, província, zonas rurais, pequenas comunidades).

Nos instrumentos analisados, a predominância da esfera de aplicação ocorre em nível local, assim como foi observado na meta-análise realizada com base nas ferramentas internacionais. Tal fato, é relativo à própria característica do produto turístico e autores, como Hanai (2009, p. 384), expressam que o objetivo de um monitoramento do desenvolvimento do turismo não é o de comparar a sustentabilidade entre destinos, mas o de verificar se o destino está evoluindo em termos de sustentabilidade turística. Posto isso, percebe-se a necessidade de avaliar critérios inerentes ao local, fato que requer adaptações imprescindíveis dos instrumentos caso haja o interesse de sua reprodução em outra destinação turística ou a proposição de um novo instrumento que melhor represente a realidade da destinação turística. Os instrumentos aqui analisados então, serviriam de bases para a formulação de novas estruturas de mensuração que obedeçam às demandas e anseios das novas destinações ou regiões turísticas. Nas palavras de Hanai:

“Por isso, considera-se de pouco ou nenhuma relevância a comparação do nível de sustentabilidade do desenvolvimento do turismo entre localidades e regiões turísticas, já que o objetivo de um sistema de indicadores é o de identificar as necessidades de intervenções no próprio destino no qual o sistema está sendo aplicado” (Hanai, 2009, p. 384-385).

Falcão (2010, p. 46) ressalta que “na busca pela sustentabilidade é imprescindível que a localidade seja analisada de acordo com seu contexto e suas demandas locais”. Sendo assim, “o desenvolvimento sustentável exige posturas diferenciadas conforme as peculiaridades das interações homem-natureza, que exige posturas adequadas às características do ambiente”.

O SISDTur, proposto por Hanai (2009), configura-se como o instrumento cuja esfera de aplicação é mais abrangente, uma vez que buscou, também, avaliar a âmbito organizacional, que corresponde as empresas e locais de visitação turística, propondo um

sistema complementar específico para essa esfera de análise para o município de Bueno Brandão/ MG.

As adaptações do SISDTur, propostas por Lacerda (2011) e Santos (2013), assim como o TALC revisto por Falcão (2010), o conjunto de indicadores para o ecoturismo e turismo rural (Cintra, 2004), os indicadores relevantes para Guajará-Mirim (Oliveira, 2009), indicadores-chave para o turismo sustentável em Lagoa da Confusão (DUTRA, 2007) e o cálculo da pegada ecológica do turismo em Florianópolis (Andrade, 2006), tiveram como esfera analítica o nível local. Classificadas quanto às unidades políticas-administrativas, são iniciativas de âmbito municipal ou distrital.

5.3.3 Dados

A avaliação dos dados empregados nos instrumentos de avaliação da sustentabilidade, segundo Van Bellen (2005), se estabelece segundo dois parâmetros: (i) a tipologia empregada, ou seja, a ênfase metodológica dos dados (utilização de informações quantitativas e/ou qualitativas, e em que proporções) e; (ii) o grau de agregação, que se refere ao nível com o qual cada instrumento se posiciona dentro da pirâmide de informações.

Tipologia

No que tange à tipologia, buscou-se analisar cada um dos instrumentos considerando os tipos de dados utilizados. Verificou-se por meio de sua fundamentação teórica, que uma abordagem mista, integrando dados quantitativos e qualitativos, foi realizado em grande parte dos instrumentos abordados nessa pesquisa, sendo aplicado unicamente dados quantitativos no instrumento aplicado por Andrade (2006), pegada ecológica do turismo em Florianópolis. E dados prioritariamente qualitativos no instrumento TALC segundo as dimensões da sustentabilidade proposto por Falcão (2010).

O uso de uma abordagem mista de análise de dados é reforçado por grande parte dos pesquisadores proponentes dos instrumentos de avaliação da sustentabilidade de destinos turísticos. Cintra (2004) revela a maior ênfase dada a dados quantitativos devido sua objetividade, mas que, no entanto, dados qualitativos não devem ser deixados em segundo plano, pois como coloca Van Bellen (2002, p. 30) “os indicadores mais adequados para a avaliação de experiências de desenvolvimento sustentável deveriam ser

mais qualitativos, em função das limitações explícitas ou implícitas que existem em relação a indicadores simplesmente numéricos”.

Com isso Santos (2013, p. 57) revela que “o uso combinado de indicadores objetivos (quantitativos) e subjetivos (qualitativos) pode mitigar as respectivas deficiências de ambos os indicadores e fornecer informações melhores e mais precisas para os tomadores de decisão”. Com isso estabelece-se um sistema forte e robusto de monitoramento e avaliação com vias a fortalecer o processo de desenvolvimento (Choi; Sirakaya, 2006).

Agregação

O grau de agregação de um determinado instrumento de avaliação é percebido através da localização relativa de seus índices, indicadores e dados na pirâmide de informações, sendo o topo da pirâmide correspondente ao grau máximo de agregação e a base da pirâmide relativos aos dados primários desagregados. No quadro 5.5 é apresentado a representação esquemática dos instrumentos abordados nessa pesquisa conforme o nível de agregação.

Quadro 5.5 – Classificação dos instrumentos quanto ao nível de agregação dos dados e informações

Pirâmide de Informação	Indicadores para o Ecoturismo e turismo rural – Silva Jardim/ RJ	Pegada Ecológica – Florianópolis/ SC	Indicadores -chave OMT – Lagoa da Confusão/ TO	Indicadores de desenvolvimento sustentável do turismo – Guajará-Mirim/ RO	SISDTur – Bueno Brandão/ MG; Conde/ PB; Porto de Galinhas/ PE	TALC e as dimensões da sustentabilidade – Fernando do Noronha/ PE
Índice	Não utiliza	Área Apropriada	Não utiliza	Não utiliza	Não utiliza	Não utiliza
Subíndices	Não utiliza	Não utiliza	Não utiliza	Não utiliza	Não utiliza	Índices das dimensões (social; ambiental; cultural; política/ institucional; territorial; econômica)
Indicadores	Utiliza	Utiliza	Utiliza	Utiliza	Utiliza	Utiliza
Subindicadores	Não utiliza	Não utiliza	Não utiliza	Não utiliza	Não utiliza	Utiliza
Dados analisados	Utiliza	Utiliza	Utiliza	Utiliza	Utiliza	Utiliza
Dados primários	Utiliza	Utiliza	Utiliza	Utiliza	Utiliza	Utiliza

Fonte: Elaborado com base em Van Bellen (2005).

Observe que, diferente do resultado obtido na meta-análise, os instrumentos adotados para mensuração de destinos turísticos brasileiros optaram por um nível médio de agregação, reforçando o peso de cada indicador como parâmetro de análise.

A pegada ecológica, como em sua versão original e nas adaptações propostas para o turismo é a que possui o nível de agregação mais elevado, uma vez que fornece a área na qual a prática turística impacta na pegada ecológica da destinação Florianópolis. A TALC segundo as dimensões da sustentabilidade, também possui um nível elevado de agregação, no entanto, ela fornece a informação geral, por meio de escala de cor, para cada dimensão trabalhada dentro do sistema, não fornecendo ao final um índice geral de sustentabilidade do destino Fernando de Noronha. Os demais instrumentos limitam-se a análise e formulação de indicadores. Mas qual seria a abordagem mais apropriada?

Van Bellen (2005) coloca que o dilema de se trabalhar com indicadores recai sobre a forma como relata a realidade, sendo vantajoso na medida que resume e simplifica informações, mas que, no entanto, o resumo e simplificação excessiva podem gerar prejuízo de análise. Mesmo o escopo não sendo coerente com a visão integral de desenvolvimento sustentável, a forma com a qual Andrade (2006) busca verificar os impactos do turismo na pegada ecológica de Florianópolis se fez clara, apresentado os critérios (indicadores) que seriam mensurados para se chegar ao índice geral. Falcão (2010) também teve a mesma preocupação em relatar os indicadores e subindicadores, assim como os dados que a levaram ao estabelecimento dos subíndices. Com isso, mesmo tendo um panorama geral, os gestores conseguem perceber, de forma mais pormenorizada, quais aspectos estão direcionando o destino rumo a sustentabilidade ou não.

5.3.4 Participação

Como abordado no item 5.2.4 dessa investigação, a participação dos atores sociais pode ser orientada numa perspectiva *top down* ou *bottom up*.

Dentre os instrumentos analisados nessa investigação, apenas os propostos por Cintra (2004), Hanai (2009) e Oliveira (2009), se preocuparam de alguma forma com a participação de atores sociais, tendo sido as pesquisas desenvolvidas por meio de uma abordagem mista: inicialmente de caráter *top down*, com extensa pesquisa bibliográfica e consulta a peritos da área, para posteriormente consultar os atores sociais locais, como no caso de Cintra (2004).

Ou por meio de extensa pesquisa bibliográfica e análise de estudos de casos, de modo a formular o conjunto base de indicadores para em um segundo momento consultar a comunidade, como nos casos de Hanai (2009) e Oliveira (2009). Mesmo os instrumentos tendo abordagem *top down* inicialmente, a diferença significativa de Hanai (2009) ao aplicar a abordagem *bottom up* é referente a sensibilização turística que foi feita antes de exibir ao grupo colaborador os indicadores base. Caso tal processo fosse feito por Cintra (2004), talvez a dimensão social não seria desconsiderada pelos atores sociais locais.

Os demais instrumentos, mesmo sendo possível a participação, tiveram seus indicadores propostos por meio da avaliação das limitações da área de estudo, das percepções dos pesquisadores proponentes do instrumento de avaliação da sustentabilidade e de revisão da literatura acerca de indicadores de desenvolvimento sustentável do turismo, sendo a participação pública nula.

O mais crítico, refere-se as adaptações propostas para o SISDTur, colocando-se como um instrumento participativo e democrático, no entanto tais adaptações não foram feitas com base em nenhum tipo de participação dos atores sociais locais, sendo a comunidade convidada apenas a se posicionar quanto ao turismo na região, mas não foi questionada sobre o que deveria ser mensurado, o que atenderia suas expectativas, quais os indicadores que representariam melhor a avaliação da localidade.

5.3.5 Interface

A categoria interface busca avaliar os instrumentos segundo a facilidade na qual seus usuários têm de observar e interpretar os resultados obtidos no processo de avaliação, observando-se, então a capacidade na qual o instrumento descreve os aspectos relevantes de uma unidade avaliada de maneira compreensível aos atores que devem estar envolvidos num ciclo de gestão (Van Bellen, 2005). Para tanto, o autor indica quatro subcategorias de análise: (i) complexidade; (ii) apresentação; (iii) abertura e; (iv) potencial educativo – item que será melhor trabalhado no item 5.3.6; devido ser um ponto chave para o cumprimento dos objetivos dessa investigação.

Complexidade

Mesmo movido a investigar um fenômeno complexo, como é o caso do turismo e do desenvolvimento por si só, um dos critérios que devem ser obedecidos no momento de se propor indicadores para avaliação e monitoramento do desenvolvimento sustentável

do turismo é a facilidade de elaboração, mensuração e compreensão destes (Cintra, 2004), ou seja, os métodos que visam mensurar a sustentabilidade devem buscar a simplicidade, mesmo que tal fato não se configurando como tarefa fácil (Van Bellen, 2005).

Entre os instrumentos analisados, o que possui maior nível de complexidade é a pegada ecológica do turismo em Florianópolis, proposto por Andrade (2006). Isso se dá, pois a transformação dos fluxos de matéria e energia em áreas de terra ou água produtivas requer a utilização de cálculos complexos que só são passíveis de realização por pessoas especializadas.

As adaptações do SISDTur propostas por Lacerda (2011) e por Santos (2013), são menos complexas quando comparadas à pegada ecológica, mas tal fato não as faz “pouco complexas” para o público-alvo de uma avaliação, uma vez que requer conhecimentos relativos a estatística e análise probabilística. Tal análise também pode ser feita do instrumento proposto por Dutra (2006), indicadores-chave do turismo sustentável.

Os instrumentos propostos por Hanai (2009), Cintra (2004) e Oliveira (2009) não foram aplicados, restringiram-se a formulação dos sistemas ou conjuntos de indicadores e a proposição das formas e técnicas de mensuração, sendo perceptível também a necessidade de conhecimentos técnicos específicos para obtenção dos resultados da avaliação.

A TALC segundo as dimensões da sustentabilidade, com relação aos cálculos necessários para obtenção do resultado do grau de sustentabilidade do destino é o menos complexo, uma vez que faz uso de média aritmética simples oriunda dos resultados obtidos por meio de investigação qualitativa através da aplicação de questionários, conforme pode ser observação na descrição do instrumento já apresentado anteriormente.

Apresentação

Tal análise já foi estabelecida de modo a verificar o cumprimento dos instrumentos a um dos Princípios de Bellagio, no entanto, se faz oportuno ressaltar, que mesmo sendo o instrumento de maior nível de complexidade, a pegada ecológica é a mais atrativa quando referida a apresentação, uma vez que a faz de forma diferente, inesperada, que chama atenção dos diferentes públicos para sua participação nos impactos causados ao meio natural. Instrumentos que fazem uso de escalas gráficas, de cores tornam a comunicação mais rápida e mais dinâmica, enquanto que instrumentos que abrem mão de tal abordagem, mesmo fornecendo dados mais ricos por estar mais detalhado, acaba por não conseguir comunicar ao grande público uma visão mais geral da situação do sistema,

requerendo das pessoas que desejam se inteirar dessas informações certo nível de conhecimento, de modo a conseguir gerar os cenários relativos a avaliação.

Abertura

Essa categoria de análise possui relação direta com as duas supracitadas: complexidade e apresentação, porém aborda também outro aspecto fundamental que é a capacidade dos atores sociais envolvidos no processo, tanto especialistas quanto o público em geral, de observar os julgamentos de valor que estão incluídos na avaliação. Ou seja, busca perceber, tendo por base a pirâmide de informações, como a proposição dos índices, subíndices, indicadores, dados analisados e os demais são revelados ao público-alvo, assim como os pesos aferidos aos mesmos.

Por meio da descrição e análise da metodologia aplicada a cada instrumento foi possível perceber que estes possuem um nível de abertura alto. Até mesmo a pegada ecológica do turismo aplicada em Florianópolis, demonstrou os critérios de análise e os percentuais relativos a cada critério para posteriormente informar a implicação final da atividade turística na pegada ecológica de Florianópolis, fato que não acontece na aplicação desta ferramenta em nível internacional, no qual o relatório final apresenta apenas a capacidade biofísica e a área apropriada por um determinado sistema. Até mesmo os dados analisados foram expostos, com as referidas fontes nesse instrumento.

A TALC segundo as dimensões da sustentabilidade também se apresentou como um nível de abertura alta, uma vez que descreveu além dos critérios de mensuração, cada indicador e subindicador que compunha o sistema.

O SISDTur e suas adaptações, assim como os indicadores relevantes para Guajará-Mirim e os indicadores-chave do turismo sustentável para Lagoa da Confusão, apresentam um nível de abertura mediano, pois a forma de mensuração dos indicadores não é expressa com clareza, os dados primários utilizados não se tornam acessíveis no relatório final.

5.3.6

Pontos fortes e fracos, limites e potencialidades de uso em maior escala

Um dos objetivos específicos traçados para essa investigação foi “**analisar os instrumentos de avaliação da sustentabilidade do turismo e indicadores propostos para destinos turísticos de diferentes regiões do país, buscando identificar seus pontos fortes e fracos, os limites e potencialidades de uso em maior escala**”, por isso mesmo sendo um dos aspectos que deveriam ser tratados no item anterior, interface, viu-se a necessidade de ofertar maior destaque a essa análise.

Conjunto de indicadores para o ecoturismo e turismo rural para Silva Jardim/ RJ

Como foi possível perceber na análise feita segundo os Princípios de Bellagio e na análise comparativa segundo o método de Van Bellen (2005), o sistema proposto por Cintra, mesmo sendo resultado do crivo de especialistas e posteriormente da análise da comunidade local de Silva Jardim, uma das dimensões essenciais que dão base ao conceito de sustentabilidade, a dimensão social, não foi tida como relevante e assim desconsiderada do conjunto de indicadores para avaliação do ecoturismo e do turismo rural na região.

O ponto forte do instrumento é a conciliação entre a abordagem *top down* e *bottom up*, que pode ser aplicada em um outro estudo de maneira inversa, como sugerida por Jesinghaus (*apud* Van Bellen, 2005), de modo a verificar os anseios e expectativas da comunidade e posteriormente solicitar aos especialistas que elencassem indicadores passíveis a atender essas expectativas, mas também outros essenciais ao atendimento dos princípios do desenvolvimento sustentável da prática turística.

A estrutura na qual o conjunto de indicadores foi pensada, seguindo o método Pressão-Estado-Resposta, possibilita sua adaptação, assim como seu ajuste constante, atendendo com êxito ao princípio de “potencial para avaliação constante” indicado em Bellagio. O conjunto não é engessado, possibilitando a inserção de novos indicadores e dimensões que atendam as novas realidades relativa a dinâmica do sistema turístico local. Conforme explica Cintra:

“Os ajustes devem ser feitos a partir das realidades de cada momento ou fase de um projeto, do surgimento de fatos e fatores que demandem por mudanças, de retificações nos objetivos de planejamento e no encontro de novas facilidades para obtenção das informações e dados que possibilitem o monitoramento de um determinado indicador ou fenômeno” (Cintra, 2004, p. 85).

Pegada Ecológica do Turismo em Florianópolis/ SC

O principal ponto fraco atribuído a esta forma de abordar o desenvolvimento sustentável da prática turística refere-se a visão primitiva de sustentabilidade atribuída ao método, que atribuí a sustentabilidade apenas a dimensão ambiental. Um ecossistema protegido, no qual sua população sofre graves problemas sociais e que não tem suas expectativas econômicas atendidas não está cumprindo com o seu papel de manutenção da vida. O meio ambiente não se refere apenas ao ambiente natural, mas a interação homem-natureza que se estabelece dentro de um espaço geográfico. O homem necessita do meio natural para suprir suas necessidades, então esse “mito” da natureza intocável de

modo que determinado localidade seja sustentável é uma falácia, por que que sustentabilidade seria essa?

No entanto, o potencial educativo que o método apresenta é extremamente interessante, pois leva o público, de uma forma geral, a perceber, de forma rápida e por que não dizer lúdica, como está se estabelecendo os níveis de apropriação e consumo do meio natural.

A mutabilidade desejável de um sistema de indicadores, de modo a atender as mudanças temporais existentes é limitada pela metodologia do instrumento que deve obedecer a transformação dos fluxos de energia e matéria em porções de terra e águas produtivas.

Indicadores-chave para o turismo sustentável em Lagoa da Confusão/ TO

O instrumento utilizado por Dutra (2007) foi proposto pela Organização Mundial do turismo – OMT, fato que afere à mesma alta relevância, no entanto ficou evidente uma problemática relativa, não ao instrumento, mas a uma carência do país no que tange ao turismo, a carência de dados pertinentes e sistematicamente organizados. Tal fato, dificultou e tornou irrelevante a análise de alguns indicadores e impossibilitou a mensuração de outros.

Esse instrumento é o que melhor se enquadraria em um processo de comparação de destinos turísticos, uma vez que os indicadores-chaves podem ser avaliados em qualquer destino, no entanto a carência de dados sistemáticos pode impossibilitar tal abordagem.

O instrumento caracteriza-se pela proposição de indicadores independentes, não resultando em agregações, isso como já discutido, pode dificultar a interpretação dos resultados pelo grande público, grupo de atores sociais que não possuem conhecimentos técnicos específicos.

Um fator interessante deste instrumento, que foi relatado na meta-análise é a possibilidade e a indicação de convocação dos atores sociais para participação do processo de escolha dos indicadores a serem utilizados, uma vez que o guia além dos indicadores-chave, tem capítulos com a proposição de indicadores referentes as peculiaridades de diferentes tipos de turismo.

Indicadores para o desenvolvimento sustentável do turismo em Guajará-Mirim/ RO

A preocupação com a inserção dos atores sociais locais no processo de elaboração do conjunto de indicadores é importante, uma vez que a identificação com o que se busca

avaliar e monitorar, faz com que esses atores sejam ativos no processo de gestão turística do município, compreendendo a relevância da atividade e os impactos de caráter positivo ou negativo que podem repercutir na sua vida. Porém, essa participação não foi estabelecida por meio de um processo de sensibilização, mas se deu apenas em caráter de consulta, sem informar e estabelecer discussões acerca da prática turística no município e suas interferências na localidade.

A possibilidade de ajustes as dinâmicas locais futuras é importante e a possibilidade de adaptação a outras localidades também é possível ser feita. No entanto, o fato de ser composto por indicadores independentes incorre na problemática de compreensão do desenvolvimento sustentável do turismo como um todo.

SISDTur e suas adaptações

Um sistema amplo que visa analisar o desenvolvimento sustentável do turismo por meio de diferentes dimensões, e por uma percepção local (do município) e organizacional (empresas e locais de visitação). Em sua versão primeira, proposta por Hanai (2009), salienta a importância da participação dos atores sociais locais de forma efetiva, através de um processo de sensibilização turística por meio de material de divulgação e ciclos de palestras e discussões. Pensa o sistema de indicadores da comunidade e para a comunidade. No entanto, a forma de transmitir a informação, foi melhor realizada em suas versões adaptadas. A problemática das versões adaptadas foi a não consideração dos atores sociais locais no processo de eleição e proposição dos indicadores, não sendo assim um instrumento participativo e democrático. A abertura a novos indicadores é possível, assim como a adaptação real de todo o sistema de modo a atender novas realidades de aplicabilidade em outras destinações turísticas, mas ser um instrumento que possibilite a comparação entre destinos, não foi o que se propôs Hanai (2009) ao elaborar o sistema.

TALC para Fernando de Noronha/ PE

Um instrumento com relevante poder de auxílio a tomada de decisões e comunicação perante ao público em geral, uma vez que consegue harmonizar uma análise pormenorizada de cada indicador que compõem as referidas dimensões elencadas e agrega-os fornecendo, por meio de representação gráfica, um panorama geral do destino com relação a cada dimensão da sustentabilidade.

A negligência da participação pública é um fator que pode ser corrigido, uma vez que o instrumento é aberto a alterações e adaptações, sendo relevante novos estudos com esse olhar.

O uso em maior escala e a aplicabilidade em outras destinações, sem as cabíveis alterações para fins de comparação, também é possibilitada, no entanto, é como ressalta Hanai (2009, p. 384) “o objetivo de um monitoramento do desenvolvimento do turismo não é o de comparar a sustentabilidade entre destinos, mas o de verificar se o destino está evoluindo em termos de sustentabilidade turística”, sendo a comparação cabível apenas quando a necessidade de priorização de investimentos e a definição da destinação dos recursos entre as possíveis localidades turísticas em desenvolvimento (Hanai, 2009).

Por meio desta análise é possível chegar a três considerações básicas: (i) a principal limitação que envolve os instrumentos avaliados refere-se em primeira ordem a gestão dos destinos turísticos que não se atentaram ainda para importância de possuírem um conjunto de dados relevantes e sistematicamente organizados de forma a conferir rastreabilidade as informações comunicadas nos instrumentos; (ii) mesmo os instrumentos sendo passíveis a utilização em uma esfera de aplicação maior, estadual ou nacional, tal utilização só é apropriada em casos específicos, sendo mais adequado a formulação de indicadores a nível local ou regional, uma vez que tal instrumento tem por objetivo maior fornecer subsídios aos tomadores de decisão, de modo a estabelecer estratégias que promovam e fortaleçam o desenvolvimento turístico segundo os princípios da sustentabilidade no destino e; (iii) a sustentabilidade é um processo que ocorre em uma escala espaço-temporal, por isso o conjunto de indicadores ou sistemas de indicadores devem estar abertos as mudanças que o sistema turístico promove, sendo capazes de avaliar os novos rumos que o destino turístico toma rumo a sustentabilidade.

O Quadro 5.6 apresenta a síntese da análise comparativa dos instrumentos de avaliação da sustentabilidade de destinos turísticos no Brasil, segundo os critérios de Van Bellen (2005).

Quadro 5.6 – Análise comparativa dos instrumentos de avaliação da sustentabilidade de destinos turísticos no Brasil

Categoria de Análise	Indicadores para o Ecoturismo e turismo rural – Silva Jardim/ RJ	Pegada Ecológica – Florianópolis/ SC	Indicadores-chave OMT – Lagoa da Confusão/ TO	Indicadores de desenvolvimento sustentável do turismo – Guajará-Mirim/ RO	TALC e as dimensões da sustentabilidade – Fernando do Noronha/ PE
1. Escopo	Ambiental Econômico Institucional	Ambiental	Ambiental Social Econômico	Ambiental Sociocultural Econômico/Turístico Institucional	Ambiental Social Cultural Econômico Territorial Pólicito-Institucional
2. Esfera	Loca	Local	Local	Local	Local
3. Dados					
Tipologia	Mista	Quantitativa	Mista	Mista	Qualitativa
Agregação	Nível mediano de agregação	Altamente agregado	Nível mediano de agregação	Nível mediano de agregação	Altamente agregado
4. Participação	Mista	-	-	Mista	-
5. Interface					
Complexidade	Mediana	Elevada	Mediana	Mediana	Mediana
Apresentação	Mediana Indicadores Independentes	Simples Recurso Visual	Simples Tabela de Indicadores	Mediana Indicadores Independentes	Simples Recurso Visual
Abertura	Alta	Mediana	Mediana	Alta	Alta
Pontos Fortes	Ampla facilidade de inserção de novos indicadores, para atender possíveis mudanças no sistema.	Alto poder educativo para população em geral devido sua forma de apresentação	Potencial de aplicabilidade em escalas maiores.	Busca analisar o desenvolvimento sustentável do turismo de forma ampla.	Apresentação dos dados de fácil compreensão do público em geral, porém é possível avaliar aspectos que impactam o sistema de forma mais pormenorizada.
Pontos Fracos	Não avalia a dimensão social, um dos pilares da sustentabilidade	Restringe-se a análise da dimensão ambiental da sustentabilidade.	A ênfase é dada as dimensões social e ambiental.	A compreensão do panorama geral de sustentabilidade do destino fica limitada ao grande público devido sua forma de apresentação.	Negligência a participação dos atores sociais no processo de proposição dos indicadores.

Fonte: Formulação própria.

Continua...

Continua...

Quadro 5.6 – Análise comparativa análise comparativa dos instrumentos de avaliação da sustentabilidade de destinos turísticos no Brasil

Categoria de Análise	SISDTur – Bueno Brandão/ MG	SISDTur – Conde/ PB	SISDTur – Porto de Galinhas PE
1. Escopo	Ambiental Social Cultural Econômico Turístico Institucional	Ambiental Social Cultural Econômico Turístico Institucional	Ambiental Social Cultural Econômico Turístico Institucional
2. Esfera	Local Organizacional	Local	Local
3. Dados			
Tipologia	Mista	Mista	Mista
Agregação	Nível mediano de agregação	Nível mediano de agregação	Nível mediano de agregação
4. Participação	Mista	-	-
5. Interface			
Complexidade	Mediana	Mediana	Mediana
Apresentação	Mediana Indicadores independentes	Mediana Indicadores independentes	Simple Recurso visual
Abertura	Alta	Alta	Alta
Pontos Fortes	Os atores sociais são inseridos ativamente no processo de proposição dos indicadores por meio de atividades de sensibilização turística.	Busca analisar o desenvolvimento sustentável do turismo de forma ampla.	Busca analisar o desenvolvimento sustentável do turismo de forma ampla.
Pontos Fracos	Lista extensa de indicadores independentes que requer certo grau de conhecimento para poder compreender a o panorama geral de sustentabilidade do destino ou empresa turística.	Negligência a participação dos atores sociais no processo de proposição dos indicadores.	Negligência a participação dos atores sociais no processo de proposição dos indicadores.

Fonte: Elaboração própria.

5.5

Considerações finais sobre o capítulo

Assim como observado no capítulo 4, na análise das ferramentas propostas a nível internacional, nenhum dos instrumentos para avaliação da sustentabilidade das destinações turísticas brasileiras foi capaz de atender todas as premissas presentes nos Princípios de Bellagio, sendo o princípio ‘participação pública’ o mais crítico, muito embora, na teorização de grande parte das pesquisas elencadas, tal fator tenha sido sinalizado como essencial para a sustentabilidade da atividade turística. Tal problemática é resultante da visão restrita de participação dos atores sociais, que são tidos como agentes passivos e não como agentes ativos, pensantes e capazes de participar de forma efetiva de todo o processo rumo a sustentabilidade, principalmente no que se refere a proposição de indicadores que retratem a realidade local.

O reflexo da meta-análise também se dá na esfera de aplicação do indicadores, quando avaliados comparativamente segundo os critérios propostos por Van Bellen, uma vez que a esfera local/micro foi a abordada por todos os instrumentos. O SISDTur, além da esfera local, propôs indicadores para o ambiente organizacional.

Todos os instrumentos, exceto a TEFM aplicada em Florianópolis pela sua complexidade, são importantes instrumentos capazes de fornecer apoio efetivo à tomada de decisões, tendo em vista um desenvolvimento efetivamente sustentável das destinações turísticas brasileiras. No entanto carecem de revisões e adaptações, de modo a fornecer os subsídios necessários a essa função.

6

Conclusões e recomendações

Esta dissertação analisou os instrumentos de avaliação da sustentabilidade do turismo e respectivos indicadores propostos para destinos turísticos de diferentes regiões do Brasil, buscando identificar seus pontos fortes e fracos, os limites e a potencialidade de uso em maior escala.

Estrutura-se este capítulo da seguinte forma: (i) conclusões propriamente ditas; e (ii) desdobramentos e recomendações para estudos futuros.

6.1

Conclusões

A pergunta de pesquisa que norteou essa investigação foi: *Quais os pontos fortes e fracos, os limites e a potencialidade de uso dos instrumentos de avaliação da sustentabilidade do turismo no Brasil, focalizando-se casos de destinos turísticos de diferentes regiões do país?*

Tomando por base tal questão, uma análise crítica dos instrumentos de avaliação da sustentabilidade adotados nas destinações turísticas brasileiras foi realizada em dois níveis: (i) análise do alinhamento dos instrumentos aos Princípios de Bellagio e; (ii) análise comparativa dos instrumentos, conforme ferramenta proposta por Van Bellen (2005). Seus resultados contribuíram para o avanço do conhecimento científico no que se refere à competência dos instrumentos de avaliação da sustentabilidade do turismo em alinhamento aos princípios norteadores de tal temática. Poderão balizar processos de avaliação da sustentabilidade de destinos turísticos no Brasil, na perspectiva de sua aplicação por gestores públicos.

As abordagens conceituais e metodológicas discutidas nos capítulos 2 e 3 fundamentaram a meta-análise de cinco instrumentos de avaliação internacionais, contribuindo de forma significativa para que os objetivos específicos da dissertação fossem alcançados.

Com relação aos três primeiros objetivos específicos, pode-se concluir que apesar da existência de instrumentos de avaliação voltados para avaliação da

sustentabilidade do turismo em diversos países e regiões, ainda há espaço para a proposição de diretrizes, que balizem processos de avaliação da sustentabilidade de destinos e serviços turísticos no Brasil, no sentido de ampliar o escopo das iniciativas em curso no país.

Por fim, quanto ao quarto objetivo específico, qual seja ‘identificar os pontos fortes e fracos, limites e potencialidade de uso em maior escala dos instrumentos e indicadores e métricas adotados na avaliação da sustentabilidade do turismo para destinos turísticos de diferentes regiões do país, foi possível chegar às seguintes conclusões:

- Tanto as ferramentas internacionais quanto os instrumentos adotados nacionalmente para avaliação da sustentabilidade da prática turística não foram capazes de cumprir todos os pressupostos presentes nos Princípios de Bellagio, demonstrando assim lacunas que devem ser sanadas de modo que o instrumento seja efetivo no que se propõe a realizar;
- Os instrumentos não foram capazes de propor indicadores que permitissem mensurar a premissa da sustentabilidade de promoção de bem-estar as populações futuras, sendo tal análise possível apenas de forma subjetiva;
- Os instrumentos utilizados para avaliação das destinações turísticas brasileiras, em sua maioria, tiveram em seus sistemas a dimensão institucional, dimensão essa amplamente negligenciada nas ferramentas internacionais;
- Muito embora a participação pública seja tida como essencial para que haja identificação dos atores sociais para com os princípios da sustentabilidade, os instrumentos e as ferramentas analisadas não conferiram a importância devida a esse princípio, sendo a abordagem da maioria dos instrumentos e ferramentas analisados de âmbito *top down*. O SISDTur, instrumento proposto por Hanai para análise da região de Bueno Brandão, foi o único que buscou inserir ativamente os atores sociais locais na proposição dos indicadores;
- A esfera de análise na qual os instrumentos se propõem avaliar foi de nível local, fato que é salientado como positivo, uma vez que a avaliação da sustentabilidade deve buscar avaliar as peculiaridades inerentes a cada destinação;
- Mesmo sendo importante para a tomada de decisão, a carência de dados impossibilita a avaliação apropriada, sendo necessário promover condições para que estes dados sejam disponibilizados de forma regular.

6.2

Recomendações para estudos futuros

No decorrer da pesquisa aqui relatada, alguns possíveis desdobramentos foram identificados e percebidos como oportunidades para novas pesquisas.

Recomenda-se para trabalhos futuros, investigar o atendimento das políticas públicas de turismo, de nível local, que tenham como premissa o desenvolvimento sustentável do turismo, de modo a verificar como o poder local enxerga a sustentabilidade e possibilita a formulação de indicadores adequados para o monitoramento e avaliação do desenvolvimento sustentável da atividade turística nas destinações em foco.

Outra recomendação refere-se à formulação de novos sistemas de indicadores de monitoramento e avaliação da sustentabilidade do turismo, em alinhamento aos Princípios de Bellagio aplicáveis ao setor.

Referências

ANDRADE, B. B. **Turismo e sustentabilidade no município de Florianópolis: uma aplicação do método da Pegada Ecológica**. Florianópolis, 2006, 152 p. Dissertação (Mestrado) – Programa de Pós-graduação em Administração – Universidade Federal de Santa Catarina.

ARAÚJO, F. J. C. et.al. Quebrando paradigmas no ensino de engenharia com a inserção dos conceitos e principais ferramentas de mensuração do desenvolvimento socioambiental sustentável. In: XXXIV COBENGE, Passo Fundo, 2006. **Anais ...** Passo Fundo: Ed. Universidade de Passo Fundo, 2006. p. 11.121-11.128.

ARCHER, B; COOPER, C. Os impactos positivos e negativos do turismo. In: Theobald, W. F. **Turismo Global**. São Paulo: Senac, 2002. 2e. p. 85-102.

BALDIN, N; MUNHOZ, E. M. B. Snowball (Bola de Neve): uma técnica metodológica para pesquisa em educação ambiental comunitária. IN: X CONGRESSO NACIONAL DE EDUCAÇÃO. EDUCERE, 2011, Curitiba. **Anais...** Curitiba: PUCPR, 2011. p. 329-341

BARROS, A. P. **A política ambiental e o poder local: uma análise das políticas públicas de meio ambiente do município de Cabo de Santo Agostinho, Pernambuco, Brasil**. Recife, 2009, 152p. Dissertação (Mestrado) – Programa de Pós-graduação em Desenvolvimento e Meio Ambiente – Universidade Federal de Pernambuco.

BATISTA, P. A importância do turismo. **Revista da Esqht/UAL**, n. 5, p. 22-28, 1999.

BENI, M. C. Política e planejamento estratégico no desenvolvimento sustentável do turismo. **Turismo em Análise**, v. 17, n. 1, p. 5-22. 2006.

BENI, M. C. Como certificar o turismo sustentável? **Revista espaço acadêmico**, n. 37, p. 1-7, 2004.

BENI, M. C. **Análise Estrutural do Turismo**. São Paulo: Senac, 2002. 7e.

BOVO, R. **Subsídios à elaboração de políticas públicas de turismo sustentável com base no local: diretrizes, programas, ações e indicadores de avaliação**. Rio Claro, 2006, 299p. Tese (Doutorado) – Programa de Pós-graduação em Geociências e Meio Ambiente – Universidade Estadual Paulista.

BRAGA, G. H. Turismo movimentou R\$ 492 bilhões no Brasil. **Ministério do Turismo**. Disponível em: < <http://www.turismo.gov.br/ultimas-noticias/957-turismo-movimentou-r-492-bilhoes-no-brasil.html> >. Acesso em: 11 junho 2015.

BRAGA, T. M. *et.al.* Texto para discussão nº 225. **Indicadores de sustentabilidade municipal**: o desafio de mensurar. CEDEPLAR / FACE / UFMG. Belo Horizonte, 2003.p. 05-14.

BRASIL. **Constituição da República Federativa do Brasil**. Texto constitucional promulgado em 5 de outubro de 1988, com as alterações adotadas pelas Emendas Constitucionais nos 1/1992 a 68/2011, pelo Decreto Legislativo no 186/2008 e pelas Emendas Constitucionais de Revisão nos 1 a 6/1994. Brasília: Centro de Documentação e informação, 2012. 35 e. 454p.

BRASIL. Lei nº 11.771, de 17 de setembro de 2008. Dispõe sobre a Política Nacional de Turismo, e dá outras providências. **Diário Oficial da República Federativa do Brasil**, Brasília, DF. Disponível em: < http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_ato2007-2010/2008/lei/111771.htm>. Acesso em: 10 julho 2015.

BRASIL. Lei nº 8.181, de 28 de março de 1991. Dá nova denominação à Empresa Brasileira de Turismo – Embratur, e dá outras providências. **Diário Oficial da República Federativa do Brasil**, Brasília, DF, n.61, 01 abril 1991. Seção 1, p. 5765.

BRASIL. Ministério do turismo. **Programa de Regionalização do Turismo**. Brasília, DF: 2013.

BRASIL. **Plano Nacional de Turismo – 2013-2016**. Brasília, DF: 2015. Disponível em: <<http://www.turismo.gov.br/2015-03-09-13-54-27.html>>. Acesso em: 04 junho 2015.

BRUSADIN, L. B. Estudo da avaliação do Programa Nacional de Municipalização do Turismo–PNMT na gestão do presidente Fernando Henrique Cardoso. **Revista Hospitalidade**, v. 2, n. 2, p. 87-112. 2005.

BUTLER, R. W. Sustainable tourism: A state-of-the-art review. **Tourism Geographies**, n.1, p. 7-25. 1999.

CANDIOTTO, L. Z. P. Considerações sobre o conceito de turismo sustentável. **Revista Formação**, v. 1, n. 16, p. 48-59. 2009.

CARNEIRO, D. M. R. **Visitando o século XXI**: inovações para a sustentabilidade em destinos turísticos brasileiros. Brasília, 2014, 350p. Tese (Doutorado) – Programa de Pós-graduação em Desenvolvimento sustentável – Universidade de Brasília.

CASSIOLATO, M.; GUERESI, S. **Como elaborar modelo lógico de programas**: roteiro para formular programas e organizar avaliação. Nota Técnica, n.6. Brasília: IPEA, 2010.

CIDIN, R. C. P. J. SILVA, R. S. Pegada Ecológica: Instrumento de avaliação dos impactos antrópicos no meio natural. **Estudos Geográficos**. Rio Claro, 2004. p. 43-52.

CINTRA, H. B. **Indicadores de sustentabilidade para o ecoturismo e o turismo rural**: uma proposta para Aldeia Velha, município de Silva Jardim-RJ e região do entorno.

Niterói, 2004, 143 p. Dissertação (Mestrado) – Programa de Pós-graduação em Ciência Ambiental – Universidade Federal Fluminense.

CHOI, H. C; SIRAKAYA E. Sustainability indicators for managing community tourism. **Tourism management**. v. 27, p. 1274- 1289. 2006.

CORDEIRO, I. J. D.; LEITE, N.K.; PARTIDÁRIO, M.R. Instrumentos de avaliação de sustentabilidade de destinos turísticos: uma revisão de literatura. **Caderno Virtual de Turismo**, v.10, n.2, p. 49-64, 2010.

CORDEIRO, I. J. D.; PARTIDÁRIO, M.R.; LEITE, N.K. Considerações sobre o escopo de um processo de avaliação da sustentabilidade do turismo. **Turismo em Análise**, v.20, n.3, p. 525-540, 2009.

CORDEIRO, I. J. D. **Instrumentos de avaliação da sustentabilidade do turismo: uma análise crítica**. Lisboa, 2008, 153 p. Dissertação (Mestrado) – Programa de Pós-Graduação em Ordenamento do Território e Planejamento Ambiental – Universidade Nova de Lisboa.

COSTA, H; SAWYER, D. R; NASCIMENTO, E. P. O monitoramento de APL de turismo no Brasil: o (não) lugar das dimensões da sustentabilidade. **Revista Brasileira de Pesquisa em turismo**. v.3, p. 57-79, dez. 2009

COUNCIL Global Sustainable Tourism. **Critérios globais de turismo sustentável para destinos**. 2013. Disponível em: <<https://www.gstcouncil.org/en/docs/file/399-portuguese-criteria-for-destinations.html>>. Acesso em 01 março 2015.

CONFERÊNCIA Mundial de Turismo Sostenible. **Carta del turismo sostenible**. Lanzarote – Espanha: 1995. Disponível em: <<http://www.turismo-sostenible.org/docs/Carta-del-Turismo-Sostenible.pdf>>. Acesso em: 10 janeiro 2015.

DIAS, R. **Introdução ao turismo**. São Paulo: Altas, 2005. 178p.

DIAS, R. **Planejamento do turismo: políticas e desenvolvimento do turismo no brasil**. Editora Atlas: São Paulo, 2003.

DUTRA, V. C. **Análise de indicadores-chave do turismo sustentável: um estudo de caso em Lagoa da Confusão/ TO**. Tocantins, 2007, 133 p. Dissertação (Mestrado) – Programa de Pós-graduação em Ciências do Ambiente – Universidade Federal de Tocantins.

FALCÃO, M. C. **A sustentabilidade do destino turístico de Fernando de Noronha: uma análise a partir da abordagem do ciclo de vida de áreas turísticas e das dimensões da sustentabilidade**. Recife, 2010, 201 p. Dissertação (Mestrado) – Programa de Pós-graduação em Administração – Universidade Federal de Pernambuco.

FELIX, F. G. **Alternativas para um turismo humanista: a política nacional de turismo da Venezuela e suas contribuições para o Brasil**. Rio de janeiro, 2013, 247p. Dissertação (Mestrado) – Programa de Pós-graduação em Planejamento Urbano e Regional – Universidade Federal do Rio de Janeiro.

FERREIRA, H; CASSIOLATO, M; GONZALEZ, R. **Uma experiência de desenvolvimento metodológico para avaliação de programas: o modelo lógico do Programa Segundo Tempo**. Texto para discussão nº 1.369. Brasília: Ipea, 2009.

FLORES, L. C. S.; MENDES, J. C. Perspectivas do destino turístico: repensando o sentido do conceito. **Revista brasileira de pesquisa em turismo**. v.8, n.2, p. 222-237, 2014.

GLYPTOU, K.; PARAVANTIS, J.A.; PAPATHEODOROU, A.; SPILANIS, I. Tourism sustainability methodologies: a critical assessment. In: THE FIFTH INTERNATIONAL CONFERENCE ON INFORMATION, INTELLIGENCE, SYSTEMS, AND APPLICATIONS, 2014, Chania, Creta. **Proceedings...** Chania, Creta: Institute of Electrical and Electronics Engineers (IEEE), 2014. p. 1-6.

GOELDNER, C. R., RITCHIE, J. R. B., MCINTOSH, R. W. **Turismo: princípios, práticas e filosofias**. Porto Alegre: Bookman, 2002. 8e. 478p.

GÖSSLING, S. et. al. Ecological Footprint analysis as too asses tourism sustainability. **Ecological Economics**. n.43, p. 199-211, 2002.

GUIMELLI, O. D. **Análise da seleção de indicadores de turismo responsável com foco nos municípios litorâneos do Estado de Santa Catarina – Brasil**. Balneário Camburiú, 2008, 173 p. Dissertação (Mestrado) – Programa de Pós-Graduação em Turismo e Hotelaria – Universidade do Vale do Itajaí – UNIVALI (SC).

HALL, M. Planejando destinos: criando estruturas cooperativas. In: **Planejamento Turístico**. São Paulo: Contexto, 2001. P. 215-270.

HANAI, F. Y. **Sistema de indicadores de sustentabilidade: uma aplicação ao contexto de desenvolvimento do turismo na região de Bueno Brandão, estado de Minas Gerais, Brasil**. São Paulo, 2009, 422 p. Tese (Doutorado) – Programa de Pós-graduação em Ciências da Engenharia Ambiental – Universidade de São Paulo.

IRVING, M. A. et. al. Revisando significados em sustentabilidade no planejamento turístico. **Caderno Virtual de Turismo**, n. 18, p. 1-7, 2005.

ISER, C. **Mensuração de sustentabilidade para destinações turísticas: aplicabilidade da metodologia de indicadores da OMT em Florianópolis**. Florianópolis, 2009, 172 p. Dissertação (Mestrado Profissional) – Programa de Pós-graduação em Administração – Universidade Estadual de Santa Catarina.

KO, T-G. Development of a tourism sustainability assessment methodology based on stakeholders inputs: a conceptual approach. **International Journal of Tourism Sciences**, v.3, n.1, p. 17-46, 2003.

KO, T-G. Development of a tourism sustainability assessment procedure: a conceptual approach. **Tourism Management**, v.26, n.3, p. 431-445, 2005.

KRIPPENDORF, J. **Sociologia do Turismo: para uma nova compreensão do lazer e das viagens**. 3 e. Aleph: São Paulo, 2003>

LACERDA, C. S. **Sistema de indicadores de sustentabilidade para a atividade turística**: uma proposta metodológica participativa aplicada no município de Conde/PB. Campina Grande, 2011, 104 p. Dissertação (Mestrado) – Programa de Pós-Graduação em Recursos Naturais – PPGRN – Universidade Federal de Campina Grande.

LAGE, B. H. G; MILONE, P. C. **Turismo teoria e prática**. São Paulo: Atlas, 2000.

LEE, N. Bridging the gap between theory and practice in integrated assessment. **Environmental Impact Assessment Review**, 2006. v.26, n.1, p.57-78.

LOURENÇO, M. S. Questões técnicas na elaboração de indicadores de sustentabilidade. In: 1º SEMINÁRIO UNIFAE DE SUSTENTABILIDADE, 2006, Curitiba, Paraná. **1º Seminário UNIFAE de Sustentabilidade**. Curitiba: UNIFAE Centro Universitário, 2006, v.1.

MACIEL, N. A. L.; PAOLUCCI, L.; RUSCHMANN, D. V. N. Capacidade de carga no planejamento turístico: estudo de caso da Praia Brava – Itajaí frente a implantação do Complexo Turístico Habitacional Canto da Brava. **Revista Brasileira de Pesquisa em Turismo**. v.2, n.2, p. 41-63, 2008.

MAGALHÃES, C. F. **Diretrizes para o turismo sustentável em municípios**. São Paulo: Roca, 2002. 187p.

MARTINS, M. F; CÂNDIDO, G.A. Índices de desenvolvimento sustentável para municípios: uma proposta metodológica de construção e análise. IN: IX ENCONTRO NACIONAL DE ECOECO. 2011, Brasília – DF. **Anais...** Disponível em: <http://www.ecoeco.org.br/conteudo/publicacoes/encontros/ix_en/GT2-321-213-201106202017.pdf>. Acesso em: 25 julho 2015.

MASINA, R. **Introdução ao estudo do turismo**: conceitos básicos. Porto Alegre: Mercado Aberto, 2002. 128p.

MESQUITA, W. S. Críticas ao conceito de desenvolvimento sustentável no turismo, **Caderno Virtual de Turismo**, v.6, n.3, p. 81-89, 2006.

MINISTÉRIO DO TURISMO, MTur. **Panorama do turismo no mundo – 2013**. Disponível em: <http://www.dadosefatos.turismo.gov.br/export/sites/default/dadosefatos/estatisticas_indicadores/downloads_estatisticas/Estatistica_e_indicadores_Turismo_no_mundo_2013.pdf>. Acesso em: 11 junho 2015.

MINISTÉRIO DO TURISMO, MTur. **Programa de regionalização do turismo – roteiros do Brasil: turismo e sustentabilidade**. Brasília: Ministério do Turismo, 2007. 126p.

MORAIS, M. L; *et.al.* Avaliação da Compatibilidade e Alinhamento do Índice DNA Brasil com os princípios de Bellagio. IN: XXVIII CONGRESSO NACIONAL DE ENGENHARIA DE PRODUÇÃO. Enegep, 2008. Rio de Janeiro. **Anais...** Rio de Janeiro: Abrepro, 2008. p. 1-13.

OLIVEIRA, F. **Aproximações ao enigma: o que quer dizer desenvolvimento local?**. São Paulo: Pólis – Programa de Gestão Pública e Cidadania/EAESP/FGV, 2001. 40p.

OLIVEIRA, M. A. S; ROSSETTO, A. M. Políticas públicas para o turismo sustentável no Brasil – evolução e perspectivas de crescimento para o setor. **Revista Turismo Visão e Ação** – eletrônica, v. 15, n. 3, p. 322-339, 2013.

OLIVEIRA, O. F. **Indicadores relevantes para avaliação de turismo sustentável do Município de Guajará-Mirim (RO)**. Porto Velho, 2009, 108 p. Dissertação (Mestrado) – Programa de Pós-Graduação em Desenvolvimento Regional e Meio Ambiente – PGDRA, Fundação Universidade Federal de Rondônia.

ORGANIZAÇÃO MUNDIAL DO TURISMO, OMT. **Código Mundial de Ética do Turismo**. Santiago – Chile: 1999. Disponível em: < http://ethics.unwto.org/sites/all/files/docpdf/brazil_0.pdf>. Acesso em: 10 janeiro 2015.

ORGANIZAÇÃO MUNDIAL DO TURISMO, OMT. **Taller de indicadores de sostenibilidad em turismo: para los países de Sudamérica**. Argentina, 2000. Disponível em: < http://sdt.unwto.org/sites/all/files/docpdf/argentina_0.pdf>. Acesso em: 27 julho 2015.

PEGADA ECOLÓGICA BRASIL – em busca da sustentabilidade do planeta. **A teoria ecológica**. Disponível em: <<http://www.pegadaecologica.siteonline.com.br>>. Acesso em: 01 junho 2008.

RABAHY, W. A; VASSALLO, M. D; MONTI, E. Crescimento do turismo: análise de aspectos intervenientes e a importância da proximidade dos mercados. **Revista Itinerarium**, v. 1, p. 1-29, 2008. Disponível em: < <http://www.seer.unirio.br/index.php/itinerarium>>. Acesso em: 14 abril 2015.

RAINFOREST-ALLIANCE. **Mohonk Agreement: proposal for an International Certification Program for sustainable tourism and ecotourism**. 2015, p. 97-100. Disponível em: < <http://www.rainforest-alliance.org/tourism/documents/mohonk.pdf>>. Acesso em: 10 janeiro 2015.

RAULI, F. C. **Monitoramento das políticas públicas de Curitiba: uma avaliação crítica sob a ótica dos indicadores de desenvolvimento sustentável**. Curitiba, 2007, 183p. Dissertação (Mestrado) – Programa de Pós-graduação em Organizações e Desenvolvimento – Centro Universitário Franciscano.

REBOLLO, J. F. V; BAIDAL, J. A. I. **Indicadores de sostenibilidad para destinos maduros: balance y propuestas de aplicación**. Conferência Creando estructuras para la investigación e la educación en la política turística y gestión de destinos. Madrid: Organizacion Mundial de Turismo, 2004. 10p.

ROTA – Rede Estrada Real. **Guia de boas práticas para o turismo sustentável**. Disponível em: <<http://www.rainforest-alliance.org/sites/default/files/uploads/3/Guia-de-Boas-Praticas-para-o-Turismo-Sustentavel.pdf>>. Acesso em: 12 janeiro 2015.

SAARINEN, J. Traditions of sustainability in tourism studies. IN: TOURISMS RESEARCH, 2006. **Anais...** 2006, v.33, n.4. p. 1121-1140.

SAARINEN, J. Critical sustainability: setting the limits to growth and responsibility in tourism, **Sustainability**, v.6, p. 1-17, 2013.

SANTOS, J. G. **Sistema de indicadores de sustentabilidade para o turismo:** aplicação de uma abordagem participativa em Porto de Galinhas, PE. Recife, 2013, 221 p. Dissertação (Mestrado) – Programa de Pós-Graduação em Administração – Universidade Federal de Pernambuco.

SIENA, O. **Método para avaliar o progresso em direção ao desenvolvimento sustentável.** Florianópolis, 2002, 234 p. Tese (Doutorado) – Pós-graduação em Engenharia de Produção – Universidade Federal de Santa Catarina.

SILVA, J. S. R.; SILVA, S. G. Breve histórico do turismo e uma discussão sobre a atividade no Brasil, **Revista Conexões Eletrônica**, v.9, p. 271-280, 2012. Disponível em: <<http://www.aems.edu.br/conexao/edicaoanterior/Sumario/2012/downloads/2012/humanas/BREVE%20HIST%20RICO%20DO%20TURISMO%20E%20UMA%20DISCUSS%20SOBRE%20A%20ATIVIDADE%20NO%20BRASIL.pdf>>. Acesso em: 12 junho 2015.

SILVEIRA, K. A; GEHLEN, V. R. F; BARROS, A. P. Utilização dos Princípios de Bellagio na avaliação de políticas públicas de “desenvolvimento sustentável” no município de Cabo de Santo Agostinho, Pernambuco, Brasil. In: IV JORNADA INTERNACIONAL DE POLÍTICAS PÚBLICAS, 2009, São Luiz do Maranhão – MA. **Anais...** São Luiz do Maranhão: Universidade Federal do Maranhão, 2009. p. 1-11.

STILWELL, D. C. C. **Indicadores de sustentabilidade aplicados ao contexto do desenvolvimento turístico português.** Lisboa, 2011, 71 p. Dissertação (Mestrado) – Programa de Pós-graduação em Ecologia e Gestão Ambiental – Faculdade de Ciências da Universidade de Lisboa.

TADINI, R. F.; MELQUIADES, T. **Fundamentos do Turismo.** v.1. Rio de Janeiro: Fundação CECIERJ, 2010.

TRENTIN, F. **Políticas públicas de turismo e indicadores de sustentabilidade ambiental: um estudo sobre Bonito – MS.** CREUPI/ FAG, 2005.

TRENTIN, F; FRATUCCI, A. C. Política Nacional de Turismo no Brasil: da municipalização a regionalização. In: INTERNATIONAL CONFERENCE ON TOURISM & MANAGEMENT STUDIES, 2011, Algarve. **Book of proceedings.** v. 1. Disponível em: <<http://www.cegot.pt/Files/Downloads/Documentos-Publicos/Publicacoes/Grupo-3/C%20-%20Nacional/3%20-%20AtasEncontrosCientificos/19.pdf>>. Acesso em: 10 junho 2015.

UNITED NATIONS WORLD TOURISM ORGANIZATION, UNWTO. **Indicators of sustainable development for tourism destinations:** a guidebook. Madrid: UNWTO, 2004.

UNITED NATIONS ENVIRONMENT PROGRAME, UNTEG; UNEP NATIONS WORLD TOURISM ORGANIZATION, UNWTO. **Making tourism more sustainable: a guide for policy makers**. França/Madrid: UNEP/UNWTO, 2005.

UNITED NATIONS WORLD TOURISM ORGANIZATION, UNWTO. **UNWTO's Declaration on Tourism and the Millennium Goals: harnessing tourism for the Millennium Development Goals**. Madrid: UNWTO, 2006.

UNITED NATIONS WORLD TOURISM ORGANIZATION, UNWTO. **Sustainable tourism for development: guidebook**. Madrid: UNWTO, 2011.

UNITED NATIONS WORLD TOURISM ORGANIZATION, UNWTO. **Panorama OMT del turismo mundial**, edición 2015. Disponível em: <<http://www.e-unwto.org/doi/pdf/10.18111/9789284416875>>. Acesso em: 21 agosto 2015.

VALDUGA, M. C. Práticas de Aprendizagem para a Sustentabilidade no Ensino Superior do Turismo. In: VI SEMINÁRIO DA ASSOCIAÇÃO BRASILEIRA DE PESQUISA E PÓS-GRADUAÇÃO EM TURISMO. ANPTUR, 2009, São Paulo. **Anais...** São Paulo: UAM, 2009, p. 1-12.

VAN BELLEN, H.; ANDRADE, B. Turismo e sustentabilidade no Município de Florianópolis: uma avaliação a partir do método da Pegada Ecológica. In: XXX ENCONTRO DA ASSOCIAÇÃO NACIONAL DE PÓS-GRADUAÇÃO E PESQUISA EM ADMINISTRAÇÃO, 2006, Salvador. **Anais ...** Salvador: ENANPAD, 2006. p. 1-12.

VAN BELLEN, H. **Indicadores de sustentabilidade: uma análise comparativa**. Editora FGV: Rio de Janeiro. 2005.

VAN BELLEN, H. **Indicadores de sustentabilidade: uma análise comparativa**. Florianópolis, 2002, 235 p. Tese (Doutorado) – Curso de Pós-Graduação em Engenharia de Produção, Centro Tecnológico, Universidade Federal de Santa Catarina.

WACKERNAGEL, M. La Huella Ecológica de las Ciudades. **Como Assegurar el Bienestar Humano dentro de los Limites Ecológicos?**, mimeo, 9p.

ZUCARATO, A. G; SAN SOLO, D. G. Uso de indicadores na pesquisa em turismo. In: IV SEMINÁRIO DE PESQUISA EM TURISMO DO MERCOSUL, 2006, Caxias do Sul. **Anais ...** Caxias do Sul: SeminTUR, 2006, p. 1-16.

Anexo 1

Grupo base de indicadores de sustentabilidade para o Ecoturismo e Turismo Rural para região de Aldeia Velha e entorno / RJ

Dimensão	Indicadores
Ambiental	<ul style="list-style-type: none"> • Qualidade da água para consumo humano; • Ecossistemas importantes para preservação da natureza; • Superfície florestal protegida; • Unidades de conservação e áreas de protegidas; • Qualidade do ar; • Espécies ameaçadas da fauna e flora; • Investimento na proteção do sistema de água doce; • Balneabilidade da água.
Econômica	<ul style="list-style-type: none"> • Fluxo do ecoturismo e turismo rural; • Qualidade das atrações turísticas; • Satisfação do visitante com o turismo rural.
Institucional	<ul style="list-style-type: none"> • Planejamento a longo prazo do turismo.

Fonte: Cintra, 2004, p. 84.

Anexo 2

Indicadores relevantes para avaliação do turismo sustentável do município de Guajará-Mirim / RO

Dimensão	Temas	Indicadores
Meio Ambiente	Preservação da Natureza	Áreas protegidas
		Orçamento de conservação do local onde existe atividade turística
		Percentual da comunidade local que trabalha em atividade de preservação
		Nível de atividade destinada a envolver os turistas em tarefas de proteção
		Turistas que recebem material de preservação
		Número de espécies / ecossistemas frágeis
	Gestão Ambiental	Consumo de água atribuível ao turista
		Consumo de eletricidade atribuível ao turista
		Produção de resíduos atribuível ao turista
		Gestão de resíduos
Economia / Atividade Turística	Emprego	Proporção entre o emprego no setor turístico e o emprego total
		Salário médio no setor turístico/salário médio na comunidade
		Grau de qualificação dos trabalhadores em turismo
	Oferta e Intensidade turística	Tipos de turismo oferecidos
		Intensidade do turismo média de pessoas por km ²
	Receita do turismo	Nº. Turistas/estada média (pernoite)
		Origem, Perfil dos turistas e motivos da viagem
		Peso do turismo na economia local
		Evolução dos preços turísticos
		Gasto turístico
		Ocupação em estabelecimento de hospedagem
	Qualidade e Satisfação do turismo	Estabelecimento com certificação de qualidade
		Grau de satisfação dos turistas
		Reclamações recebidas dos turistas
Institucional	Planejamento	Planos e Programas com foco em turismo e sustentabilidade
		Contribuição econômica anual do turismo
		Investimento e gasto (público e privado) em turismo
	Informações sobre Turismo Sustentável	Número e tipos de meio/canal utilizados para promover o turismo sustentável
		Visitantes com acesso a informação sobre práticas de turismo sustentável antes de sua visita ao destino turístico
		Satisfação da comunidade com qualidade e quantidade de informação que recebe sobre questões turísticas e sustentabilidade
Sociedade e Cultura	Comunidade Local	Satisfação dos residentes com o turismo
		Reclamações apresentadas pelos residentes
		Serviços sociais disponíveis para a comunidade, decorrente do turismo
		Utilização das infraestruturas hoteleiras pelos residentes
		Opinião dos residentes sobre o futuro do turismo na Região
		Grandes promoções turísticas que incluem o desenvolvimento de infraestrutura para beneficiar a comunidade local
	Impactos na Renda Familiar	Aumento/renda familiar (média)
		Aumento/dos gastos familiares
	Saúde e Segurança	Crimes denunciados/em que tenha visitantes implicados
		Visitantes alertados sobre a gravidade do problema da criminalidade
	Tipo e Condições de Acesso	Política que considera as necessidades de pessoas com deficiências: Transporte público; hotéis com acesso/deficientes
		Preservação da cultura local
	Patrimônio Cultural Local	Turistas que assistem os eventos
		Locais e estruturas que reúnem as condições para receber tombamento e são efetivamente tombados
		Recursos destinados anualmente para restauração, conservação e manutenção de bens culturais

Fonte: Oliveira, 2009, p. 77-78.

Anexo 3

SISDTur – Sistema de Indicadores de Sustentabilidade do Desenvolvimento do Turismo de Bueno Brandão / MG

Conjunto de Indicadores de Sustentabilidade para Estabelecimentos Turísticos e Espaços de Visitação	
Dimensão	Indicadores
Ambiental	Existência de processos de tratamento de resíduos líquidos (esgoto)
	Porcentagem de esgoto tratado
	Existência de processos de reuso de água
	Porcentagem de captação de água em relação ao total disponível
	Existência de programas de redução de consumo e de desperdício de água
	Existência de sistema de coleta de resíduos sólidos
	Quantidade de resíduos sólidos coletados (por tempo, frequência)
	Existência de coleta seletiva de resíduos e processos de reciclagem
	Porcentagem de resíduos sólidos reciclados
	Existência de programas de redução da quantidade de resíduos sólidos
	Uso de fontes alternativas/renováveis de energia
	Porcentagem de energia advinda de fontes alternativas/renováveis
	Existência de técnicas produtivas que adotam princípios de agroecologia e agricultura orgânica
	Definição/implementação do estudo da capacidade de carga
	Existência de áreas preservadas, recuperadas ou em processo de recuperação
	Existência de programa de Educação Ambiental
Social	Porcentagem de empregados no setor turístico de origem e procedência local
	Cumprimento da legislação trabalhista
	Existência de programas de capacitação profissional
	Porcentagem de funcionários com capacitação profissional em turismo
Cultural	Existência de aspectos culturais e históricos de grupos étnicos resgatados
	Existência de interação do artesanato local com a atividade turística (utilização, promoção e comercialização)
	Valorização de pratos típicos locais pela oferta gastronômica
Turística / Institucional	Existência de sistema de registro e controle de visitação
	Índice de satisfação dos turistas
	Índice de repetição dos turistas
	Programas de visitação organizada e/ou monitorada
	Existência de instalações e estruturas de minimização de impactos do turismo
	Existência de instalações e facilidades turísticas
	Existência de capacidade institucional de desenvolver e manter a infraestrutura necessária para as atividades turísticas
Econômica	Existência de iniciativas que permitam lidar com a sazonalidade turística
	Existência de mecanismos de gestão do empreendimento e dos custos
	Taxa de lucratividade
	Existência de estratégias de promoção e comercialização (marketing)
	Porcentagem de investimento local em turismo
	Porcentagem da renda gerada pelo turismo
	Porcentagem de empregos gerados pelo turismo
	Número de produtos locais consumidos pelos turistas

Fonte: Hanai, 2009, p. 339.

Conjunto de Indicadores de Sustentabilidade para Gestão Municipal de Turismo na Região	
Dimensão	Indicadores
Ambiental	Consumo de água per capita
	Existência de monitoramento da qualidade da água
	Porcentagem de locais e empreendimentos com programas de redução do consumo e desperdício de água
	Geração de resíduos sólidos per capita
	Existência de aterros sanitários (aterros sanitários controlados e não lixões)
	Porcentagem de resíduos sólidos destinados ao aterro sanitário
	Porcentagem de locais e empreendimentos turísticos com programas de redução da quantidade de resíduos sólidos
	Existência de programas de manejo de resíduos perigosos
	Consumo de energia per capita
	Porcentagem de locais e empreendimentos turísticos com programas de redução de consumo de energia ou uso de energia alternativa
	Existência/implementação de plano de gestão ambiental
	Existência de sistema de monitoramento da qualidade ambiental dos recursos/atrativos naturais
	Porcentagem de áreas preservadas ou de interesse ambiental sob proteção
	Porcentagem de locais e empreendimentos turísticos com programa de Educação Ambiental
	Existência de plano de Desenvolvimento Sustentável
	Existência de estruturas organizacionais e administrativas específicas de meio ambiente
	Número de entidades ambientais existentes
Social	Existência de uma política de apoio a participação da comunidade, organizações, associações na formulação de políticas e nos processos decisórios locais
	Existência de plano de manejo com ênfase socioambiental
	Porcentagem de propriedade estrangeira dos empreendimentos turísticos
	Porcentagem de locais e empreendimento com cumprimento da legislação trabalhista
	Porcentagem de empreendimentos com programas de capacitação profissional
	Taxa de desemprego na baixa temporada
	Relação entre população total alta/baixa temporada
Cultural	Existência de projetos e planos sociais envolvendo aspectos turísticos
	Porcentagem de empreendimentos com programas de capacitação profissional
	Taxa de desemprego na baixa temporada
	Relação entre população total alta/baixa temporada
Turística / Institucional	Existência de projetos e planos sociais envolvendo aspectos turísticos
	Porcentagem de empreendimentos com programas de capacitação profissional
	Porcentagem de empreendimentos com programas de capacitação profissional
	Taxa de desemprego na baixa temporada
	Relação entre população total alta/baixa temporada
	Existência de projetos e planos sociais envolvendo aspectos turísticos
	Porcentagem de empreendimentos com programas de capacitação profissional
	Taxa de desemprego na baixa temporada
	Relação entre população total alta/baixa temporada
	Porcentagem de locais e empreendimentos turísticos com sistemas de registro e controle de visitação
	Porcentagem de locais e empreendimentos turísticos em programas de certificação turística e ambiental
	Participação de gestores e empreendedores em grupos estratégicos de desenvolvimento turístico
	Existência de estruturas organizacionais e administrativas específicas em turismo (COMTUR, Secretaria de Turismo)
Econômica	Porcentagem de representação e participação popular nas políticas de desenvolvimento turístico
	Existência de associações e entidades de classe de turismo (associações de guias, de hotéis, de restaurantes, de agências)
	Existência de iniciativas que permitam lidar com a sazonalidade turística
	Número e volume de novos empreendimentos turísticos
	Porcentagem de contribuição do movimento turístico ao município
	Número de novos produtos desenvolvidos pela demanda turística

Fonte: Hanai, 2009, p. 340-341.

Anexo 4
TALC segundo as Dimensões da Sustentabilidade
Fernando de Noronha / PB

Dimensão	Indicadores	Subindicadores			
Ambiental	Educação Ambiental	Acesso da comunidade à educação ambiental Valorização do patrimônio ambiental			
	Conservação e proteção do produto turístico	Preservação dos recursos naturais Capacidade de carga dos atrativos naturais Poluição visual Poluição sonora			
		Gestão do meio ambiente	Preparação às emergências ambientais Gestão dos resíduos sólidos Gestão da energia Conservação e gestão do uso da água Saneamento e gestão dos recursos hídricos		
			Qualidade de vida da comunidade	Acesso à saúde Acesso à educação Transporte público Habitação	
				Dinâmica do turismo no destino	Densidade de frequência turística Capacitação da população para o turismo
	Cultural				Identidade cultural local
				Equilíbrio entre inovação e o respeito às tradições	Preservação do patrimônio histórico-cultural Abandono de atividades tradicionais devido ao turismo Conscientização do valor cultural
		Cultura como atrativo turístico	Promoção cultural do destino Interesse dos visitantes pela cultura local		
			Político Institucional		Organização da comunidade
	Planejamento da atividade turística	Participação dos atores locais no planejamento turístico do destino Entidades e instituições ligadas à atividade turística			
Processo de tomada de decisão coletivo		Participação da população no processo de tomada de decisão Acessibilidade da população aos representantes do poder público			
	Territorial	Ocupação do espaço		Fiscalização das contribuições Disposição dos serviços turísticos no destino Mobilidade / acessibilidade	
Especulação imobiliária				Loteamento do território Pressão de imobiliárias sobre os lotes Articulação dos atores locais para evitar ocupações indesejadas	
				Econômico	Incentivo empreendedorismo ao
Viabilidade econômica da atividade turística		Infraestrutura turística Sazonalidade			
		Capacidade de expansão da renda	Participação da atividade turística na economia local Geração de empregos		

Fonte: Falcão, 2010, p. 52; 57; 64; 69; 73; 78.

Anexo 5

SISDTur – Sistema de Indicadores de Sustentabilidade do Desenvolvimento do Turismo de Conde / PB

Dimensão	Indicadores
Ambiental	Quantidade de água consumida pelo turista / influência no consumo local
	Existência de programas de redução de consumo, desperdício e reuso da água
	Quantidade de água economizada devido a programas de redução de consumo
	Monitoramento da qualidade da água
	Quantidade de resíduos sólidos gerados por turistas
	Existência de programas de redução de resíduos sólidos
	Coleta seletiva de resíduos sólidos
	Existência de boa quantidade de resíduos sólidos reciclados
	Energia consumida por turistas / influência no consumo local
	Existência de programas de redução do consumo de energia
	Existência de processos de tratamento de esgoto
	Áreas preservadas, recuperadas ou em processos de recuperação
	Existência de programas ou instalações para melhoria da qualidade do ar
	Programas de interpretação e educação ambiental e/ou cultural
	Existência de processo tecnológico de minimização dos impactos da produção rural
	Existência de processo de certificação ambiental e/ou turística
Social	Número de residentes locais empregados nos estabelecimentos turísticos
	Iniciativas de capacitação e treinamento profissional aos funcionários residentes locais
	Funcionários residentes locais com capacitação em turismo
	Os empregos fixos no setor turístico / temporários
Cultural	Produtos típicos locais ofertados
	Bens patrimoniais, arquitetônicos, arqueológicos e históricos existentes
	Eventos e festividades populares tradicionais de manifestações culturais típicas realizadas
Turística	Oferta de hospedagem para atender a demanda turística
	Facilidades para mobilidade de pessoas com dificuldades de locomoção e/ou outras necessidades especiais
	Registro e controle de visitação
	Respeito à capacidade de carga dos atrativos pelos empreendimentos turísticos e turistas
	Equilíbrio entre o número de guias e turistas
	Incidentes / acidentes envolvendo turistas/visitantes
	Satisfação dos turistas em relação aos serviços ofertados e seu retorno ao município
	Conhecimento do perfil dos turistas pelos empreendimentos turísticos e a realização de avaliação junto aos turistas
	Instalações e estruturas de minimização dos impactos do turismo
Institucional	Capacitação e apoio técnico em turismo para atender a demanda turística
	Participação dos empreendedores e/ou gestores administrativos no setor turístico local
	Estratégias de promoção e comercialização dos produtos turísticos
Econômica	Renda gerada pela atividade turística para a população local
	Tempo de permanência (longevidade) dos estabelecimentos turísticos
	Funcionamento dos estabelecimentos turísticos nos fins de semana e feriados
	Gasto diário dos turistas em estabelecimentos turísticos
	Equilíbrio dos investimentos anuais em turismo
	Iniciativas de minimização da sazonalidade turística

Fonte: Baseado em Lacerda, 2011, p. 58-92

Anexo 6

SISDTur – Sistema de Indicadores de Sustentabilidade do Desenvolvimento do Turismo de Porto de Galinhas / PE

Dimensão	Indicadores
Ambiental	A quantidade de água consumida por turistas num período não afeta o consumo local
	Existe algum programa de redução do consumo, desperdício e reuso de água na Empresa/Município
	Existem políticas, planos ou programas específicos no Município para a redução do consumo de água
	A Quantidade de água economizada pelo programa de redução de consumo e reuso de água é considerável
	Há algum monitoramento para verificar a qualidade da água
	Os resíduos sólidos gerados por turistas num período não afetam a qualidade de vida dos residentes
	Existe uma quantidade de coletores de lixo suficiente para armazenar o lixo gerado num período
	A destinação final dos resíduos sólidos são aterros sanitários
	Existe algum programa de redução da quantidade de resíduos sólidos na Empresa/Município
	Há algum tipo de iniciativa que incentive a coleta seletiva de resíduos sólidos e/ou a reciclagem
	Os resíduos sólidos reciclados são consideráveis no Município a ponto de contribuir para a diminuição dos resíduos
	A quantidade de coletores de lixo seletivo é capaz de armazenar o lixo gerado num período
	Há programas de manejo de resíduos perigosos no Município
	A quantidade de elementos ligados à comunicação visual não chega a afetar, ou seja, considera que não haja poluição visual em Porto de Galinhas
	O volume de sons não supera os níveis considerados normais para os seres humanos, ou seja, você considera que não haja poluição sonora em Porto em qualquer que seja a época
	A quantidade de resíduos sólidos no mar é baixa e não chega a poluir a praia
	A energia consumida por turistas num período não afeta a distribuição da energia do Município
	Há programas de redução do consumo de energia
	Há empreendimentos turísticos que utilizem energia renovável
	No Município há processos de tratamento de esgotos
	A quantidade de esgotos tratados é relevante se considerar o tamanho do Município
	Há programas ou instalações para melhoria da qualidade do a
	Há áreas preservadas ou em processo de recuperação no Município
	Não há construções civis próximos à praia de modo que não impede a visão da beleza natural de Porto de Galinhas
	As empresas ligadas a atividades turísticas têm certificação ambiental e/ou turística
	O Município incentiva a execução de programas que sejam orientados para a educação ambiental e/ou cultural
	O Município apresenta uma Agenda 21 local e Plano de desenvolvimento sustentável e põe em prática tais ações
	Há organismos, instituições e entidades atuantes nos processos decisórios sobre questões ambientais no Município
	Existe estruturas organizacionais e administrativas específicas em meio ambiente no Município
Social	Residentes locais empregados nos estabelecimentos do destino turístico
	Proprietários e empresários turísticos de origem local
	Residentes locais com capacitação em turismo
	Iniciativas de capacitação e treinamento profissional aos funcionários residentes locais num período
	Empregos fixos e temporários de turismo
	A proporção entre turistas e residentes em alta e baixa temporada não são consideráveis
	Nível de satisfação/aceitação dos residentes locais em relação ao turismo
	Programas de projetos sociais envolvendo residentes locais e articulados com o desenvolvimento turístico
	Produtos típicos locais ofertados

Cultural	Bens patrimoniais, arquitetônicos, arqueológicos e históricos existentes preservados
	Eventos e festividades populares tradicionais de manifestações culturais típicas realizadas
	Organismos, instituições, entidades de resgate, promoção e manutenção da cultura tradicional local
	Iniciativas de resgate, promoção e manutenção da cultura tradicional
Turística	Oferta de meios de hospedagem
	Oferta de estabelecimentos de alimentação
	Oferta de serviços de transportes
	Oferta de agências e serviços de turismo receptivo
	Serviços específicos para os turistas, como banheiro público e centro de informações turísticas, suficientes para atender aos turistas mesmo em alta estação
	Incidentes e acidentes envolvendo turistas/ visitantes e moradores locais num período
	Existência e quantidade de salva-vidas na praia suficientes para evitar incidentes mesmo em período de alta estação
	Facilidades para mobilidade de pessoas com dificuldades de locomoção e/ou outras necessidades especiais
	Recursos turísticos existentes em Porto de Galinhas que atraem cada vez mais os turistas
	Grau de satisfação e assiduidade (quantidade de repetição) do turista nos estabelecimentos turísticos
	Quantidade de turistas/ visitantes num local atrativo durante um período
	Proporção entre número de guias e número de turistas durante a visita aos atrativos e tamanho dos grupos de turistas
	Quantidade de turistas numa temporada específica não afeta o dia-a-dia da comunidade local
	Programas de visita orientados quanto às questões ambiental e/ou cultural
	Sistemas de registro e controle da visita aos centros históricos, parques, museus, locais estes que valorizem a cultura local
	Regulamentações e normas para a ocupação e uso do solo em áreas turísticas são respeitadas
Institucional	Participação dos empreendedores e/ou gestores administrativos no turismo local
	Participação social no processo de desenvolvimento turístico
	Organismos sociais, associações e entidades de classe de turismo (guias, hotéis, restaurantes, agências) atuantes nos processos decisórios de desenvolvimento turístico
	Mecanismos de comunicação dos resultados de decisões sobre o desenvolvimento turístico
	Estruturas organizacionais e administrativas específicas em turismo
	Plano Municipal de Turismo
	Integração do planejamento territorial e dos planos de gestão ambiental com o desenvolvimento turístico
	Integração entre a planificação do desenvolvimento turístico com o processo de planejamento de turismo no Estado de Pernambuco
	Promoção e comercialização de produtos turísticos
	Investimentos públicos anuais em turismo
Econômica	Linhas de crédito disponíveis específicas de turismo para investimentos
	Renda gerada pelo turismo
	Longevidade do estabelecimento turístico
	Iniciativas de minimização da sazonalidade turística
	Funcionamento nos finais de semana e feriados dos estabelecimentos turísticos
	Novos estabelecimentos, empreendimentos e produtos turísticos num período
	Gasto médio diário de turistas

Fonte: Baseado em Santos, 2013, p. 93; 124; 132; 140; 149; 171.